



**COPPE/UFRJ**

CONDIÇÃO FEMININA , CULTURA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE  
MUDANÇAS SOCIAIS NO IRÃ CONTEMPORÂNEO

Suhaila Terra Brito

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2008

CONDIÇÃO FEMININA , CULTURA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE  
MUDANÇAS SOCIAIS NO IRÃ CONTEMPORÂNEO

Suhaila Terra Brito

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO  
LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA  
(COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE  
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

---

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Jr., D.Sc.

---

Prof. Elizabeth Tunes, D.Sc.

---

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DEZEMBRO DE 2008

Brito, Suhaila Terra

Condição feminina, cultura e trabalho: um estudo sobre mudanças sociais no Irã contemporâneo/ Suhaila Terra Brito. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2008.

IX, 122 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2008.

Referências Bibliográficas: p. 116-122.

1. Condição feminina 2. Social 3. Trabalho.

I. Bartholo Jr , Roberto dos Santos II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Embora a Distância tenha quebrado as costas da Esperança,  
Embora a Crueldade amarrasse as mãos do Desejo.  
O coração bêbado de amante não vai desistir,  
O objetivo vai ser alcançado se você tentar bastante.

Jalal Al-din Rumi

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Bartholo.

Ao meu marido, César Leandro Terra Brito

E todos meus amigos.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

CONDIÇÃO FEMININA , CULTURA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE  
MUDANÇAS SOCIAIS NO IRÃ CONTEMPORÂNEO

Suhaila Terra Brito

Dezembro/2008

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Programa: Engenharia de Produção

O objetivo deste trabalho é explicar as mudanças que ocorreram no contexto político, do desenvolvimento e social das mulheres no Sistema de Educação Básica do Irã. Destacando especialmente a situação da educação das mulheres após a Revolução de 1979 com suas muitas mudanças. Segregação de gênero, políticas islâmicas, as facilidades inferiores, a mudança de currículo, a interação social entre o professor e o estudante mudaram após a Revolução. Uma visão geral foi feita nos direitos das mulheres e o dever na ideologia islâmica. Em seguida, uma visão geral do movimento das mulheres no último século foi dada para compreender melhor o papel social das mulheres no Irã em ambiente privado, político e de trabalho.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

FEMININE CONDITION OF CULTURE AND WORK: A STUDY ABOUT SOCIAL  
CHANGES IN CONTEMPORARY IRAN

Suhaila Terra Brito

December/2008

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Jr.

Department: Production Engineering

The aim of this paper is to explain the changes that have occurred in the social political and developmental context of women in the Basic Education system of Iran. Especially highlighting the situation of education of women after the 1979's Revolution with its many changes. Sex segregation, political changes, inferior facilities, change of curriculum, social interaction between teacher and student all changed after the revolution. An overview was made of the women's rights and duty in islamic ideology. Then an overview of the women's movement in the last century was given to understand better the social role of women in Iran in private, political and working environment.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: MULHERES NO ISLÃ	2
1.1 - Mulheres e papéis sociais	3
1.2 - Segregação	4
1.3 - Casamento	5
1.4 - Divórcio	8
1.5 - Mulheres e economia no Islã	9
1.6 - Punições e questões jurídicas	11
1.7 - Hijab	12
CAPÍTULO 2: MULHERES NO IRÃ	14
2.1 - A era Qajar	14
2.2 - A era Pahlavi	19
2.3 - A Revolução Islâmica	24
2.4 - A imprensa feminina	32
2.5 - Outras esferas: Educação, controle de natalidade, e esportes	41
CAPÍTULO 3: MULHERES E TRABALHO	47
3.1 - Gênero e economia antes de 1979, sob o estado secular do Shah Reza Pahlavi	50
3.2 - A primeira fase da islamização - 1979 - 1981	51
3.3 - O impacto da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) sobre o trabalho feminino	54
3.4 - Mulheres e trabalho nos anos 90, o impacto da reconstrução pós-guerra e o esforço das mulheres pela mudança	57
3.5 - Estrutura do mercado de trabalho e mudanças na política econômica	59
3.6 - Questões financeiras e condicionantes do emprego feminino	65
CAPÍTULO 4: MULHERES E EDUCAÇÃO	67
4.1 - O começo da educação moderna	67
4.2 - Educação na era de Pahlavi	72
4.3 - O corpo de alfabetização no Irã de Pahlavi (1963-1979)	73
4.4 - Educação na República Islâmica do Irã	76
4.5 - O estabelecimento de um sistema de educação islâmico	78
4.6 - A educação primária	84
4.7 - Os ciclos médio e secundário	86
4.8 - A educação e a interação social entre os gêneros	88
4.9 - Mudanças curriculares e em livros-texto	90
4.9.1 - História	90
4.9.2 - Filosofia	91
4.9.3 - Literatura Árabe	91
4.9.4 - Educação Religiosa	92
4.9.5 - Educação Moral	92
4.9.6 - Geografia	92
4.9.7 - Literatura Persa	93
4.10 - O contexto geral da educação iraniana contemporânea	98
4.11 - Professoras	104
CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO	109
ANEXO – GLOSSÁRIO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116



## Introdução

Esta dissertação trata de alguns aspectos do sistema educacional da República Islâmica do Irã, um país que no século passado, foi submetido a drásticas mudanças. As grandes turbulências políticas sofridas pelo país culminam com o advento da Revolução Iraniana. Um dos pontos mais críticos nesse contexto são as transformações na vida privada e social das mulheres. Após a revolução, as mulheres iranianas se deparam com novos espaços de experiência e horizontes de expectativas. Sob o forte impacto dos acontecimentos desta ruptura histórica, a revolução institui um paradoxo na vida das iranianas. Com a revolução, as mulheres do Irã ganham uma influência e um poder significativamente maiores. Líderes religiosos são persuadidos a legitimar a participação feminina em processos sociais e políticos. Mas a atitude predominante nos círculos legislativos preserva uma prática legisladora baseada na discriminação do gênero, com as mulheres seguindo tratadas como cidadãs de segunda classe.

A pergunta crucial nesse contexto é se a nova situação criada pela ruptura e transição revolucionárias na sociedade iraniana pode ou não superar esse paradoxo. É fato que as condições econômicas, sociais e políticas vigentes na sociedade iraniana pós-revolucionária convidaram mulheres para desempenharem papéis novos, significativamente diversos do que o seu *status*, no sistema social tradicional, arcaico e subdesenvolvido, lhes autorizava. Mas enquanto o sistema legal tiver suas raízes no tradicionalismo, evidenciam-se precariedades para a regulação das transições aceleradas por que passam as realidades política, econômica, social e cultural do país. Essas precariedades são mais sentidas por mulheres do que homens. Mas o paradoxo iraniano (muitas vezes não percebido pela comunidade internacional) é que nessa mesma situação também são enormes as possibilidades para que as mulheres iranianas exerçam influência sobre processos políticos que definem seu papel, e assim, oportunamente, alterarem seu destino.

Nesse trabalho o objeto fundamental de atenção é o sistema educacional feminino no Irã contemporâneo. Mas, antes dessa apresentação, faremos uma contextualização sobre a posição das mulheres no Islã, a posição política e social das mulheres no Irã contemporâneo e o mercado de trabalho feminino em particular.

## Capítulo 1. Mulheres no Islã

Desde a perspectiva da religião do Islã, a mulher é uma pessoa independente e plenamente responsável. A revelação divina que o Islã vem aportar dirige-se diretamente a ela. Não há qualquer intermediação masculina para o acesso da mulher à mensagem do Islã. Mulher alguma é reconhecida como tendo aceito verdadeiramente a mensagem do Islã, a menos que ela o faça por vontade própria e independente. A admissão à fé é, para a religião do Islã, uma questão inteiramente pessoal, tanto para o homem como para a mulher. A mulher não se torna muçulmana apenas devido a seu relacionamento com o pai, o marido ou quaisquer outros homens com que mantenha vínculos e relações. Todos os muçulmanos, homens ou mulheres, professam sua fé em Deus e no Profeta por uma adesão pessoal e livre. Do Alcorão:

"Ó Profeta, quando as fiéis se apresentarem a ti, jurando-te fidelidade, afirmando-te que não atribuirão parceiros a Deus, não roubarão, não fornicarão, não serão filicidas, não se apresentarão com calúnias que forjarem intencionalmente, nem te desobedecerão em causa justa, aceita, então, o seu compromisso e implora, para elas, o perdão de Deus, porque Deus é Indulgente, Misericordiosíssimo."  
(Alcorão, Al-Mumtainah 12).

A aceitação do Islã não pode ser tutelada. E os atos cúlticos são realizados puramente com base na própria intenção do fiel (homem ou mulher). Tais atos são, portanto, realizações pessoais e intransferíveis. Do Alcorão:

"Seu Senhor nos atendeu, dizendo: Jamais desmerecerei a obra de qualquer um de vós, seja homem ou mulher, porque procedeis uns dos outros. Quanto àqueles que foram expulsos dos seus lares e migraram, e sofreram pela Minha causa, combateram e foram mortos, absorvê-los-ei dos seus pecados e os introduzirei em jardins, abaixo dos quais correm os rios, como recompensa de Deus. Sabei que Deus possui a melhor das recompensas."  
(Alcorão, Al-Imran 195).

Do Alcorão:

“A quem praticar o bem, seja homem ou mulher, e for fiel, concederemos uma vida agradável e premiaremos com uma recompensa, de acordo com a melhor das ações.”. (Alcorão, Al-Nahal 97)

Com base em sua própria ação a mulher muçulmana ganha recompensa ou punição. A nenhum homem é permitido defender ou interceder por uma mulher, nem ser responsável por suas ações e suas conseqüências. A doutrina da responsabilidade final pessoal e intransferível não tem a família como unidade de responsabilidade coletiva. Cada homem ou mulher, individualmente, são unidades autônomas na prestação de contas perante Deus, com responsabilidade direta por suas ações. Do Alcorão:

"Cada um deles comparecerá, solitário, ante Ele, no Dia da Ressurreição." (Alcorão, Maryam, 95)

O Juízo Divino, após a morte, não agrupa marido e esposa como uma unidade. Nenhum fiel alivia o outro de sua obrigação. Nenhum fiel é tratado injustamente meramente por seu gênero. Do Alcorão:

"Nesse dia, o homem fugirá do seu irmão, da sua mãe e do seu pai, da sua esposa e dos seus filhos. Nesse dia, a cada qual bastará a preocupação consigo mesmo. Nesse dia, haverá rostos resplandecentes." (Alcorão, Abasa, 34-38)

### 1.1 - Mulheres e papéis sociais

O Islã atribui à mulher muçulmana papéis a desempenhar em ações coletivas (como manutenção da família e comparecimento em grupos de oração). Em tarefas consideradas difíceis para a mulher comum (como a guerra) ela pode ser dispensada, desde que os homens muçulmanos possam cumpri-las suficientemente. Isso não significa que uma mulher esteja impedida de fazer algumas destas coisas.

## 1.2 - Segregação

A mais importante base tradicional para as sociedades muçulmanas afirmarem a segregação dos sexos é o hadith<sup>1</sup> do zina (fornicação e adultério), que é assim relatado pelo Imã Ahmad em seu musnad: "os dois olhos comprometem o zina, as duas mãos comprometem o zina, os dois pés comprometem o zina, e os genitais comprometem o zina." (Musnad Ahmad, Hadith no. 4258). É questionável que este hadith possa ser usado como justificativa para se afirmar que "conseqüentemente", de acordo com a shari'ah<sup>2</sup>, olhar, falar, escutar, ou qualquer modo de relação direto para com mulheres com quem um homem não seja casado ou tenha forte vínculo de família seja em ocasiões normais haraam (não permitido).

Nesse aspecto, os versos corânicos sobre a interação social de homens e mulheres dizem:

“Dize aos fiéis que recatem os seus olhares e conservem seus pudores, porque isso é mais benéfico para eles; Deus está bem inteirado de tudo quanto fazem.” (Alcorão, Annur, 30).

“Dize às fiéis que recatem os seus olhares, conservem os seus pudores e não mostrem os seus atrativos, além dos que (normalmente) aparecem; que cubram o colo com seus véus e não mostrem os seus atrativos, a não ser aos seus esposos, seus pais, seus sogros, seus filhos, seus enteados, seus irmãos, seus sobrinhos, às mulheres suas servas, seus criados isentos das necessidades sexuais, ou às crianças que não discernem a nudez das mulheres; que não agitem os seus pés, para que não chamem à atenção sobre seus atrativos ocultos. Ó fiéis, voltai-vos todos, arrependidos, a Deus, a fim de que vos salveis!” (Alcorão, Annur, 31).

É certo que em muitas comunidades muçulmanas do mundo contemporâneo as mulheres são desencorajadas de irem às mesquitas. Mas não é menos certo que o

---

<sup>1</sup> hadith

<sup>2</sup> shariah

Profeta do Islã advertiu especificamente aos homens no sentido de permitirem. Ibn Omar relatou o seguinte *hadith*: "não impeça as servas de Deus de irem à mesquita." (Bukhari).[1] A ênfase tanto do Alcorão como da *Sunnah* não é a segregação total entre os gêneros, mas sim minimizar fatores que promovam atração física e possam propiciar a transgressão da legalidade. Neste contexto o Islã requer que os fiéis tratem-se reciprocamente com respeito em todas as situações, comportem-se modestamente, evitem situações de segregação (*khalwa*) e vistam-se modestamente.

### 1.3 - Casamento



**Ilustração 1: Casamento tradicional iraniano**

Desde os primórdios do Islã foi estabelecida uma posição econômica independente para a mulher e afirmada a obrigação do marido de fazer, em proporção a seus meios, um acordo financeiro (chamado *mehr*) com a esposa na ocasião do casamento. Mesmo após a morte, se o *mehr* ainda não estiver pago, consta como débito a ser descontado dos bens do marido, com prioridade em relação a todos seus débitos restantes. A viúva tem percentual de herança na propriedade do marido, determinado por lei, e toda propriedade que uma mulher adquira por seu próprio esforço, ou receba

como herança ou presente, pertence-lhe independentemente de seu marido. Uma mulher casada que possua meios próprios pode contribuir com uma parcela ou a totalidade de seus vencimentos independentes para o sustento da casa. Mas isso não é nenhuma obrigação legal. O sustento da casa é de inteira responsabilidade do marido (mesmo se a esposa possuir condição financeira melhor) e, em razão disso, havendo discordância em assuntos de família, a palavra final é do homem. Do Alcorão:

“Os homens são os protetores das mulheres, porque Deus dotou uns com mais (força) do que as outras, e pelo o seu sustento do seu pecúlio. As boas esposas são as devotas, que guardam, na ausência (do marido), o segredo que Deus ordenou que fosse guardado. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), abandonai os seus leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não procureis meios contra elas. Sabei que Deus é Excelso, Magnânimo”. (Alcorão, Al-Nissá, 34).

Os direitos de um marido sobre sua esposa são numerosos. O mais importante entre eles é ter relacionamento físico com ela. O dever da uma esposa é submeter-se fisicamente ao seu marido. Este direito do marido é obviamente uma correspondência de seus sentimentos. Na ausência de seu marido, os deveres da esposa incluem a proteção dos direitos dele, *status*, riqueza e respeito. Não deve gastar sua riqueza sem a permissão dele nem deve revelar os segredos dele, mesmo para o amigo mais próximo dela. Não pode deixar alguém ter acesso ao interior do domicílio na ausência do marido, sem sua permissão. O marido deve planejar as necessidades e provisões de todos os membros da família. A esposa não deve desobedecê-lo, nem desprezá-lo.

Os princípios da jurisprudência islâmica estabelecem que uma mulher muçulmana possua as mesmas capacidades e liberdade, apreciadas por um homem. Ela pode propor o casamento a um homem, verbalmente ou de forma escrita. Ela pode livremente escolher seu esposo ou rejeitar um pretendente de quem não goste ou obter o divórcio. O divórcio por iniciativa de uma mulher somente é concedido por um juiz. Os usos e costumes tradicionais das sociedades muçulmanas estabelecem que, em geral, uma mulher se case com um homem já previamente selecionado mediante um acordo

entre as famílias. É freqüente que, no caso das meninas essa decisão seja inteiramente do pai ou da mãe (que muitas vezes manipula seu marido para tal).

O homem muçulmano pode casar-se com uma não-muçulmana (importante nesse contexto é ser essa mulher uma kitabiya, ou seja, uma fiel das Sagradas Escrituras, da Torah ou da Bíblia). Do Alcorão:

“Hoje, estão-vos permitidas todas as coisas sadias, assim como vos é lícito o alimento dos que receberam o Livro, da mesma forma que o vosso é lícito para eles. Está-vos permitido casardes com as castas, dentre as fiéis, e com as castas, dentre aquelas que receberam o Livro antes de vós, contanto que as doteis e passeis a viver com elas licitamente, não desatinadamente, nem as envolvendo em intrigas secretas. Quanto àqueles que renegar a fé, sua obra tornar-se-á sem efeito e ele se contará, no outro mundo, entre os desventurados.”  
(Al-Máida, 5).

Entretanto as mulheres muçulmanas são proibidas de se casar com um homem não-muçulmano (incluindo judeus ou cristãos). O interdito se explica pelo fato de que uma esposa muçulmana, por dever de obediência ao marido, poderia ser levada a práticas incompatíveis com preceitos do Islã.

Casar com mais de uma esposa é permitido, mas não é um preceito imperativo. Do Alcorão:

“Se temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser eqüitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que tendes à mão. Isso é o mais adequado, para evitar que cometais injustiças.” (Al-Nissá, 3).

O versículo do Alcorão que permite a poligamia deve ser lido dentro de seu contexto originário. Este versículo foi revelado após a batalha de Uhud. Nela muitos

homens muçulmanos morreram gerando um problema social grave: a proteção das viúvas e dos órfãos. Uma poligamia institucionalizada foi sua solução conveniente.

#### 1.4 - Divórcio

As regras para o talaq<sup>3</sup> (divórcio) variam entre as principais escolas islâmicas. Para muçulmanos xiitas e sunitas, o direito de exigir divórcio é primordialmente dos homens. A menos que especificado de outra maneira no contrato da união matrimonial, as mulheres somente podem obter divórcio convencendo um qadi<sup>4</sup> para concedê-lo. Geralmente, quando o marido exige divórcio, a esposa divorciada mantém seu mahr e toda a propriedade suplementar especificada no contrato da união matrimonial, bem como todos os recursos necessários para o sustento da criança durante o período de amamentação, após o que a custódia da criança será estabelecida pelos pais ou pelas cortes. Nos países do Oriente Médio, em geral, os direitos das mulheres ao divórcio são muito restritos e extremamente limitados se comparados com os dos homens. São muitos os obstáculos legais e financeiros que as mulheres enfrentam nesse contexto (por exemplo, no Yemen, as mulheres, geralmente, só podem solicitar divórcio se houver incapacidade do marido para assegurar o sustento da esposa, em contrapartida os homens têm condições muito facilitadas para obterem o divórcio).

O divórcio na Shariah cumpre a necessidade de encerrar o nikah<sup>5</sup>, quando a união matrimonial se acaba de maneira irrecuperável e não há meio de reconciliação (num contexto tradicional isso significa: após todos os esforços de ambas as famílias para aproximar o casal terem fracassado). O marido pode anunciar divórcio para uma dada esposa até três vezes. Este é o limite legal do nikah. Mas isto não significa que somente após pronunciar o talaq pela terceira vez o nikah se encerre. Após a primeira e a segunda vez, ainda pode ser possível ao marido trazer a trazer a esposa de volta, sem fazer um novo nikah, se a mulher estiver ainda no iddat<sup>6</sup>. Para a Shariah um divórcio eficaz pode ser apoiado num talaq verbal, não tendo, portanto, que ser necessariamente um documento escrito, e podendo inclusive ser pronunciado na ausência da esposa.

---

<sup>3</sup> talaq

<sup>4</sup> qadi

<sup>5</sup> nikah

<sup>6</sup> iddat

A mulher também pode, segundo a Shariah, requerer o divórcio. As razões para isso são várias, principalmente o tratamento injusto por parte do marido e o fracasso do homem em cumprir com seus deveres matrimoniais. As alternativas para a mulher requerer o divórcio podem estar estabelecidas no próprio contrato de união matrimonial conforme é reconhecido pelos doutores da lei islâmica (tais como Abu Hanifa e Ahmad) e apoiado no hadith: "a circunstância a mais verdadeira é aquela que você fez legalmente, para ter o relacionamento físico" Al-Baqi [2].

Outra alternativa é o reembolso do dote, pagando-se assim um resgate (Khul') pelo divórcio, ou ainda um divórcio apoiado no juízo de dois árbitros (um da família do marido e outro da família da esposa). É também legítimo, perante a Shariah, que a mulher requeira divórcio por impotência do marido para a relação sexual. Ou ainda em razão de lesão ou prejuízo causado pelo marido sobre a esposa, impondo-lhe qualquer restrição injusta ou recusando-se a lhe prover o sustento.

O Alcorão diz:

"Quando vos divorciardes das mulheres, ao terem elas cumprido o seu período prefixado, tomai-as de volta eqüitativamente, ou libertai-as eqüitativamente. Não as tomeis de volta com o intuito de injuriá-las injustamente, porque quem tal fizer condenar-se-á. Não zombeis dos versículos de Deus e recordai-vos das Suas mercês para convosco e de quanto vos revelou no Livro, com sabedoria, mediante o qual vos exorta. Temei a Deus e sabeis que Deus é Onisciente." (Al-Bácará, 231).

## 1.5 - Mulheres e economia no Islã

O sistema islâmico de sucessão e herança visa uma ampla distribuição de propriedade. Após a morte da esposa ou do marido, filhos e filhas são legítimos herdeiros e sucessores, sendo regra geral que entre herdeiros com igual grau de parentesco a parte do homem seja o dobro da mulher (em razão da obrigação do homem de ser o provedor do sustento da família. Do Alcorão:

“De tudo quanto deixarem as vossas esposas, corresponder-vos-á a metade, desde que elas não tenham tido prole; porém, se a tiverem, só vos corresponderá a quarta parte de tudo quanto deixardes, se não tiverdes prole; porém, se a tiverdes, só lhes corresponderá a oitava parte de tudo quanto deixardes, depois de pagas as doações e dívidas. Se um falecido, homem ou mulher, em estado de *kalala*, deixar herança e tiver um irmão ou uma irmã, receberá cada um deles, a sexta parte; porém, se forem mais, co-herdarão a terça parte, depois de pagas as doações e dívidas, sem prejudicar ninguém. Isto é uma prescrição de Deus, porque Ele é Tolerante, Sapientíssimo.” (Al-Nissá, 12).

Há muçulmanos que acreditam que o versículo do Alcorão “porque aos homens lhes corresponderá aquilo que ganharem; assim, também as mulheres terão aquilo que ganharem” (Al-Nissá, 32) é uma referência que autoriza às mulheres o trabalho fora de casa. Em contextos sociais mais tradicionais essa é uma questão polêmica, pois se reafirmam os deveres domésticos como os primordialmente femininos.

Há também algumas discordâncias entre escolas de pensamento islâmico sobre o direito das mulheres atuarem em determinadas áreas específicas do mundo do trabalho. Um exemplo é a posição dos shafaitas que reivindicam que as mulheres não podem ter nenhum emprego na magistratura, enquanto hanafitas permitem que as mulheres ajam como juízes em casos civis, somente não podem agir nos casos criminais. As controvérsias referem-se a interpretações diversas da sura de Medina acima citada (Al-Nissá, 34).

Mas, o direito ao trabalho (e à educação) não bastam para assegurar iguais oportunidades. Assim, no Egito, por exemplo, as mulheres têm oportunidades limitadas de trabalhar no setor privado da economia [3]. Isso não implica identificar essas barreiras como intrínsecas aos preceitos da religião muçulmana. Não há nenhum decreto islâmico que proíba a mulher de procurar emprego sempre que haja necessidade.

## 1.6 - Punições e questões jurídicas

Nos casos do Hudud, as punições para crimes graves, os doutores da lei muçulmanos discordam sobre o status dos testemunhos de mulheres. De acordo com os Averroes, a maioria dos eruditos diz que, nestes casos, o testemunho das mulheres é inaceitável, mesmo quando um homem testemunha o mesmo fato. Entretanto, ele escreve que a escola filosófica dos Zahiris afirma que se duas ou mais mulheres testemunham ao lado de uma testemunha masculina seu testemunho é aceitável [4].

No Alcorão há referência a caso de matéria financeira com exigência do testemunho de dois homens ou de um homem e duas mulheres. Isto serve de elemento de apoio para a afirmação de alguns comentadores de que no Islã o testemunho de uma mulher vale a metade do de um homem [5]. Javed Ahmed Ghamidi escreveu que a exigência corânica se deve ao fato da matéria em questão ser alheia à esfera de interesse e ambiente usual das mulheres. [6]. Ibn al-Qayyim aponta que o versículo em questão é relacionado à grande responsabilidade de testemunhar de forma que um proprietário da riqueza proteja seus direitos e que isso não se identifica com a decisão de uma corte. Em matérias relativas a divórcio, emancipação de escravos e raju (restituição de direitos conjugais após divórcio), Averroes afirma que para o Imam Abu Hanifa o testemunho de uma mulher era plenamente aceitável.

*Diyya* é uma multa paga por um assassino aos familiares de vítima após um homicídio. O Islã não prescreve uma quantia específica para *diyyat* (plural de *diyya*) nem discrimina entre homens e mulheres neste assunto; o Alcorão deixou em aberto sua quantidade, natureza, e outros casos relacionados a serem definidos pelo costume social e pela tradição. A lei do *diyya* era observada na Arábia antes do advento do Islã. Muitos países islâmicos tais como Arábia Saudita apóiam-se ainda sobre costumes ancestrais, que estabelecem a multa para o assassinato involuntário de uma mulher como sendo metade daquela do assassinato de um homem [7]

A jurisprudência criminal islâmica não discrimina entre gêneros nas punições para crimes. No caso de crimes sexuais como o zina, entretanto, as mulheres podem ser consideradas culpadas mais facilmente do que homens, por causa da evidência visível da gravidez; sem uma gravidez, quatro testemunhas são requeridas para dar entrada em um caso de zina [8].

A dificuldade em processar estupradores e a possibilidade de acusação para as mulheres que alegam violação foi de interesse especial para ativistas de direitos das

mulheres muçulmanas. A maioria dos eruditos muçulmanos acredita que não há nenhuma punição para uma mulher forçada a ter relações sexuais. De acordo com um *hadith sunita*, a punição para quem cometa estupro é a morte, não há nenhum pecado na vítima, nem há punição atribuída a ela. Entretanto, em algumas interpretações da lei islâmica podem ser muito restritivas as exigências para a prova do estupro, o que, associado a uma atitude cultural eminentemente negativa para com a violação, em partes do mundo muçulmano, resulta em um número muito pequeno de casos de violação efetivamente julgados e condenados e o paradoxo de uma punição mínima aos infratores e uma punição severa para as vítimas. Uma dificuldade é a exigência de quatro testemunhas para um caso de *zina* (o que inclui o estupro), dificuldade contornada por alguns doutores da lei que tratam o ilícito penal como *hiraba* (desordem), o que não requer quatro testemunhas. A forma de punição e da interpretação da lei islâmica neste caso é altamente dependente da legislação da nação na questão, e/ou do juiz [9].

### 1.7 - Hijab

Literalmente, *hijab* significa "véu", "cortina", "divisória" ou "separação." Num sentido metafísico, *hijab* significa a ilusão ou refere-se ao aspecto ilusório da criação. O significado mais popular e comum de *hijab* hoje, é o véu vestido por mulheres muçulmanas. Refere-se a um determinado padrão de vestuário simples para mulheres. "A definição usual do vestuário simples de acordo com os sistemas legais requer realmente a cobertura de todo o corpo, exceto o rosto e as mãos em público, Esta é, ao menos, a prática que se originou no Oriente Médio." [10]

Enquanto *hijab* significa "cobertura" ou "divisória", a palavra *khimar* significa que "o véu que cobre a cabeça" e a palavra *litham* ou *niqab* significa "o véu que cobre a parte mais baixa da face até abaixo dos olhos". O termo geral *hijab* refere-se à cobertura da cabeça com rosto exposto, para mulheres. No sub-contidente indiano é chamado *pardah*. No Irã chama-se de *chador*, a capa preta com o véu semelhante a uma tenda vestido pelas mulheres. Na língua islâmica normativa contemporânea o *hijab* denota mais uma "maneira de vestir-se" do que uma "maneira de vida", um "véu" (portátil) mais que uma "tela/isolamento" doméstico fixo. Do Alcorão:

“Dize aos fiéis que recatem os seus olhares e conservem seus pudores, porque isso é mais benéfico para eles; Deus está bem inteirado de tudo quanto fazem.” (Annur, 30).

Do Alcorão, como já salientado no item anterior, Segregação:

“Dize às fiéis que recatem os seus olhares, conservem os seus pudores e não mostrem os seus atrativos, além dos que (normalmente) aparecem; que cubram o colo com seus véus e não mostrem os seus atrativos, a não ser aos seus esposos, seus pais, seus sogros, seus filhos, seus enteados, seus irmãos, seus sobrinhos, às mulheres suas servas, seus criados isentas das necessidades sexuais, ou às crianças que não discernem a nudez das mulheres; que não agitem os seus pés, para que não chamem à atenção sobre seus atrativos ocultos. Ó fiéis, voltai-vos todos, arrependidos, a Deus, a fim de que vos salveis!” (Annur, 31).

As seguintes conclusões podem ser feitas com base nos versos citados:

1. As prescrições corânicas que instruíram os fiéis ao comportamento recatado aplicam-se tanto aos homens como às mulheres.
2. As mulheres muçulmanas foram instruídas para “vestir seus véus sobre suas mamas e para não mostrar sua beleza”, exceto na presença de seus maridos, de outras mulheres, de crianças, de eunucos e daqueles homens que são relacionamento próximo e com os quais não seja permitido casar. Embora uma exibição deliberada de “*zeenat*” (que significa: “aquilo que parece ser bonito” ou “aquilo que é usado para o embelezamento ou adorno”) seja proibido, o Alcorão permite às mulheres que usem roupas comuns em casa. Uma outra interpretação desta parte da passagem é que se a exposição do “*zeenat*” for involuntária ou acidental, não é uma violação contra a lei da decência. E embora as mulheres muçulmanas possam usar jóias, não devem andar de uma maneira intencional para fazer com que suas jóias atraiam a atenção.

## 2. Mulheres no Irã

O Irã é um país que atravessou grandes transformações no século XX. E nesse contexto, notáveis foram as alterações nos papéis e no *status* das mulheres. Ao final do século XIX, o debate em torno dos papéis das mulheres iranianas e a situação socioeconômica das mesmas no Irã foi bastante difundido entre intelectuais, modernistas, nacionalistas, e forças anti-coloniais. Mas, nesse aspecto, os debates ocorridos no Egito e na Turquia foram mais intensos dentro do mundo muçulmano [11].

Essa diferença pode ser em parte associada ao isolamento lingüístico do Irã e ao fato dos *xiitas* nunca terem tido presença muito significativa no Império Otomano. Além disso, o Irã teve relativamente pequeno contato com o Mundo Europeu, a despeito da grande rivalidade entre ingleses, franceses e russos empenhados por fazer do Irã sua área de influência. Desde o ponto de vista formal o Irã nunca foi colonizado, nem tampouco experimentou *vis-à-vis* a Europa uma ascensão e queda de seu poderio geopolítico, tal como ocorrido com o Império Otomano durante o século XIX. Por fim, e talvez um fato decisivo nesse contexto, o Irã atravessou mudanças estruturais, econômicas e sociais numa escala relativamente menor que o ocorrido na Turquia e no Egito. Muitas idéias modernistas e reformistas foram, de fato, transmitidas ao Irã através do intenso contato entre intelectuais iranianos e suas contrapartes em Istambul e no Cairo.

### 2.1 - A era Qajar

Antes da revolução de 1979 e do estabelecimento da república islâmica, o clero *xiita* iraniano era financeiramente independente. Os líderes religiosos tinham forte respaldo do público de quem recebiam suporte contra os excessos das dinastias. Os monarcas dependiam dos religiosos para sua legitimação [12].

Entretanto o relacionamento dos religiosos com aqueles modernistas e intelectuais com tendências democráticas era muito mais complexo.

Em diversas oportunidades estes grupos uniram forças para resistir contra os poderes do Estado, apesar das grandes diferenças ideológicas que mantinham entre si. Mas em outras ocasiões os religiosos uniram forças com o Estado absolutista para eliminar os políticos e educadores progressistas. Sua hostilidade a Amir Kabeer -

primeiro ministro modernista do Shah (1801-1848) - e a Roshdieh (1846-1947), impulsionadores de um educacionismo secular, são casos exemplares nesse contexto.



**Ilustração 2: Mulheres da era de Qajar em casa**

Preocupações estratégicas dos religiosos iranianos eram a educação e o sistema judiciário. Num primeiro momento, a adoção de um regime político parlamentarista com maior participação política popular seria incompatível com sua autoridade religiosa. A capacidade de mobilização popular dos reformistas era bastante restrita. Sem a aliança com os religiosos as propostas modernistas permaneciam restritas a um círculo de debate de intelectuais. Assim, não era surpreendente que no Irã, mesmo aqueles modernistas, que advogaram uma luta pelos “direitos civis” das mulheres, tenderam a adotar uma atitude mais aberta a compromissos conservadores que suas contrapartes no Egito e no Turquia [13].

O debate público em torno das reformas políticas e da posição social e legal de mulheres manteve-se uma questão primordialmente masculina, embora as mulheres tivessem considerável participação nos movimentos nacionalistas de vanguarda.

O chamado *Movimento do Tabaco* foi uma coalizão de nacionalistas, comerciantes e líderes religiosos que exigiam o cancelamento das concessões feitas por Naser-aldin Shah (1848-1896) aos Ingleses. Mulheres participaram em reuniões da oposição e em manifestações de rua, marchando junto a várias manifestações de protesto. Essa participação foi um ato sem precedentes.

Muitas foram as mulheres vinculadas pelo casamento ou por parentesco a homens progressistas e politicamente ativos. Elas tiveram significativa participação no movimento constitucional que procurou limitar o poder absoluto do Shah e estabelecer um sistema parlamentarista. Foi importante a participação feminina nas associações secretas e semi-secretas que suportaram os movimentos nacionalista e constitucionalista. (Paidar 1995). Elas ajudaram a organizar greves e boicotes, incentivando o público a protestar contra a influência dos estrangeiros e as leis despóticas do Shah. Em 1905, as mulheres formaram um escudo humano para proteger o *ulama*<sup>7</sup>, entretanto, quando o movimento foi bem-sucedido e a primeira constituição do Irã foi promulgada, sua participação foi negligenciada, sendo-lhes até mesmo negado o direito de voto [13].

A negação dos direitos políticos das mulheres foi justificada por autoridades religiosas. Os líderes políticos queriam fazer dos homens, até então súditos do Shah, cidadãos, uma ruptura radicalmente inovadora no Irã. Mas isso não era um empenho que também alterasse a condição social da mulher. Se no Ocidente a exclusão das mulheres dos processos políticos era racionalizada em discursos filosóficos, no Irã ela encontrava fundamento em interpretações do Alcorão, apesar do texto sagrado não fazer qualquer referência a eleições no sentido contemporâneo [14]. O Ayatolah Mudaress, então o representante do Grande Ayatolah (a autoridade religiosa mais elevada) no *Majles* (parlamento), reivindicou que Deus não tinha dado às mulheres a capacidade de participar na política, uma vez que elas “...estão sob custódia dos homens e não podem ter o direito de votar.” Apoiado por outros religiosos sustentou então que era responsabilidade dos homens assegurar que os direitos das mulheres não fossem esquecidos. O uso do discurso religioso foi então suporte da exclusão legal e política das mulheres. No Irã de 1906, desafiar tal ponto de vista, para aqueles sem conhecimento teológico, era arriscado e difícil. Não surpreende que, além de assuntos relativos à educação, não houvesse qualquer mudança significativa na posição legal de mulheres. Quando, em 1911, Haji Vakil el-Roaya - um deputado liberal de Hamedan - fez um discurso defendendo a equidade legal entre homens e mulheres e exigindo o sufrágio universal, houve grande confusão no parlamento. O discurso foi considerado ofensivo à moral pública e foi retirado do registro parlamentar [14].

O desapontamento de mulheres com a Constituição foi imenso e motivou ativistas. Associações semi-secretas foram estruturadas para discutir interesses das

---

<sup>7</sup> ulema

mulheres e tentar mudar a situação. A principal linha de ação foi a criação de escolas para meninas, apoiada por ações secundárias, voltadas para a publicação de material escrito. Até então, a mobilização política das mulheres tinha ocorrido não em torno das questões de gênero, mas principalmente em torno de questões de ordem nacional (que continuaram sendo objeto de preocupação). O ativismo feminino encontrava ressonância em grupos de intelectuais e setores politicamente moderados e liberais. Mas os religiosos começaram a atacar as associações de mulheres (*anjomans*), reivindicando que as idéias delas iam contra o *Sharia*.

Membros mais liberais do parlamento respondiam às críticas dos religiosos afirmando a inexistência de qualquer impedimento legal, sequer religioso, para que as mulheres muçulmanas se reunissem e aprendessem entre si [15]. Foi então exigido que as associações femininas fossem reconhecidas legalmente, assim como quaisquer outras associações. A legalidade e legitimidade das associações femininas seguiram sendo objeto de debate por algum tempo. Enquanto muitos conservadores permaneceram na oposição às associações, o Grande *Ayatollah* foi pragmático e reconheceu que elas não deviam ser prescritas pela *Sharia* e o Parlamento reconheceu o *status* legal dessas associações, ainda que elas seguissem ser receber suporte financeiro algum.

Decepcionadas com a Constituição, as mulheres começaram a levantar fundos para estabelecer escolas para meninas, sem contar para isso com qualquer financiamento do Estado. Estas escolas se tornaram muito populares em meio às classes médias urbanas. Mas o clero conservador atacava frequentemente suas professoras e alunas. O *ayatollah* Sheikh Fazlullah Nuri emitiu um *fatwa* (decreto religioso) afirmando que as meninas que freqüentassem tais escolas estariam indo contra o *Sharia*. Deve ser destacado que isso aconteceu apesar dessas escolas femininas terem somente professoras e estarem em conformidade com o Código Islâmico na forma de vestir. O *ayatollah* Shushtari organizou protestos (que mulheres de classes pobres apoiaram) contra a instrução feminina e distribuiu panfleto intitulado "Vergonha de um país no qual escolas para meninas são criadas" [15]. Como um argumento contra a hostilidade do clero conservador foi apontada a situação de outros países muçulmanos e também do Japão (que para muitos iranianos era um exemplo de desenvolvimento sem ocidentalização).

Em 1906 os debates intelectuais no Irã sobre assuntos do gênero, particularmente sob pontos da vista islâmicos, eram rudimentares em comparação com o que acontecia então no Egito e Turquia. Por exemplo, "*One Leg Crossed Over the*

*Other*”, um livro de Ahmed Fares Shidyak que apoiou a educação feminina, foi publicado no Egito em 1855; o Sheik Mohamed Abdouh (1849-1905), que tinha sido influenciado por ensinamentos de Sayyed Jamal al-Din al-Afghani, escreveu um livro pioneiro que discute sobre uma interpretação flexível do Alcorão à luz de pensamentos modernos e inicia um debate sobre religião e direitos de mulheres. Qasim Amin, em 1899, publicou seu livro “*A emancipação das mulheres*”, com base em textos religiosos, que criou uma discussão acirrada entre os *sheikhs* conservadores no Egito. Em resposta aos seus críticos, ele escreveu outro livro, “*A nova mulher*”. Estes debates e suas idéias reformistas estiveram ausentes do Irã, apesar da influência considerável em meio à intelectualidade de Sayyed Jamal al-Din al-Afghani (1839-97), importante reformista e pan-islamista social iraniano. [13]

Na contemporânea República Islâmica do Irã, onde o estado está sob integral influência do clero shiita, um *slogan* sobre desenvolvimento, frequentemente difundido é: “*Numa sociedade verdadeiramente islâmica, não deve haver uma pessoa sequer sem educação*”. Nessa palavra de ordem ressoa o hadith: “*um muçulmano deve ir até a China na busca do conhecimento*” (então a civilização mais distante que os muçulmanos conheciam). A pergunta óbvia nesse contexto é: por que houve essa oposição antecipada dos religiosos à instrução de mulheres, justificada em nome do Islã?

Não menos significativa é a ausência no Irã de um importante debate a respeito das questões mais pessoais da Lei, debate esse que foi bastante exaustivo nos meios políticos e intelectuais do Egito e da Turquia. Isso favoreceu que a *Shariah* convencional seguisse servindo de base para a promulgação de leis que permitiram e facilitaram aos homens uniões polígamas, custódia automática das crianças e dissolução unilateral de suas uniões matrimoniais através do divórcio. Apenas décadas mais tarde foi que no Irã ficou estabelecida uma idade mínima de 15 anos para o casamento das mulheres e o registro da união passou a ser obrigatório.

Apesar da relativa falta de interesse em questões relativas às mulheres por parte do Parlamento iraniano, elas continuaram envolvidas na política nacional, opondo-se particularmente à intervenção das forças britânicas e russas (que fizeram aliança com o *Shah* para fechar o Parlamento). As mulheres também tiveram participação significativa na criação do primeiro banco nacional iraniano, instituição estratégica para livrar o país do “estrangulamento” exercido pela influência inglesa. A revisão de jornais e revistas da

época denota a presença das mulheres e seus grandes encontros e ocasionais discursos públicos como força importante nessas lutas ( p.203-205, p. 70-76)[14][15].

As atividades públicas dessa época propiciaram às mulheres iranianas experiência política e organizacional e ajudaram-nas a desenvolver uma linguagem política. A oposição conservadora às demandas femininas, particularmente às demandas educacionais, também contribuíram para fortalecer-lhes a consciência de gênero e forjar uma nova retórica política.

## 2.2 - A era Pahlavi

O sucesso do movimento constitucional e as pressões políticas pela democratização da sociedade e o desenvolvimento econômico conduzem à queda da dinastia de Qajar, mesmo com o forte apoio dos modernistas à causa republicana. Apesar de incentivo considerável em favor do republicanismo por parte de muitos modernistas, a Constituição iraniana sofreu apenas uma revisão superficial. Estabeleceu-se então a nova dinastia de Pahlavi, comprometida com ideologia de modernização e democratização.

No novo contexto difundiu-se a idéia de que a exclusão das mulheres da vida pública e particularmente da instrução era incompatível com a desejada prosperidade e o desenvolvimento do país. Um tema recorrente nos debates era que a sociedade excludente havia incapacitado as mulheres para participarem efetivamente na construção de uma próspera economia nacional; além disso, seriam também inadequadas para educar crianças capazes [15]. Criava-se um novo consenso relativamente à necessidade da educação das mulheres, como condição de habilitá-las a serem esposas e mães modernas.

O primeiro ativismo político das mulheres iranianas data do período da Revolução Constitucional de 1906 – 1911, que inaugura no contexto urbano do país uma política de massas. A relativa independência dos movimentos de mulheres prosseguiu após a Primeira Guerra Mundial, mas, sob a nova dinastia de Reza Shah Pahlavi (1921-41), o quadro se altera. O novo regime prioriza a educação científico-tecnológica como veículo principal da modernização desejada, e favorece a instrução das mulheres, impulsionando a implantação de escolas para meninas e fornecendo novas oportunidades de emprego para as mulheres educadas (inclusive como

professoras). Em contrapartida, diminui a independência dos movimentos de mulheres com relação às políticas governamentais.

No período de 1936 – 41, o Shah Reza Pahlavi decretou o fim do uso do véu, seguindo linhas de ação de Atatürk na Turquia. A política da nova dinastia dá passos no sentido de promover a educação pública das mulheres em todos os níveis. Os modernistas insistiram que, para uma efetiva participação na modernização do Irã, o uso do véu deveria ser proscrito. E muitas vezes propunham a adoção do vestuário ocidental. A questão da indumentária ganha forte conotação simbólica, como se o vestuário, por si mesmo e de modo mágico, excluísse ou incluísse as mulheres com relação à atividade intelectual e ao modo de vida moderno.

A combinação de proscrição do véu (*unveiling*) e a educação feminina num só “pacote” favorece a identificação do véu como símbolo de atraso [16]. No Irã (e também em outros contextos urbanizados de sociedades muçulmanas), o uso do véu era funcional para que as autoridades patriarcais limitassem a mobilidade e independência de mulheres, impondo às mesmas o isolamento e a reclusão doméstica. As críticas subjacentes dos reformistas eram fundamentalmente dirigidas contra o isolamento das mulheres em nome do véu e não sobre este, em si, como indumentária habitual.

O íntimo entrelaçamento entre o uso do véu e a ética islâmica, evidenciou que a proposição da adoção da combinação conjunta do *unveiling* com a educação formal das mulheres, defendida por reformistas e modernizadores, foi um erro estratégico. As forças conservadoras, e os religiosos em particular, usaram essa referência como uma oportunidade de legitimar sua oposição às mudanças em nome da religião e galvanizaram a resistência pública ao modernismo. Mas, se de início a oposição do público era apenas ao *unveiling*, a questão se transformou num campo de batalha simbólico decisivo do combate entre as forças seculares da ocidentalização contra as forças religiosas conservadoras, um combate desvinculado dos mais críticos interesses efetivos das mulheres iranianas.

Em 1936, seguindo o exemplo de Atatürk, e como uma demonstração de força indicativa da exclusão dos religiosos com relação ao poder político formal, o programa de modernização do Shah Reza Pahlavi declarou ilegal o uso do *chador* (capa iraniana tradicional com extensão até o tornozelo que cobre o cabelo e corpo das mulheres, poupando-lhes o rosto).

Deve ser destacado que, nesse contexto, foi declarado ilegal vestir publicamente todas as coberturas de cabeça, excetuando-se os chapéus europeus! Deve ser lembrado também que o decreto impôs também aos homens o uso de trajes europeus, particularmente os empregados do governo. A polícia do Shah teve ordens estritas para remover e destruir *chadors*, mas a aplicação com relação à indumentária masculina não foi tão estrita. Até 1979, o aniversário da introdução desta Lei era comemorado oficialmente como o Dia da Liberação Feminina no Irã.



**Ilustração 3: Uma mulher moderna e uma mulher tradicional, conversando na era de Mohammad Reza Shah Pahlavi**

Um número restrito de mulheres da elite acolheu de bom grado o *unveiling*, e deram boas-vindas à mudança, aproveitando algumas das oportunidades educacionais e de emprego oferecidas pelo Estado. Enquanto a maioria das mulheres da zona rural continuou com suas roupas tradicionais e seu modo de vida em muito pouco foi afetado, para as mulheres urbanas das classes populares de mais baixa renda a lei do *unveiling* foi longe de ser libertadora. Muitas se sentiram desamparadas para a exposição à vida pública sem o uso do *chador*, que foi parte da formação de suas identidades. A áspera execução da Lei do *unveiling* teve para elas um efeito ainda mais constrangedor, aumentando sua dependência em relação a seus maridos, filhos, e parentes masculinos para as tarefas públicas que elas normalmente desempenhavam por conta própria.

O retorno de leis mais constitucionais no período de 1941-53 foi acompanhado da ascensão de um forte movimento nacionalista, ocasião em que houve a nacionalização do petróleo, até então sob domínio britânico. Na política de então as mulheres participaram principalmente como membros de partidos nacionalistas ou esquerdistas. Depois do *coup d'état*, que derrubou o primeiro ministro nacionalista Mosaddeq em 1953, com a cumplicidade dos Estados Unidos e dos britânicos, restaurou-se um regime autocrata sob a égide de Mohammad Reza Shah. As organizações femininas são tuteladas pelo patrocínio real, que, simultaneamente, incorpora como parte do seu programa de modernização, algumas de suas propostas.

Como parte de sua "revolução branca", a partir de 1962, o Shah implementa medidas nesse contexto, incluindo o direito de voto para as mulheres e, especialmente, a Lei da Proteção da Família de 1967, modificada em favor das mulheres em 1975. O Código Civil de Reza Shah se apóia em sua maior parte na Lei islâmica xiita em assuntos relativos ao casamento, ao divórcio e à custódia da criança. A Lei da Proteção da Família se estrutura com uma ênfase mais igualitária: limites estritos são impostos à poligamia; os maridos não podem mais iniciar divórcio com apenas uma afirmação repetida três vezes; maridos e esposas devem ir à corte para o divórcio e os termos para o divórcio são similares para ambos. A custódia da criança, sob a lei dos *xiitas*, pertencia ao marido e à família dele, sendo os meninos mantidos pela mãe até dois anos e as meninas até sete. Após esse tempo, as famílias vão à corte para que os juízes decidam com quem a criança ficaria. A lei dos *xiitas* possibilita providências especiais para proteger as esposas, expressas no contrato de casamento. Desse modo a Lei de Proteção à Família garantia o contrato da união matrimonial, as provisões principais da família como um legítimo contrato islâmico.

Um número crescente de mulheres recebia educação e começava a desenvolver uma variedade de trabalhos fora da esfera doméstica. Apesar das mudanças introduzidas por mulheres ativistas terem atingido principalmente a classe média, na maior parte composta por jovens ocidentalizados, elas começaram também a ter efeitos sobre classes populares. Ressalta-se que a maioria dos religiosos nunca aceitou a Lei de Proteção à Família.

Um forte movimento de religiosos xiitas sob liderança do Ayatollah Ruhollah Khomeini logo tomou a liderança da resistência ao regime do Shah e suas transformações modernistas, conduzidas de forma autocrática em aliança com os Estados Unidos, Grã Bretanha e também Israel, cujo apoio diplomático foi identificado

como sendo particularmente subserviente aos interesses dos EUA. Uma grande manifestação de protesto liderada por Khomeini, em 1963, provocou a sua prisão domiciliar. Posteriormente houve seu exílio em 1964, quando continuou comandando a resistência ao regime desde Paris até o retorno triunfal em 1979. Durante todo esse período Khomeini manteve continuado ataque às leis e práticas anti-islâmicas e afirmou mesmo a nulidade dos casamentos e divórcios efetivados sob a Lei de Proteção à Família.

Na década de 1970, variadas tendências políticas apoiaram as idéias de Khomeini e tornaram-se referências e bastantes populares no movimento de oposição ao regime ditatorial do *Shah*. O repúdio à subserviência aos poderes e valores do Ocidente era um denominador comum dessas diversas tendências. Os seguidores da reforma islâmica eram predominantemente jovens (como Shari'ati), clérigos islâmicos com posições mais moderada e igualitárias que Khomeini com relação às mulheres (como os *ayatollahs* Motahhari e Taleqani); e os jovens originalmente esquerdistas vinculados a movimentos de guerrilha urbana (os *Mojahedin-e Khalq*).

Shari'ati e Motahhari, ao escreverem sobre as mulheres, usaram interpretações mais gênero-igualitárias de ensinamentos islâmicos que Khomeini, ainda que fossem concepções menos igualitárias que as defendidas pelo grupo de mulheres ocidentalizadas associadas ao regime do Shah ou que a oposição secular (Shari'ati, 1980; Motahhari Mortaza. 1991). Os partidos seculares de oposição tiveram freqüentemente seus próprios grupos de mulheres e incorporavam propostas gênero-igualitárias em seus programas. Na prática política, no entanto, não priorizavam essas bandeiras de luta por considerarem-nas motivadoras de divisões. O enfrentamento de tais questões ficava então adiado para um incerto futuro, quando a correlação de forças da política iraniana fosse reconfigurada [17].

Assim, dentro de um contexto político de grande complexidade, muitas das ativistas dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres que trabalhavam mais visivelmente pela igualdade dos gêneros eram oriundas das classes médias urbanas e parcialmente aliadas de um governo autocrata, cada vez mais impopular.

Ao longo das lutas de resistência, a liderança de Khomeini foi sendo consolidada. A maioria das lideranças políticas da Revolução de 1978-79, pensava que o clero xiita nunca chegaria a exercer o poder político que ele veio efetivamente a conquistar.

A sociedade iraniana pré-revolucionária era marcadamente dualista. De um lado desta polaridade estava a elite ocidentalizada e a nova classe média urbana, muitos com instrução ocidental. É importante lembrar que, antes de 1979, havia mais estudantes do Irã em universidades ocidentais do que os oriundos de todos os demais países do Oriente Médio. Eram, em sua maioria seculares e ocidentalizados nos hábitos e costumes, na forma de vestir, nas valorações culturais, políticas e ideológicas, freqüentemente impregnadas do ideário nacionalista, do liberalismo e de diversas correntes do comunismo e do socialismo. Do outro lado da polaridade estavam as classes populares urbanas e a classe média tradicional e os *bazaaris*, com laços familiares, ideológicos e práticos com o clero xiita.

As aceleradas transformações modernizantes impostas pelo regime do Shah promoveram um quadro de instabilidades com forte industrialização e êxodo rural. O clero xiita foi o principal porta-voz do descontentamento das classes populares e do *bazaar*. A autocracia impopular ocidentalizada, confrontava-se com uma forte oposição que teve na cultura islâmica seu elemento catalizador. Dentro desse contexto, algumas mulheres seculares da década de 1970 retornam, como símbolo de oposição ao Shah, ao uso do *chador* ou de um vestido modesto mais moderno, chamado de *hijab*. Durante a Revolução Islâmica as referências exemplares da militância feminina eram Fátima, a filha do profeta Mohammed e esposa de Ali, o primeiro *imã* xiita e Zainab, filha de Fátima e irmã do terceiro *imã* xiita, Hossein [18].

### 2.3 A Revolução Islâmica



**Ilustração 4: Manifestação anti-Shah**

Os esquerdistas e os liberais seculares tiveram crucial participação no processo revolucionário iraniano. Mas, após a queda do regime do Shah, uma por uma dessas correntes políticas foi eliminada do governo entre 1980 e 1983, num processo similar ao de outras revoluções em que o grupo político mais forte eliminou com sucesso seus aliados e monopolizou o poder por períodos variáveis de tempo.

Para as mulheres secularizadas e ocidentalizadas a monopolização de poder pelo clero teve grandes implicações. As mulheres foram definidas na Constituição nos termos de seus *status* e deveres familiares e a Lei de Proteção da Família foi anulada. Uma Lei Islâmica não reformada foi instalada (incluindo poligamia, a união da criança, o controle do pai ou do protetor da primeira união, a custódia ao pai ou à sua família, divórcio livre para homens, mas não para mulheres, e uma idade mínima eventual de nove anos de idade para noivas). As mulheres não poderiam mais ser juízas e foram excluídas de muitas posições governamentais e profissionais. Um anúncio do governo ratificando o uso do *hijab* foi suspenso temporariamente após uma manifestação massiva no Dia Internacional das Mulheres, em 8 de março de 1979. Mas, pouco tempo mais tarde veio a ser reaplicado. O uso do véu transforma-se talvez em símbolo da República Islâmica, da fé e lealdade femininas. Embora no discurso tradicional do Islã o véu fosse relacionado à modéstia e à moral, a nova ordem político-religiosa o transforma em símbolo central do poder islâmico [19].

Mesmo com esse retrato inicial a questão não se esgota aqui. Uma combinação de fatores conduz a uma retomada parcial dos direitos das mulheres, ainda hoje incompleta.

No Irã pós-revolucionário, em resposta à redução das oportunidades de emprego no setor público, muitas mulheres optam por trabalhar na área privada e muitas se tornaram empreendedoras e profissionais independentes. Não menos significativo é o fato de que o incentivo de Khomeini para a participação das mulheres na vida política incorporou um elemento de dinamismo e uma contradição. As mulheres do Parlamento Islâmico (e também as por elas representadas) impulsionam a consciência da necessidade de mudanças no equacionamento da questão feminina.

É também significativo que, durante a Guerra Irã - Iraque (1980 - 88), o governo conclamou as mulheres para o apoio ao esforço de guerra, cuidando da economia doméstica. A dinâmica do conflito bélico que se seguiu à Revolução requereu mudanças nos papéis das mulheres e implicou uma atitude mais conciliadora por parte dos poderes constituídos. As mulheres foram envolvidas na prestação de assistência em áreas de

batalha, no fornecimento de alimentos, de transporte, de suporte médico e na distribuição de armas. Quando em casa, ajudaram feridos, participaram de reuniões, manifestações políticas e conferências dando suporte aos esforços da guerra e à realocação de refugiados.

Como diz uma mulher entrevistada por Maryam Poya sobre suas atividades nesse período, "... o meu marido não poderia discordar; foi tudo por Deus...". Até mesmo um corpo de mulheres combatentes foi organizado, embora as mulheres não tivessem lutado realmente [20].

O suporte das mulheres ao esforço de guerra iraniano se tornou ainda mais importante em meados dos anos 80, quando Teerã, Shiraz, Isfahan, e outras áreas urbanas eram repetidamente bombardeadas. As numerosas viúvas da guerra, de acordo com a Lei Islâmica restaurada, deviam dar a custódia de suas crianças às famílias dos seus maridos. Mas os números crescentes impuseram uma revisão tais injustiças, a favor dos direitos das mulheres, com mudanças nas leis e nas práticas.

Uma mudança maior ocorreu no que diz respeito à atividade econômica das mulheres. Quando os homens não regressaram da guerra para casa ou voltaram mutilados, suas mães, esposas, irmãs, e crianças necessitaram de meios de assegurar a subsistência, sem o que a sustentação do esforço de guerra ficaria comprometida. O impacto desse quadro no emprego das mulheres foi muito substancial. Um número crescente de mulheres teve que trabalhar fora de casa, sendo inclusive incentivadas pelo Estado a se incorporarem força de trabalho, de forma que pudessem oferecer suporte à família [21].

As culturas e estruturas de poder pré-modernas iranianas que antecederam a influência ocidental intensa, não puderam preservar a independência iraniana no mundo industrial moderno. Seguiu-se o modernismo autocrático de Pahlavi. As áreas urbanas dividiram-se numa sociedade de duas culturas. Na década de 70 as tensões desse dualismo gestaram a Revolução, que introduziu um novo regime teocrático-clerical. Dentro do novo contexto novas tensões desdobram-se na possibilidade de novas sínteses, mas essa possibilidade é dolorosa e incerta.

Os escritos sobre a condição feminina no Irã foram escritos principalmente por homens. Eram escritos predominantemente de cunho nacionalista secular no final do século XIX. Após 1943 começam a florescer os escritos marxistas, ou de intérpretes do Islã como Ali Shari'ati e Ayatollah Motahhari. A maioria desses textos tratava de assuntos mais pragmáticos que teóricos (instrução, saúde e reformas legislativas). Quase

ausentes foram os escritos reformistas femininos sob uma perspectiva explicitamente islâmica.

No processo revolucionário a maior parte da população estava unida contra o Shah. Predominava também a visão de Khomeini e seus aliados de que muitas mulheres eram corrompidas pela ocidentalização, como parte da corrupção generalizada da sociedade iraniana pelo Ocidente imperialista. Este discurso veio de homens na maior parte das vezes e cartazes convidando mulheres a usar o *hijab* e a comportarem-se de maneira islâmica foram postos no imperativo ou na forma de repreensão.

Os religiosos liderados por Khomeini e associados dele eram fortemente tradicionalistas, mas isso não impedia que tivessem uma posição favorável à mobilização política das mulheres e as atividades públicas das mulheres durante a guerra Irã-Iraque. As contradições marcavam esse percurso aos olhos de algumas mulheres, como, por exemplo, entre os discursos de Khomeini elogiando o ativismo das mulheres e congratulando-se com elas pela admissão em vários cursos universitários, de um lado, e a demissão de um grande número de mulheres dos serviços governamentais em particular do judiciário, de outro lado. O regime incentivava a atuação das mulheres apenas em determinadas esferas.

No Irã, a imprensa feminina precedeu por décadas a Revolução. Ela teve papel proeminente na resistência das mulheres também após a Revolução e a anulação da Lei de Proteção da Família, o que implicou o retorno da poligamia, da união provisória, o divórcio livre para homens e a custódia da criança para o pai e sua família, com um baixo limite inferior de idade para o casamento (embora fosse permitido às mulheres a introdução de providências protetoras em seus contratos de união matrimonial). Papel de destaque na defesa dos direitos da mulher teve então a imprensa feminina e as representantes femininas no Parlamento. Algumas publicações femininas eram conservadoras (Neda<sup>1</sup>) ou em um primeiro momento limitaram suas críticas à mera exposição do sofrimento feminino, como a revista *Payam-e Hajar* (p. 62)[22]. A revista *Zan-e Ruz*, iniciada em 1964, entretanto, mudou o padrão de discurso após a Revolução, e se transformou numa verdadeira plataforma de oposição às leis e práticas relativas à família com argumentos baseados em interpretações do Islã. Houve progressivamente convergência de idéias entre ela e as expostas em *Payam-e Hajar*, sob o comando editorial de Azam Taleqani [23].

As deputadas do *Majles* (o Parlamento Iraniano) também tiveram papel importante nesse contexto. Contra a poligamia, por exemplo, apresentam argumentos

baseados no Islã para fazê-la admissível apenas em condições restritivas, inclusive submetidas a uma permissão da corte. Essa não é, de modo algum, uma discussão nova no mundo islâmico. O Alcorão permite a poligamia num contexto de guerra (que não é uma situação normal) e desamparo de muitas viúvas e órfãos e o mesmo versículo no Alcorão que diz que um homem pode ter até quatro esposas se as tratar igualmente, também diz que por maior que seja o esforço, um homem não conseguirá tratar várias esposas igualmente. Reformistas afirmam que isso deve ser compreendido como uma afirmação contra a poligamia. E com relação ao uso do véu, o Alcorão prescreve explicitamente que as mulheres cubram seus seios e escondam seus ornamentos. Somente a interpretação prescreve que todo o corpo, exceto a face e as mãos, seja identificado com ornamentos a ocultar. Outros versículos corânicos a respeito do “*veiling*” são similarmente duvidosos. Mesmo havendo versículos de difícil interpretação gênero-igualitária, tentativas nesse sentido são feitas hoje, freqüentemente com argumentos sofisticados por parte de homens e mulheres com formação teológica. Um exemplo foi a redefinição do véu como um objeto que facilite a presença social e não como uma interpretação de exclusão ou a minimização de Hijab e o código de vestido que virou um vestido na moda.

As revistas femininas iranianas relataram muitas histórias do sofrimento de mulheres sob maridos despóticos, histórias de esposas agredidas, de suicídios, e da perda do convívio com os filhos. Essa publicidade e o ativismo dos movimentos de mulheres ajudaram a trazer algumas mudanças no arcabouço jurídico já nos anos 1980, com destaque para restrições à possibilidade do marido impedir a esposa de trabalhar. Em parte como resultado de uma campanha começada pela revista *Zan-e Ruz* em 1984-85, doze condições passaram a ser impressas em todos os contratos de casamento, como termos para que as mulheres obtivessem divórcio (as mesmas da anulada Lei de Proteção da Família), e cortes civis especiais deviam tomar decisões sobre disputas familiares e, particularmente, sobre a custódia das crianças. Deve ser mencionado, nesse contexto, que as cortes podiam dar à esposa até a metade da propriedade adquirida durante o casamento, caso o divórcio ocorresse contra a vontade dela [15][19]. É certo que as cláusulas do divórcio somente são válidas com o consentimento e a assinatura do noivo, mas não é menos verdadeiro que os juízes se tornavam mais sensíveis aos direitos das mulheres, contribuindo para mitigar algumas das mais evidentes injustiças.

Muitas viúvas da guerra Irã – Iraque tiveram a custódia de suas crianças concedida à família dos pais. Em 1985, uma lei foi aprovada, mesmo contra toda a

oposição conservadora, concedendo a custódia de crianças menores às viúvas, mesmo se estas casassem novamente, e disponibilizou recursos para que o governo financiasse sua manutenção nos casos de necessidade. A aprovação de Khomeini a esta ruptura com as interpretações mais fundamentalistas da *Shariah* foi seguida por outras rupturas. Uma grande mobilização foi feita em prol do divórcio sem o restritivo controle exercido pelos homens e uma nova regulamentação normativa foi aprovada pelo Parlamento Iraniano, em 1989, determinando que os divórcios devam ter permissão da corte antes de serem registrados, embora estudos indiquem que as demandas masculinas por divórcio quase nunca foram negadas [24].

A entrada das mulheres menos secularizadas na vida pública interpretando o Islã de forma mais gênero-igualitária, assim como a mais ampla difusão da educação teológica em meio às mulheres foram importantes novidades na República Islâmica do Irã. As mulheres passam a dominar formas técnicas de argumentação do discurso teológico islâmico. E essas mulheres eram politicamente ativas. Se nos primeiros tempos da Revolução Islâmica as poucas mulheres eleitas ao primeiro Parlamento eram incapazes de obter sucesso mesmo para as mais tímidas propostas em favor dos direitos femininos, logo esse quadro foi sendo gradativamente modificado. Constitui-se um núcleo central de mulheres engajadas (parlamentares e não-parlamentares, incluindo também parentes de importantes figuras políticas) com significativo poder de pressão em defesa de causas femininas como Azam Taleghani, filha de Ayatollah Taleghani, e Faezeh Rafsanjani, filha do ex-presidente Hashemi Rafsanjani. Algumas reformas foram realizadas nos anos 1980, ocorrendo a readmissão de mulheres em diversas profissões de que haviam sido demitidas na esfera governamental, por exemplo na medicina e profissões relacionado ao ensino.

As mulheres tornam-se também empreendedoras de sucesso, na área privada, de uma forma sem precedentes, por exemplo, nas microempresas que produzem roupas. Mais que na história precedente do Irã, as mulheres ganham significativa projeção em importantes atividades profissionais como professoras universitárias, artistas, escritoras, cineastas (inclusive na direção), cientistas e médicas. Nesse processo, a imprensa feminina ganha papel proeminente tanto no campo profissional quanto como veículo de resistência e protesto.

Caso exemplar nesse contexto foi a exclusão das mulheres das atividades profissionais no campo do Direito. Logo após a Revolução Islâmica, as mulheres foram excluídas desse campo, em particular, todas as juízas. As advogadas resistiram. Muitas

seguiram trabalhando sob o nome *pro forma* de um membro masculino da família, outras como assessoras jurídicas de companhias. Essa resistência contou com o apoio de deputadas do *Majles*. A grande deficiência de homens qualificados para o desempenho dessas funções contribuiu também para a posterior revisão dos dispositivos de exclusão das mulheres, que passam a ser aceitas como conselheiras no Judiciário, particularmente em Cortes de Família e em assuntos relacionados à infância. A revisão dos dispositivos legais também permitiu que mulheres mantivessem suas posições no Ministério da Justiça. Mas a oposição do clero conservador ao trabalho das mulheres no Judiciário não acabou. Houve inclusive uma tentativa no *Majles* de remover seu papel consultivo em 1994. Parlamentares simpáticos às mulheres tiveram, no entanto, o suporte do porta-voz do *Majles*, Ali Akbar Nateq-nouri, e, assim, os papéis consultivos das mulheres foram, ao fim, ampliados. As advogadas são autorizadas a assumir casos envolvendo a custódia de menores e a atuar como conselheiras nas Cortes Administrativas da Justiça e Cortes de Família. Passam também a ter acesso à posição de assistentes de promotor público, magistratura, e a trabalhar em escritórios dedicados à pesquisa e preparação de projetos de leis, bem como a poder atuar como conselheiras legislativas em departamentos do Governo. Em 1996-97 quatro centros consultivos legais foram criados para ajudar a mulheres preparar casos e tratar de política de direitos das mulheres (pp. 116-125) [25].



**Ilustração 5: Mulheres trabalhando no sistema de saúde iraniano**

As mulheres tornam-se também empreendedoras de sucesso, na área privada, de uma forma sem precedentes, por exemplo, nas microempresas que produzem roupas. Mais que na história precedente do Irã, as mulheres ganham significativa projeção em importantes atividades profissionais como professoras universitárias, artistas, escritoras, cineastas (inclusive na direção), cientistas e médicas. Nesse processo, a imprensa feminina ganha papel proeminente tanto no campo profissional quanto como veículo de resistência e protesto.

Caso exemplar nesse contexto foi a exclusão das mulheres das atividades profissionais no campo do Direito. Logo após a Revolução Islâmica, as mulheres foram excluídas desse campo, em particular, todas as juízas. As advogadas resistiram. Muitas seguiram trabalhando sob o nome *pro forma* de um membro masculino da família, outras como assessoras jurídicas de companhias. Essa resistência contou com o apoio de deputadas do *Majles*. A grande deficiência de homens qualificados para o desempenho dessas funções contribuiu também para a posterior revisão dos dispositivos de exclusão das mulheres, que passam a ser aceitas como conselheiras no Judiciário, particularmente em Cortes de Família e em assuntos relacionados à infância. A revisão dos dispositivos legais também permitiu que mulheres mantivessem suas posições no Ministério da Justiça. Mas a oposição do clero conservador ao trabalho das mulheres no Judiciário não acabou. Houve inclusive uma tentativa no *Majles* de remover seu papel consultivo em 1994. Parlamentares simpáticos às mulheres tiveram, no entanto, o suporte do porta-voz do *Majles*, Ali Akbar Nateq-nouri, e, assim, os papéis consultivos das mulheres foram, ao fim, ampliados. As advogadas são autorizadas a assumir casos envolvendo a custódia de menores e a atuar como conselheiras nas Cortes Administrativas da Justiça e Cortes de Família. Passam também a ter acesso à posição de assistentes de promotor público, magistratura, e a trabalhar em escritórios dedicados à pesquisa e preparação de projetos de leis, bem como a poder atuar como conselheiras legislativas em departamentos do Governo. Em 1996-97 quatro centros consultivos legais foram criados para ajudar a mulheres preparar casos e tratar de política de direitos das mulheres (pp. 116-125) [25].

As deputadas impulsionaram a reforma ainda mais, obtendo uma norma através do *Majles* que levou o Judiciário a criar Cortes da Família com o direito exclusivo de tratar dos assuntos familiares, inclusive o casamento, poligamia, divórcio, pagamentos relacionados ao casamento, salários para atividades domésticas, sustento da esposa pelo marido, custódia da criança e outros assuntos. Cada corte era obrigada a ter um

conselheiro para questões relacionadas à mulher, cujas reflexões deveriam ser baseadas no ponto de vista da mulher. No final de 1997, as mulheres já ocupavam a maioria dos postos na maior parte dos níveis no Judiciário iraniano, Foi permitido agora às advogadas, ter responsabilidade pelas ações relativas à custódia dos menores e atuar como conselheiras nas cortes administrativas de justiça e nas cortes de família. Elas também tiveram acesso como assistente de magistrado do Ministério Público, magistrado de exame, e aos escritórios para a pesquisa e a preparação legais das leis, e poderiam ser assessoras legais nos departamentos governamentais. Até 1996-97, quatro centros para mulheres foram criados para consultas legais para ajudar mulheres a preparar casos e para fortalecer o empenho na conquista pelos direitos humanos ( pp 116-125)[25].

Além de tudo, a reforma incluiu uma norma, ratificada em janeiro de 1997, a respeito do *mehrieh*, a soma paga pelo noivo à noiva, frequentemente não coletado até o divórcio ou a morte do marido. Determinou-se que o *mehrieh* deve ser calculado nos termos do seu valor real. Isto proporcionou às mulheres uma importante fonte de estabilidade econômica à prova da corrosão inflacionária, num período onde a inflação era galopante.

#### 2.4 A imprensa feminina

A imprensa feminina teve importante papel na conscientização da sociedade iraniana para os direitos das mulheres. Os temas mais freqüentemente discutidos nesse contexto foram a violência dos homens contra as mulheres e as crianças e a redução da idade mínima para a legalidade do casamento na República Islâmica (no caso das meninas, para nove anos). A urbanização e o acesso à cultura contribuíram para uma progressiva elevação da idade média de casamento das mulheres no Irã. Como exemplo, no período de uma década, essa idade média passa de 20 anos em 1986 para 22 em 1996 (p. 148) [25].

A imprensa feminina também teve importante papel na campanha contra a condenação à morte de adúlteros. Essas execuções, ainda que não muito freqüentes, começavam a se espalhar em áreas tribais do país. As Cortes Revolucionárias provinciais também se empenharam por controlar tais assassinatos. A discussão parlamentar foi centrada na necessidade de prova que a mulher envolvida era

participante voluntária do adultério. A lei foi modificada para distinguir entre estupro e adultério.

Outro grande esforço da imprensa feminina e do Parlamento foi no sentido tornar mais flexíveis as condições de concessão do divórcio às mulheres, sem que para tanto houvesse autorização prévia do marido firmada no contrato de casamento. Uma lei do *Majles*, rejeitada pelo Conselho de Guardiões em 1993, mas restabelecida então pelo Conselho do Interesse Público em 1994, ampliou as condições da concessão do divórcio por iniciativa da mulher. O divórcio também tornou-se muito mais caro para os homens. Os termos do contrato de casamento, a partir de 1994, deram às mulheres direito à metade da riqueza e propriedade do marido que decidisse divorciar-se de sua esposa sem razão justificada [25]. Ainda que, de fato, sejam pouquíssimos os casos em que os maridos, em razão do divórcio, tenham efetivamente pago às esposas metade dos seus bens, os esforços do movimento de mulheres e de seus aliados no *Majles* resultaram na mudança de características não-igualitárias da lei. As vitórias eleitorais reformistas de 1997 propiciaram uma maior liberdade de imprensa, que muitas mulheres identificaram como condição básica para a ampliação de seus direitos.

A imprensa feminina da República Islâmica floresce especialmente na década de 1990, como parte importante da liberalização geral da imprensa ocorrida nesse período dessa década. O semanário *Zan-e Ruz*, editado por Shahla Sherkat entre 1984 e 1991, refletiu primariamente os pontos de vista de ativistas islâmicas e incluiu a discussão e a defesa das exigências de diversas mulheres. Após discordâncias e conflitos com o corpo editorial de *Zan-e Ruz*, Sherkat cessou as atividades do semanário e lançou o periódico mensal *Zanan* em fevereiro de 1992, que se tornou notável pela qualidade de seus artigos e por sua atitude gênero-igualitária. Este periódico combatia a opressão das mulheres em muitas esferas, e dirigia sua mensagem tanto aos homens como às mulheres. Os artigos levantaram assuntos importantes proibidos e publicaram análises do sistema judicial com relação aos direitos das mulheres. Os artigos eram assinados por homens e mulheres, tanto religiosos islâmicos como de orientação secularizada, inclusive contribuições de mulheres intelectuais iranianas seculares que vivem no exterior. Mehrangiz Kar, uma advogada de projeção, é contribuinte freqüente e escreveu uma série de artigos sobre o Código Civil. O jornal também publicou artigos de clérigos reformistas, notavelmente Saïdzadeh, que escreveu também artigos sob um pseudônimo feminino.

Muitos dos argumentos encontrados em *Zanan* podem ser chamados de feministas por ocidentais. A tônica da mensagem da *Zanan* não é afirmar o espírito gênero-igualitário do Alcorão, sem ignorar a presença de versículos não-igualitários, É assim que versos como os que permitem a poligamia são interpretados de modo contextualizado e referidos a circunstâncias provisórias especiais. Para *Zanan* a perspectiva gênero-igualitária é autenticamente islâmica, as leis e doutrinas não-igualitárias que vieram a ser criadas posteriormente são desvios causados por vários tipos de preconceito dos homens e de suas circunstâncias históricas.

Dois importantes artigos publicados em *Zanan* no ano de 1992 foram reconhecidos como de autoria de um homem com sólida formação teológica xiita, que, escrevendo sob um pseudônimo feminino, refutava a exclusão das mulheres de funções jurídicas. Entre outros argumentos, o autor reinterpretava uma passagem de Alcorão (usada geralmente pelos conservadores para fundamentar uma suposta superioridade natural dos homens). O autor, como frequentemente fazem reformistas islâmicos, rejeita alguns *hadiths* como não autênticos e reinterpreta outros, concluindo com uma fórmula usual em decretos religiosos islâmicos: "...nós afirmamos que o potencial das mulheres é o mesmo que aquele dos homens seja qual for o emprego ou função; isto vale igualmente para a função do juiz ou do jurisconsulto (*faqih*)." [27]. Impulsionada pelo questionamento trazido por *Zanan*, o restante da imprensa feminina também começou a escrever sobre esse mesmo tema, muitas vezes de forma mais radical. Meses após, o jornal conservador Qom publicou notas do clérigo reformista moderado, o Ayatollah Motahhari, afirmando que dentre os *hadiths* citados por clérigos para excluir mulheres da magistratura "...somente dois são autênticos e não justificam de forma alguma a proibição de mulheres serem juízas." [28]. Ainda hoje as mulheres no Irã não podem ser juízas regulares, embora desde 1995 possam ser "juízas consultoras", especialmente nos assuntos de família e menores.

Um segundo tema importante também teve o debate impulsionado por outro artigo publicado em *Zanan* em 1992, sob o mesmo pseudônimo. Foi sobre a possibilidade das mulheres serem "exemplos a imitar" [29]. As notas de Motahhari, publicadas em *Payam-e Zan*, disseram que não havia nenhuma base para a exclusão das mulheres nos julgamentos definitivos em outras esferas que não as de assuntos de família, e que "... se uma mulher fosse mais sábia que homens, somos não somente autorizados para segui-la, mas temos o dever de assim fazê-lo." [30]. O jornal *Zan-e Ruz* foi inclusive além e relatou as declarações de outro clérigo, dizendo que a palavra

"homem", adotada pela Constituição Iraniana, ao descrever o Presidente do Irã, é um termo genérico, não devendo ser entendida como restrita ao gênero masculino [31]. Isto abriu nova discussão, e a postulação de candidaturas (que não foram permitidas) de mulheres nas eleições presidenciais de 1997.

O avanço das causas femininas no Irã foi inicialmente impulsionado por mulheres ativistas, seculares e islâmicas, contando com uma crescente participação não somente de homens seculares, mas também de clérigos reformistas, muitos com importante *status* e formação teológica. Esses reformistas são minoria no alto clero xiita e frequentemente formulam seus discursos com muita cautela, atuando num contexto dominado pelo conservadorismo em questões de gênero e família [26]. Como situa o renomado advogado secularista Mehrangiz Kar em 1996:

“Nós não podemos ainda falar de um acordo [entre secularistas e clero reformista], mas sim, preferencialmente, de uma moderação de posições de ambos os lados. Nossas reuniões não são oficiais e políticas; nós reunimos apenas para discutir problemas das mulheres. Em ambos os lados há ainda muitas reservas, mas sob um aparente silêncio já é possível perceber um ajuste das diferentes modalidades do pensamento e uma maturidade cultural que começa a emergir. Pode ser através das mulheres que esta sociedade dividida encontrará sua coesão social e cultural. A revolução deu às mulheres auto-confiança. Com todos os sacrifícios que elas fizeram, as mulheres iranianas sabem o quando governantes atuais e futuros devem a elas. Direitos igualitários são parte do que lhes é devido. Esta exigência não é de um grupo das mulheres; é de âmbito nacional. O governo islâmico não pode escapar disso sem arriscar uma separação brutal entre o Estado e religião.” [32].

Tais alianças não ocorreram sem discórdias e divergências, tanto em meio ao clero, quanto dentre os diferentes grupos femininos, a respeito de táticas e idéias básicas a serem defendidas [26] [33].

Em meio aos homens, além do clero reformista, muitos leigos apóiam as reivindicações gênero-igualitárias do movimento de mulheres no Irã. Os argumentos do clero reformista, entretanto, são especialmente importantes no Irã pós-revolucionário. O mais audacioso clérigo reformista iraniano é Hojjat ol-Islam Mohsen Saïdzadeh, colaborador regular do *Zanan* e autor dos artigos anteriormente mencionados escritos sob pseudônimo feminino p. 227[32][26]. Preso por algumas de suas palavras, foi um líder na abertura de nova abordagem para os direitos das mulheres na Lei Islâmica 51. Ele foi libertado depois de alguns meses, mas foi proibido de publicar textos públicos.

Os sucessos do movimento de mulheres na República Islâmica do Irã podem ter importante repercussão além fronteiras, favorecendo interpretações gênero-igualitárias de textos islâmicos. Tais reinterpretações reformistas do Islã não são novas, mas sua difusão em meio ao tecido social do Oriente Médio ainda é restrita. A abertura para um diálogo com o pensamento e a filosofia contemporâneos trazida pelos reformistas iranianos é um evento cultural muito significativo [34].

Filósofos ocidentais modernos são ensinados em alguns seminários e citados por reformistas. Apesar de ainda ser muito difundida a hostilidade ao pensamento ocidental e não-islâmico, o quadro geral não é tão agressivo como no período imediatamente pós-revolucionário.

Nesse contexto tem importante protagonismo a imprensa feminina, empenhada em promover mudanças em leis civis, penais e constitucionais. As editoras destas publicações sustentam que a desigualdade entre homens e mulheres não tem seu fundamento no Alcorão, mas na errônea e injusta interpretação de suas prescrições. Tais revistas, que têm papel importante na difusão de debates intelectuais acerca de assuntos e interesses femininos, realçam a consciência social e política da mulher e criam contextos para a interação política das mulheres com a elite do Governo.

Numa solidariedade de gêneros sem precedentes entre ativistas islâmicos e seculares, podem ser apontados exemplos proeminentes de importantes personalidades da cultura iraniana, tais como Mehrangiz Kar, o advogado Shirin Ebadi, o professor Zhahleh Shaditalab, e o diretor de cinema Tahmineh Milani, atuando como contribuintes regulares em revistas femininas iranianas. Em entrevista reveladora, o

editor da revista *Farzaneh*, falou, a Kian, da necessidade em mudar a antiga política islamista excludente das mulheres seculares. Revistas como *Zanan* e *Jens-e Dovvom* (“O Segundo Sexo”) têm publicado recentemente artigos escritos tanto por mulheres como por homens que viveram por muito tempo no exterior.

O papel reformista das mulheres na imprensa se articula com a atuação das mulheres na política e não deve ser minimizado. A atuação feminina teve importante papel no abrandamento das limitações da liberdade de imprensa até abril de 2000, apesar das suspensões de diversos periódicos, que freqüentemente reapareceram sob nomes novos (nesse contexto o fechamento do jornal *Zan* foi, num prazo mais longo, o evento mais prejudicial às causas das mulheres). A paralização massiva da imprensa reformista em abril de 2000, entre dois turnos de vitórias eleitorais reformistas, representou um fenômeno novo. Mais de 50 novas revistas e jornais foram fechados.

Os conservadores seguem assumindo papéis importantes no governo e em instituições do clero. Exemplo disso é que em 1999 duas leis foram propostas no *Majles*, uma - aprovada - proibindo a "exploração" de imagens femininas nas publicações, e a outra pretendendo impor a segregação de gêneros na Medicina de modo a determinar que somente médicas possam tratar de mulheres. A última proposta foi rejeitada, principalmente devido a sua falta de praticidade, mas deve ser destacado que somente duas das quatorze deputadas opuseram-se. Deve ser também destacado que antes das eleições de fevereiro do *Majles*, *Zanan* realizou uma reunião pública para deputadas de *Majles*. Essa reunião foi assistida em sua maior parte por secularistas, sendo que somente três das quatorze deputadas compareceram. Estas deputadas criticaram o fato da mídia, especialmente desde o encerramento do *Zan*, ter dedicado quase nenhuma atenção às posições por elas defendidas [35]. Por paradoxal que pareça, as reformas que favoreceram mulheres foram menos difundidas na imprensa e no Parlamento após a vitória presidencial do reformista Khatami em 1997. É provável que isso se explique pelo empenho por uma unidade em torno de um programa universal de direitos humanos e de liberdade política.

O *Bureau* de Assuntos Femininos estava inserido no escritório do Presidente. Após a eleição de Khatami em 1997, o *Bureau* transformou-se no Centro de Participação Feminina. O centro tem escritórios dentro de cada ministério e é responsável por atender interesses das mulheres e avaliar o resultado de seu trabalho para as mulheres. A diretora do centro, Dra. Zahra Shojai'i, provou ser uma executiva eficiente na abertura de novas posições para mulheres em ocupações predominantemente

masculinas, tais como policiais e condutores de ônibus, bem como em cargos mais tradicionais do governo. Khatami indicou também uma mulher para a vice-presidência, Masoumeh Ebtekar, responsável por questões ambientais. Sahar Afazeli, uma ativista bem conhecida, relata que, nos oito anos do governo de Khatami, as candidatas eleitas ao Parlamento foram 538. Após Khatami, a contribuição das mulheres foi reduzida significativamente. Durante o governo de Khatami, houve maior tolerância com relação ao uso do *hijab*. O reformismo desafiava as resistências dos conservadores, que difundiram relatos sobre aumento na prostituição em razão da excessiva liberalidade.



**Ilustração 6: Protesto feminino na Dia Internacional da Mulher**

Os direitos limitados de divórcio e emprego, a revisão de uma proibição para mulheres solteiras em estudar no exterior, bem como a mudança na idade legal do casamento para meninas de nove a quatorze anos, e mesmo a ratificação da Convenção na Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW) estavam entre as propostas políticas de Khatami, em confronto contra os clérigos conservadores radicais. Tais posições foram vetadas pelo Conselho de Guardiões, que as considerou não-islâmicas.

Em fevereiro de 2004, as eleições do Parlamento empossaram uma maioria de conservadores. Eles estabeleceram um comitê para estudar a possibilidade de um novo código nacional para a forma de vestir e excluíram a "justiça de gênero" do plano de

cinco anos de desenvolvimento econômico. Exemplar nesse contexto é um decreto de setembro de 2005 proibindo que as mulheres atuem na gerência de restaurantes. O governo atual se empenha por silenciar as organizações femininas e as ativistas são acusadas de se aliarem ao Ocidente para trazer corrupção e destruir os valores da Revolução Islâmica. Mas o ativismo feminino persiste.

De uma forma geral, as leis contra as quais o movimento das mulheres iranianas mais lutou são:

- i. o artigo 18 da “lei do passaporte”, que prescreve que mulheres casadas devam requerer permissão do marido para solicitarem passaporte;
- ii. O artigo 21 da Constituição do Irã, que determina que "o governo deve assegurar os direitos das mulheres em todos os aspectos, em conformidade com critérios islâmicos", em razão do fato de essa determinação implicar que as leis relativas às mulheres fiquem a critério do clero;
- iii. o artigo 83 do Código Penal, chamado “Lei de Hodoud”, que estipula que a penalidade para fornicação seja de 100 chicotadas, para ofensores solteiros do sexo masculino ou feminino;
- iv. o artigo 102 da Constituição do Irã que determina que "mulheres que aparecem nas ruas e em público sem o *hijab* islâmico prescrito são condenadas a 74 chicotadas";
- v. o artigo 115 da Constituição do Irã que determina que a Presidência da República Islâmica seja restrita a postulantes masculinos, pois: "o presidente deve ser escolhido dentre homens de estado, religiosos e políticos (*rejal*)". Deve ser destacado que a palavra *rejal* significa literalmente, “homens de grandes feitos”;
- vi. o artigo 162 da Constituição do Irã que determina a condição para os líderes do Judiciário: "o chefe do Departamento de Justiça e da Advocacia Geral da República deve ser *mojtahed*" (o que significa literalmente, “homem religioso que possa emitir decreto”), honesto e erudito em assuntos legais”;
- vii. o artigo 167 da Constituição do Irã que determina que: "o juiz é limitado para tentar deliberar em todos os casos, com base na Lei Codificada. Em caso de ausência de lei para uma situação específica, ele deve deliberar com base em fontes islâmicas oficiais e no *fatwa* autêntico”;
- viii. o artigo 209 da Constituição do Irã que determina o pagamento de *deyeh* (valor em dinheiro que a família da vítima tenha que pagar à família do criminoso pelos danos, mutilação, ou morte física do assaltante) pela família da vítima à família do criminoso

antes da execução de sua sentença. Em particular é questionado que o *deyeh* também possa ser aplicado ao caso do assassinato de uma mulher.

ix. o artigo 300 do Código Penal que determina que o *deyeh* relativo a uma mulher seja metade do relativo a um homem, indicando que, para a Lei Criminal Islâmica do Irã, a vida de uma mulher seja avaliada pela metade do valor da de um homem. Em 1998, o parlamento iraniano rejeitou a lei que proporcionaria mesmos direitos de herança para o homens e mulheres. Disseram que a proposta era contrária à Lei Islâmica, que estipula que a parte de uma mulher pode ser apenas metade da de um homem.

O parlamento do Irã adotou uma lei, em abril de 1998, para segregar inteiramente o sistema de assistência de saúde para mulheres e meninas. Esta lei comprometeu seriamente a saúde das mulheres porque não há bastante médicas e outras profissionais do sexo feminino treinadas na assistência da saúde para alcançarem as necessidades de todas as mulheres e meninas do Irã. A lei foi aprovada, mas só está sendo implementada em situações onde há bastantes especialistas em saúde. Já existem alguns hospitaies para mulheres onde a entrada de homens não é permitida.

A mesma lei reporta-se também a uma outra nova lei que proíbe a discussão de assuntos ou direitos das mulheres fora da interpretação do *Shari'a* (Lei Islâmica). Os direitos das mulheres somente podem ser discutidos por figuras religiosas masculinas no Irã. As cortes de família não fornecem às mulheres nenhuma proteção contra abuso por parte de maridos.

O artigo 105 do Código Civil determina que no relacionamento entre um homem e uma mulher, o homem é responsável, como chefe da família, e serve de base para prescrições como a do Conselho dos Guardiões decretando que uma mulher não possa deixar o lar sem permissão do seu marido, nem para comparecer ao funeral do seu pai.

O artigo 1117 do Código Civil estabelece que o marido possa proibir sua esposa de exercer toda e qualquer profissão técnica que se opuser “à vida em família ou ao seu caráter”.

O artigo 1133 do Código Civil estabelece que “um homem pode se divorciar de sua esposa sempre que desejar, sem ter que participá-la com antecedência.”

O artigo 102 do Código Penal que determina que os adúlteros sejam condenados ao apedrejamento (*rajm*). No caso de um homem, o artigo 114 do Código Civil do Irã estabelece que a sentença deva ser executada com a pessoa enterrada até sua cintura, e no caso da mulher até o pescoço (o tratamento diferenciado corresponde também a uma

preocupação para se evitar fugas: no caso do homem havendo fuga nenhuma punição adicional deve ser aplicada, mas no caso da mulher deve haver execução por pelotão de fuzilamento).

## 2.5 Outras esferas: Educação, controle de natalidade, e esportes

Escrever sobre mulheres no Irã frequentemente põe em foco restrições. Mas não é menos verdadeiro que as iranianas tiveram seus campos de atividade também apoiados e ampliados por programas de governo. Primeiramente, o governo enfatizou programas para mulheres em situação de carência social, com ênfase em programas educacionais e de saúde pública. Deve ser destacado que, desde 1988, o Irã desenvolveu um dos mais eficazes programas de controle de natalidade do mundo. Tais ações têm impacto positivo sobre a qualidade de vida das mulheres, particularmente daquelas de classes populares.

Foi muito significativa a elevação ocorrida no nível de instrução das mulheres iranianas, embora essa já fosse uma tendência observável desde os tempos do Shah Reza Pahlavi. O que existe de mais novo é a grande extensão de classes de alfabetização para adultos, muitas das quais atingem principalmente o público feminino. Os livros-texto mudaram desde a Revolução e destacam papéis distintos para meninos e meninas, ao mesmo tempo em que apresentam poucos modelos profissionais femininos [36][37]. Mas meninos e meninas seguem fundamentalmente a mesma grade curricular, ainda que alguns reivindiquem que as meninas se formem em ambientes escolares exclusivamente femininos, onde se observa que algumas disciplinas de segundo grau não lhes sejam universalmente disponíveis. É também significativo que a maioria dos estudantes universitários iranianos seja hoje de mulheres. Daqueles que passaram nas provas de admissão nas universidades (2000) 57.2% eram mulheres [38].

Em 1989, devido à pressão do movimento de mulheres as cotas para mulheres, antes restritivas, foram removidas de muitas disciplinas universitárias (p.402)[39]. Em contrapartida, segue sendo verdadeiro que a maioria das meninas somente adquire educação primária, não havendo para elas formação adequada para o desempenho de diversos ofícios.

O Irã foi um dos primeiros países a estabelecer um programa de planejamento familiar como parte de seu plano de desenvolvimento. O Governo Imperial do Irã adotou uma política nacional de planejamento familiar em 1966 apoiada por um

programa ativo de planejamento familiar lançado pelo Ministério da Saúde em 1967. A Declaração de Teerã em 1967 reconheceu o planejamento da família como um direito humano e enfatizou seus benefícios sociais e econômicos para famílias e sociedade. O programa recrutou e treinou um grupo de profissionais, e ensinaram a muitos médicos novos sobre implicações do planejamento familiar para a saúde pública e seu papel crítico em promover o bem-estar das mulheres e crianças. O planejamento da família transformou-se parte integral dos serviços de assistência à saúde materno-infantil em todo o país. Estima-se que, nos idos de 1970, 37 por cento das mulheres casadas iranianas praticavam planejamento familiar (com 24 por cento delas usando métodos modernos) [40].

O programa de planejamento familiar foi dissolvido logo após a Revolução Iraniana de 1979. O governo revolucionário defendeu crescimento da população como uma prioridade política e adotou políticas sociais novas, inclusive subsídios de alimento para famílias maiores. Buscando apoio do governo revolucionário para o planejamento familiar, vários profissionais de saúde empenharam-se por esclarecer o governo e a população sobre benefícios do programa para a saúde da mulher e a saúde coletiva. Obtiveram até mesmo *fatwas* (editos religiosos acerca da vida cotidiana) do Imam Khomeini e outros importantes membros do alto clero xiita afirmando que "a contracepção não era inconsistente com os princípios islâmicos, desde que não comprometesse a saúde do casal e fosse usada pela mulher com o consentimento informado do marido." [40]

Em 1980, o Irã foi atacado pelo Iraque. Durante o conflito, que durou oito anos, ter uma grande população foi considerada uma questão positiva para o esforço bélico e o crescimento da população transformou-se num dos alvos principais da propaganda do governo revolucionário. Muitas autoridades iranianas ficaram satisfeitas quando o recenseamento de 1986 mostrou que a população do Irã com cerca de 50 milhões estava crescendo a mais de 3 por cento ao ano, uma das taxas mais altas do mundo. Na mesma ocasião, a Organização de Planejamento do Orçamento, a principal agência governamental para monitoramento de receitas e despesas, bem como ministérios como os da Saúde, da Educação, e da Agricultura, estavam cientes da vulnerabilidade e dificuldades adicionadas à economia, causadas por uma população nova e tão rapidamente crescente. Na avaliação dos danos econômicos da guerra e na tentativa de se planejar o desenvolvimento nacional, a Organização de Planejamento do Orçamento

coletou dados sobre o emprego e a demanda de serviços básicos, apresentando um retrato severo da economia do país. [40]

Após o fim da guerra com o Iraque em 1988, a Organização de Planejamento do Orçamento alertou os líderes do governo informando das imensas dificuldades para o país suportar o custo elevado da reconstrução e fornecer ao povo iraniano os serviços sociais e de bem-estar estipulados pela nova Constituição. Como resposta, o primeiro ministro pediu a todos os departamentos do governo para rever o impacto de taxa de crescimento da população e suas implicações para o primeiro plano de desenvolvimento (cujos efeitos seriam avaliados em 1989). Mais tarde o governo explicitou que "reconsiderou" a questão do crescimento populacional e logo se lançou à implementação do que parece ser um dos programas de controle de natalidade mais eficazes do mundo. O governo subsidiou métodos contraceptivos gratuitamente e patrocinou a difusão de informações para controle da natalidade, envolvendo agentes comunitárias de saúde voluntárias e palestras para recém-casados. Se os dados oficiais estão corretos, as taxas de natalidade reduziram-se a mais da metade entre 1986 e 1996, embora estejam ainda bem acima da taxa de substituição [16]. Com o crescimento rápido e continuado da instrução feminina e da urbanização, dois fatores que se correlacionam fortemente com a queda das taxas de natalidade em todo o mundo, é razoável supor que tais números caíam ainda mais. Isto pode simplificar muitos problemas relacionados à inclusão social das mulheres. No entanto o quadro atual, com alta percentagem de crianças e jovens na população total e um drástico declínio do crescimento econômico desde a Revolução, não facilita as perspectivas de inclusão.

Deve ser mencionado que a participação das mulheres nos esportes teve grande avanço no Irã após a Revolução Islâmica. O cenário do esporte foi transformado de modo bastante significativo partindo de uma situação na qual o governo fortemente desencorajou a prática esportiva feminina para um quadro onde grande número de esportes individuais e coletivos são praticados por números sempre crescentes de meninas e mulheres.

Deve ser destacado que, embora a posição defendida pelos conservadores seja de que as práticas desportivas femininas somente devam mostrar o corpo na presença apenas de outras mulheres, no Irã contemporâneo, as mulheres crescentemente participam de práticas esportivas onde também são vistas por homens, (inclusive esqui, esqui aquático, ciclismo, etc.), a restrição é o uso do vestuário tradicional. [41]

Antes da Revolução, todos os esportes eram abertos às mulheres, mas somente em quatro competiam em nível nacional e internacional: vôlei, basquete, atletismo e natação (e as atletas recordam que como eram precários os incentivos para sua atividade). [42].

Em 1981, a WSO (Organização Desportiva Feminina) foi fundada. Seus objetivos declarados são: a promoção e preservação da saúde física e mental, o desenvolvimento de relações sociais, das condições intelectuais e mentais, do desenvolvimento moral, ideológico e espiritual, o planejamento do tempo de lazer, e a prevenção e cura de problemas específicos da da saúde da mulher e diferentes idades da vida. Atualmente as mulheres iranianas são ativas em 25 esportes (variando de esqui, a voleibol, basquetebol, tiro, remo, karatê, judô e ginástica). Muitas mulheres foram habilitadas nos últimos anos como árbitras e treinadoras (cerca de 16.000 delas entre todas as modalidades desportivas). O Irã tem agora 56 instrutoras de nível internacional para o voleibol e seis para esgrima, por exemplo. A separação dos sexos incentivou muitas famílias iranianas tradicionais a permitirem que suas filhas praticassem esportes, o que não havia ocorrido até esse momento. [43] A tabela 1 a seguir mostra estatísticas sobre mulheres no Irã.



**Ilustração 7:mulher iraniana treinando para competição de natação**  
Foto: Reuters

Estatísticas sobre mulheres no Irã:

Alguns índices sobre desenvolvimento das mulheres nos últimos anos estão mencionados na tabela 1.

Tabela 1

	Rankíndice de desenvolvimento relacionado ao gênero (GDI)	Expectativa de vida ao nascer (anos) Feminino	Masculino Vida expectativa no nascimento (anos)	Feminino Alfabetização de adulto (%)	Masculino Alfabetização de adulto (%)	Feminina Nível de instrução bruta combinada primária, secundária e terciária (%)	Masculino Nível de instrução bruta combinada primária, secundária e terciária (%)	Valordo GDI	HDI
1996	92	69.1	67.8	59.3	77.6	62.5	67	0643	-
1997	81	70	68.5	65.7	80.3	68	76	0.696	95
1998	84	70.4	68.7	67.4	81.7	67	73	0.691	97
1999	83	69.4	67.7	68.7	82.7	69	76	0.696	90
2000	83	69.1	68.0	69.3	83.2	69	76	0.703	98
2001	86	71.3	68.5	70.2	83.8	63	66	0.702	106
2002	82	71.7	68.8	70.4	83.5	65	72	0.713	101
2003	78	71.9	69.0	70.4	83.5	65	72	0.719	99
2004	74	72.3	69.2	70.4	83.5	70	74	0.736	96
2005	84	71.8	68.7	76.8	88.0	73	73	0.750	94

UNDP Human Development Report 1998-2007

### Capítulo 3. Mulheres e Trabalho

As peculiaridades relativas a mulheres e trabalho no Irã sugerem que é importante rever os discursos habituais sobre a divisão do trabalho entre os gêneros nos setores formais e informais da economia. Esta revisão de perspectiva é importante para visualizar o trabalho e a contribuição das mulheres na economia. A literatura sobre o tema Uma revisão da literatura revela três aspectos relacionados:

1. Uma divisão de trabalho bem definida pelos gêneros não é uma peculiaridade iraniana. Ela se faz presente nos mais diversos países, ainda que as atividades consideradas como tipicamente masculinas ou femininas possam variar consideravelmente entre os diferentes países [44].
2. Um limite entre o trabalho informal e o trabalho formal pode ser uma questão teoricamente fundamentada, mas sua caracterização empírica nas diversas situações nunca é clara [45] [46].
3. Pode-se afirmar a existência de uma relação entre a divisão do trabalho entre os gêneros e as relações entre o trabalho informal (ligado à reprodução social, às atividades domésticas e de subsistência) e o trabalho formal (ligado a divisão do trabalho assalariado na economia monetária). Deve ser ainda destacado que o trabalho informal não é simplesmente um vestígio residual de práticas econômicas pré-capitalista, ele pode ser mesmo identificado como uma característica estrutural da acumulação capitalista [47].

A classificação rígida de setores da economia como sendo do tipo formal/informal pode ser importante para descrever o mercado de trabalho, mas pode ser obstáculo para um mais aprofundado estudo da dinâmica econômica [48]. O setor informal é tão importante quanto o setor formal da economia para qualquer estudo relevante [45], *Narsapur*; [46] considerando-se aqui a muito variada forma de atividades econômicas que se fazem presentes na informalidade, variando do trabalho no próprio domicílio até trabalho remunerado e não-remunerado em diferentes instituições, inclusive o trabalho voluntário [46]. Algumas formas de trabalho informal são ligadas direta ou indiretamente ao trabalho industrial e à prestação de serviços. Estas atividades são operações voltadas para obtenção de lucro e podem também incluir o trabalho autônomo e assalariado. Outras representam atividades de sobrevivência, organizadas em ambiente doméstico e/ou comunitário (pp.110-111) [49]. O Relatório sobre

Desenvolvimento Humano das Nações Unidas afirma mesmo que se o trabalho mundial até então não-remunerado fosse concebido sob pagamento, isso corresponderia a um montante de cerca de US\$16 trilhões, dos quais US\$11 trilhões seriam atribuídos à contribuição “invisível” das mulheres [50].

Desde 1970 o debate teórico sobre o papel econômico do setor informal mudou, ganhando ênfase o estudo da integração dos setores formais e informais, da interdependência destes setores e do fato de que o setor informal possui um papel importante no funcionamento do setor formal e na economia como um todo. [51]

No contexto do Irã contemporâneo, o foco de minha atenção na presente dissertação recai sobre o trabalho feminino no setor formal (empresas que empregam mais de dez trabalhadores), assim como no setor informal, que inclui os trabalhadores assalariados de empresas privadas que empregam menos de dez trabalhadores, e vários tipos de trabalho familiar não-remunerado no domicílio e também em oficinas que empregam trabalhadores assalariados, trabalho artesanal (como tecelagem de tapetes e outros artesanatos) ou a simples transformação de produtos (como ervas secas, picles, purê, geléia, cobertores, folhas, tecidos e outros).



**Ilustração 8: Menina tecendo tapetes, uma atividade de economia informal**

É importante distinguir entre estas diferentes modalidades do setor informal em termos de sua classe, nível salarial e modalidades de trabalho assalariado e não-assalariado. Em meu estudo identifiquei alguns dos assalariados categorizados como *karmand* (trabalhadores de classe média-alta) e outros como *kargar* (trabalhadores de classe baixa). Aqueles categorizados como o *karmand* se identificam geralmente com classes médias e os *kargar*, geralmente com a classe de trabalhadores.

A urbanização, o *status* familiar, os diferentes graus de poder aquisitivo, a propriedade, a instrução e o prestígio podem alterar a classe dos indivíduos ou das famílias (pp.21-25) [52]. Analisei o relacionamento das mulheres com o salário, o trabalho doméstico, as relações de gênero e a estrutura de classe, numa perspectiva que inclui as trabalhadoras do setor informal como parte da classe trabalhadora do país. Essa perspectiva não desconhece que existe uma divisão de trabalho bem definida por gênero, de acordo com a cultura islâmica iraniana. Mas ela evidencia também que o limite entre o trabalho informal e o trabalho formal não é claro, especialmente no caso de mulheres mais pobres nas áreas urbanas e rurais que têm menos acesso aos recursos materiais. No Irã o setor informal inclui trabalho remunerado e não-remunerado numa variedade de instituições, inclusive algumas organizações voluntárias e organizações não-governamentais. É bastante significativo o número de mulheres (e homens) trabalhando nestas instituições. Seu trabalho é essencial para mover a economia e o bem estar de suas famílias e comunidades, mas ele não aparece nas estatísticas da renda nacional. Como é discutido por Beneria (pp.136-141)[49], recentemente, uma larga escala de atividades no setor voluntário ocorreu na vizinhança e no interior de comunidades locais. Algumas destas atividades podem facilmente ser enquadradas como produção econômica, outras não apresentam vínculo direto com o mercado, mas contribuem significativamente para a reprodução social e a manutenção da força de trabalho.

Instituições patriarcais são obstáculos para o acesso das mulheres a recursos econômicos e emprego. O trabalho feminino é afetado e muitas vezes restringido por leis acerca da família, instrução e questões relacionadas à saúde, e não apenas por dispositivos legais específicos da legislação trabalhista. Entretanto, a ação organizada de mulheres engajadas desenvolveu estratégias para renegociar aspectos significativos das relações entre os gêneros nesse contexto, tanto no interior da vida doméstica quanto no âmbito do Estado, do mercado e de outras instituições. Houve importantes êxitos na

reforma da lei de família, na educação e no emprego feminino. Estas reformas afetaram não somente o trabalho das mulheres no setor formal, mas também no setor informal.

### 3.1 Gênero e economia antes de 1979, sob o estado secular do Shah Reza Pahlavi



**Ilustração 9: Mulheres em reunião de trabalho**

O Estado secular, fortemente apoiado pelo Ocidente, foi no Irã do século XX o principal agente da acumulação de capital, promotora de um desenvolvimento marcadamente desigual. Operou-se uma síntese de capitalismo e patriarcado, condicionadora do padrão de incorporação das mulheres na esfera pública. Sob a influência do Estado, capital e religião, diferentes classes sociais tiveram acesso marcadamente desigual aos recursos materiais, ao mundo da cultura, aos valores da ideologia religiosa e aos graus diferentes de poder político. Como já apontamos anteriormente com relação à condição das mulheres iranianas, o *unveiling* e a desagregação foram as mais marcantes características deste período.

O desenvolvimento desigual implicou que apenas uma minoria se beneficiasse da instrução secular, da reforma da Lei da Família e das oportunidades no mercado do trabalho. Algumas mulheres ocuparam posições importantes nesse período. Não obstante, as mulheres foram incorporadas aos processos econômicos diferentemente dos

homens. O processo do desenvolvimento econômico foi estrutural e espacialmente desigual. A política econômica de industrialização por substituição de importações significou que a economia do petróleo acumulou importante *superavit*, viabilizando a incorporação de tecnologia ocidental, bem como financiando a industrialização, edificando infra-estrutura e melhorando oportunidades de saúde, instrução e emprego.

A burocracia estatal forneceu algumas oportunidades de emprego para uma minoria de mulheres da área urbana. Mas a grande maioria das mulheres seguiu sendo um imenso contingente de mão-de-obra pouco especializada, não-especializada e não-remunerada nas atividades econômicas onde as novas tecnologias não foram introduzidas e a produção seguiu sendo intensiva em mão de obra.

O Estado secular desenvolvimentista marginalizou o clero das decisões estratégicas em matéria econômica, embora a *Shari'a* determinasse funções e relações relacionadas a cada gênero (pp.49-60) [52]. A inter-relação entre o desenvolvimento capitalista ocidentalizante e a ideologia religiosa do Islã *xiita* era particularmente dolorosa para mulheres tradicionalistas de classe média. Elas resistiram à modernização observando os valores islâmicos absolutos de segregação, inclusive o uso do *chador*, ditado por suas famílias, especialmente os parentes masculinos, que, regra geral, consideravam a cultura da modernidade como ofensiva e imprópria para suas mulheres. Para respeitarem estes valores e tradições, por outro lado, tiveram que pagar o alto preço de serem rotuladas como retrógradas nas escolas, universidades e lugares de trabalho. Estas mulheres viviam uma existência dilacerada entre os valores tradicionais das suas famílias e uma sociedade que sofria transformações impulsionadas pelo Estado secular desenvolvimentista, promotor dos valores ocidentais. Muitas delas tentaram resolver este dilema acomodando ambos os valores. Saíam de casa com o véu e removiam-no antes de entrar na escola, universidade ou trabalho. Mas muitas outras, sob pressão da família, tomaram uma posição defensiva e usaram o véu como um sinal de protesto contra mudança econômica, política e social desigual. (p.54) [52]

### 3.2 A primeira fase da islamização - 1979 - 1981

Em abril de 1979, após um referendo, foi decidido que o Irã devia ser uma República Islâmica. Pouco depois que a segregação entre os sexos e o *hejabe eslami* (código islâmico acerca da forma de vestir) foram impostos, o Estado Islâmico isolou as

mulheres seculares e favoreceu a participação apenas de mulheres religiosas, fornecendo-lhes oportunidades materiais e ideológicas para exercitarem certo grau de poder, em comparação com seu *status* sob o estado secular de Pahlavi. No entanto, ao enfatizar uma divisão de trabalho gênero-específica rígida e advogando o domicílio como o lugar próprio das mulheres, variadas respostas femininas foram ignoradas, intensificando-se o relacionamento patriarcal. Entretanto, é também significativo que as atividades políticas das mulheres no período revolucionário e em seu trabalho remunerado ou não-remunerado nos anos 80 deram-lhes um mais forte sentido de consciência coletiva [52]

O Estado advogou uma economia sob controle islâmico, expandindo o setor estatal, num contexto de forte isolamento do Irã. Os diversos setores da economia sofreram retração, houve aumento do desemprego e enfraquecimento do comércio exterior, escassez de produtos essenciais (alimentos, medicamentos, entre outros) e inflação. Desemprego e inflação reduziram drasticamente o poder de compra (Poya, 2001). Durante este período, o Estado fortaleceu relações mais patriarcais entre os gêneros, implementando políticas visando à completa exclusão das mulheres da esfera pública, especialmente no emprego.

A maternidade e o casamento foram considerados as tarefas mais importantes para as mulheres, enquanto sustentar a família era de responsabilidade dos homens. O comportamento público das mulheres transformou-se em tema central. Muitas mulheres foram demitidas de seus empregos ou tiveram ofertas de aposentadorias antecipadas porque não observavam o código islâmico relativo ao vestuário. A recessão econômica combinou-se com a política patriarcal de fixar as mulheres no domicílio, reduzindo a demanda por trabalho feminino e contribuindo para aumentar a pobreza ( p62-67)[52].

As políticas do Estado envolvendo o trabalho feminino foram reforçadas pela intensificação de relações patriarcais na educação e casamento através de leis e regulamentos baseados na interpretação tradicional do *Shari'a*. O ensino foi segregado; professoras foram alocadas em escolas femininas e professores designados a escolas para meninos. Foi discutido se as chefes de departamentos deveriam ser substituídas por líderes masculinos, secretários do sexo masculino teriam que trabalhar com chefes do sexo masculino e enfermeiros do sexo masculino tiveram que cuidar de pacientes do mesmo gênero. A redução da idade mínima para o casamento de mulheres para 13 anos, implicou uma redução no nível de instrução das mulheres. Quando do primeiro exame de admissão de âmbito nacional após a Revolução, no ano acadêmico de 1979-80, as

mulheres foram impedidas de prestar concurso para vários cursos de graduação. Os Atos de Proteção da Família de 1967 e 1975 foram suspensos. Foram retomados os direitos exclusivos aos homens de divorciarem e terem quatro esposas permanentes (e um número ilimitado de esposas provisórias - *sighe*) sem a permissão da primeira esposa. A Legislação Islâmica da Família foi ratificada e sofreu inclusões como estas: um marido teve o direito de proibir sua esposa de ser admitida em emprego; a mulher teria que obter a permissão de seus parentes masculinos para trabalhar, viajar, estudar e mudar seu lugar de residência; em caso que do divórcio, o ex-marido teria o direito de custódia das meninas a partir de 7 anos de idade e dos meninos acima de 2 anos, que passaria aos pais de seu pai no caso da morte deste; os contraceptivos e o aborto, antes permitidos, foram proibidos (pp.63-67)[52]

A segregação de mulheres e homens em lugares públicos não foi bem-sucedida. Por exemplo: revelou-se impraticável alocar determinados cômodos a homens e outros às mulheres separadamente em locais de trabalho. Para executar com sucesso esta política, novos edifícios teriam que ser construídos para criar mais espaço.

Não obstante, em alguns casos as mulheres iniciavam segregação no ambiente de trabalho por conta própria, precisamente porque foi criado espaço para tal. A imposição do *hejab eslami*, e a segregação de gêneros projetados originalmente para marginalizar mulheres na esfera pública, ironicamente abriram oportunidades para que muitas mulheres participassem no mercado de trabalho. O impacto da ideologia islâmica do gênero era conseqüentemente, contraditório. A contradição do Estado e da ideologia islâmica e as experiências das mulheres com a participação no período revolucionário levou à uma luta feminina pelos seus direitos. As mulheres do proletariado estavam esforçando-se especialmente por seus direitos no mercado do trabalho, dentro dos *shoras*. (pp.67-73) [52]

Antes de 1979, a mobilidade das mulheres era afetada por limitações culturais; muitas famílias não permitiram que suas filhas e membros do sexo feminino tivessem associação com organizações de trabalhadores. Mas, durante e após a Revolução de 1979, mais mulheres vieram a ser membros ativos dos *shoras*. Muitas trabalhadoras nas indústrias farmacêuticas, alimentícias e têxteis envolveram-se nos *shoras*, empenhando-se por aumentar berçários no local de trabalho, oferecer classes de alfabetização para trabalhadoras e melhorar as condições de saúde e segurança do trabalho. Tais atividades contribuíram para elevar a consciência coletiva feminina. Esse evento é tanto mais significativo se consideramos que trabalhadores do gênero feminino e masculino

estavam se esforçando para conservar seus *shoras* independentes, e que muitos trabalhadores do gênero masculino eram contra a representação feminina.

Apesar desses esforços, a política de gênero e emprego do Estado iraniano na primeira fase da islamização (1979-1981) foi fortemente excludente das mulheres da força do trabalho. Como apontamos na seção seguinte, o impacto de circunstâncias econômicas durante os anos de guerra (1980-88) e a resistência continuada das mulheres mudam rápida e significativamente a posição do Estado Islâmico acerca do trabalho feminino.

### 3.3 O impacto da guerra Irã-Iraque (1980-1988) sobre o trabalho feminino



**Ilustração 10: Mulher do Sul do Irã costurando**

Na segunda fase de islamização (1980-88), o governo da República Islâmica distribuiu a riqueza confiscada da propriedade do Shah Pahlavi e seus aliados - os proprietários particulares de capital e as suas contrapartes que haviam fugido do país após a revolução de 1979. As favelas foram demolidas e suas populações foram abrigadas nas propriedades confiscadas. Foi dada prioridade de emprego e instrução às classes médias religiosas, e às classes urbanas pobres e trabalhadores que apoiassem o Estado Islâmico. O Estado forneceu um campo de exercício do poder a muitos

islamistas, que haviam sido alienados e marginalizados pelos processos de desenvolvimento nos anos 1960 e 1970, sob o regime secular do pró-ocidental do Shah.

Neste período, o Estado Islâmico mudou as políticas econômicas, de gênero e de emprego. O Estado teve que responder às pressões da guerra e problemas econômicos. A ideologia islâmica não foi obstáculo para que logo aumentasse a demanda do Estado para o trabalho feminino. O esforço de guerra contra o Iraque reduziu a disponibilidade de mão-de-obra masculina no mercado de trabalho num contexto marcado por forte inflação e isolamento do Irã no mercado mundial. Nesse quadro, houve continuada geração de novas ofertas particulares de trabalho para as mulheres, o que se fortalecia com a ausência de treinamento ideológico dos homens para o desempenho de funções tradicionalmente “femininas”, tais como enfermagem, e no campo de ensino e de funções de secretariado e administração. A demanda por professoras e enfermeiras aumentou, apesar da tentativa inicial de impedir que mulheres atendessem pacientes do sexo masculino e estudantes deste gênero, houve também aumento significativo do número de mulheres empregado em tarefas de secretaria e administração. Embora a segregação de gênero, num primeiro momento, significasse um posicionamento desprivilegiado das mulheres no mercado de trabalho, ela paradoxalmente gerou, num segundo momento, novas oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres, sendo que as mulheres religiosas vêm a ocupar importantes posições na sociedade iraniana, pela primeira vez. Foi também assim que um número significativo de mulheres encontra oportunidades de geração de emprego e renda em empreendimentos destinados a atender somente mulheres e cargos de supervisão foram criadas para mulheres em algumas fábricas onde os homens e mulheres eram segregados na linha da produção.

Neste período, a República Islâmica do Irã muda gradualmente sua política de auto-suficiência e busca romper as condições isolamento numa economia mundial dominada pelo Ocidente. Observa-se um retorno da industrialização como substituição da importação, ainda que num quadro onde os termos de comércio são mais desfavoráveis ao Irã, com o petróleo vendido a baixo preço em troca de importações caras. A prioridade foi dada ao alimento e ao equipamento militar, num quadro de aguda escassez e dificuldade de armazenagem, prevalecendo um sistema de racionamento e uma inflação elevada (pp 73-75) [52]

Neste período, a ideologia islâmica a respeito da participação feminina fora de casa sofre modificações, com as mulheres sendo agora incentivadas a trabalhar meio-expediente. Durante toda a guerra Irã-Iraque as mulheres foram mobilizadas pelo

governo, em áreas urbanas e rurais para cozinhar, costurar e preparar medicamentos nas mesquitas, para homens em atividade no *front*. Um grande número de instituições islâmicas se estabeleceram, voltadas para variadas finalidades: *Mostazafeen* (oprimidos); *Janbazan* (fundação em prol de soldados aleijados e seus familiares); *Bonyad Shahid* (fundação de soldados mortos na guerra Irã-Iraque); *Baseej* (mobilização de voluntários civis na guerra Irã-Iraque); *Komiteh Imam Khomeini* (comitê do Ayatolah Khomeini) - para ajudar aos pobres; *Nehzate Savad Amouzi* (corpo de alfabetização); *Jahad Sazandegi* (cruzada da reconstrução), etc. Muitas destas instituições eram mantidas pelo trabalho voluntário de mulheres. Não há registro estatístico dessas atividades, mas nos parece razoável afirmar que a demanda para o trabalho não-remunerado de mulheres aumentou e o Estado beneficiou-se dela economicamente e politicamente. Mas não deve ser esquecido que, sob estas circunstâncias, ainda que o Estado islâmico tenha mobilizado as mulheres para serem ativas fora do domicílio, a ênfase de sua ideologia seguia privilegiando o lar como o lugar prioritário e próprio das mulheres.

Em áreas rurais muitas mulheres sempre atuaram na tecelagem de tapetes, e na produção de tecidos e como trabalhadoras nas lavouras, mas estes dados também são invisíveis nas estatísticas. O produto do trabalho delas é vendido pelos homens de suas famílias, no mercado. Seu trabalho não-remunerado sempre contribuiu à economia doméstica, assim como a economia local, nacional e mesmo internacional. A República Islâmica não fez intervenções significativas nessas condições de trabalho e vida.

No contexto urbano, há também uma significativa quantidade de trabalho feminino invisível para as estatísticas oficiais. É o caso, por exemplo, das mulheres dedicadas a atividades autônomas tais como as produtoras domésticas e vendedoras de pequenos produtos, ainda que suas contribuições sejam muito importantes para as rendas familiares. Neste período, houve aumento importante da quantidade de trabalhadoras urbanas “invisíveis”, dedicadas à produção doméstica de bolsas, cobertores, lençóis, picles, geléia, purê de tomate, ervas secas, pentes decorativos, grampos de cabelo, vasos de plantas e camisas.

Os produtos eram vendidos a cooperativas, vizinhos e lojas locais. Algumas mulheres trabalharam também como taxistas. Seus ganhos monetários eram fundamentais para a composição da renda familiar em período marcado por forte inflação. Suas atividades ultrapassem o campo das atividades estritas das donas-de-casa, uma vez que não cuidavam apenas do lar, mas produziam para fora de casa (pp.62) [52].

Tanto em áreas urbanas como em rurais há também um grande número de mulheres trabalhando para pequenas firmas privadas, ainda que esse trabalho não seja oficialmente registrado, de modo que tais empreendimentos podem assim evitar o pagamento de impostos ao governo e também desobrigarem-se do ônus de pagar benefícios e seguros sociais a tais trabalhadoras. Nos meados dos anos 1980, a demanda destas indústrias por trabalhadoras aumentou.

Este aumento foi ditado pelo baixo custo da mão-de-obra feminina, sua flexibilidade e disponibilidade. Mas esse processo permanece oculto nas estatísticas oficiais. Tanto homens quanto mulheres trabalhavam sem registro em empresas privadas, sendo pagos abaixo do salário mínimo nacional. Mas, muitas firmas preferiam empregar mulheres porque suas condições de resistência às imposições do emprego “invisível” eram menores que as dos homens. Ao longo dos anos 1980, o número de trabalhadoras nestas firmas aumentou. Por exemplo, o governo instruiu as lojas que vendiam roupas femininas para empregar apenas assistentes de loja do sexo feminino. A maioria destes empregadores não registrava suas trabalhadoras e quando a fiscalização das autoridades descobria o fato, eles dispensavam as mulheres e empregavam novas, sob as mesmas condições das anteriores. As trabalhadoras não registradas recebiam salário mínimo, não recebiam férias nem auxílio-doença. Estes fatos ainda são realidade no Irã contemporâneo (pp.83-85) [52].

#### 3.4 - Mulheres e trabalho nos anos 1990, o impacto da reconstrução pós-guerra e o esforço das mulheres pela mudança

Após a guerra Irã-Iraque, a economia iraniana foi reconstruída, apoiada em fundos gerados pelas exportações de petróleo. A Guerra do Golfo de 1991 e a destruição da economia do Iraque pelos americanos contribuíram decisivamente para elevar os preços do petróleo. O Irã beneficiou-se de tal fato. O Produto Interno Bruto iraniano veio a crescer (de acordo com o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a uma taxa anual média de 2,4% entre 1990 e 2003 [53]. Esse fato propiciou a importação de bens e um aumento no nível de consumo. O nível geral de demanda de mão de obra aumentou significativamente em consequência da reconstrução no pós-guerra. A expansão econômica não trouxe apenas a prosperidade, a

economia iraniana possuía desequilíbrios estruturais que se associavam a uma taxa de inflação anual média de 24% entre 1990 e 2003.[53].

No final da década de 1990, a economia do Irã se destacava por priorizar uma redução do dirigismo do Estado, pelo incentivo à privatização e pela promoção do livre mercado. Esta tendência continuou até 2005. Hoje, cerca de 80% da economia é controlada por organizações islâmicas estabelecidas nos anos 1980. Elas eram e ainda são financiadas pelo Estado e fornecem serviços sociais às milhões de pessoas das classes proletárias urbanas e rurais. Desde o final dos anos 1990, essas organizações foram gradualmente se tornando organizações capitalistas, verdadeiros conglomerados, articulando em seu campo de atuação grandes empresas industriais engajadas no mercado financeiro [54].

Por um lado, o Estado Islâmico reformou sistemas políticos e econômicos como pré-condição da transição para um regime voltado para o mercado, numa ação promotora da liberação da economia doméstica e de uma maior abertura à economia internacional [55] [56].

Por outro lado, sob a pressão de organizações de mulheres, estudantes, jovens e trabalhadores, foram mantidas políticas promotoras de investimentos em serviços públicos que propiciaram melhoria significativa na saúde, nas taxas de mortalidade, bem como razoável sucesso em projetos educacionais em áreas urbanas e rurais. Um dos impactos importantes da política de bem-estar do governo islâmico foi a provisão de instrução à maioria da população. O governo islâmico deu prioridade ao atendimento de reivindicações de grupos islamistas e de classes trabalhadoras nas áreas urbanas e rurais no processo educacional, em forte contraste com a atuação do Estado secular pró-ocidental das décadas de 1960 e 1970, que privilegiava atender demandas de uma pequena elite.



**Ilustração 11: Mulher trabalhando nos dias atuais**

### 3.5 - Estrutura do mercado de trabalho e mudanças na política econômica

Um aspecto importante da ideologia de gênero do governo iraniano era a recusa em reconhecer mulheres como elementos responsáveis pelo sustento doméstico, com importante impacto sobre a estrutura de benefícios, subsídios, aposentadorias e pensões. Os homens ganhavam mais e gastavam menos que seu salário na despesa de casa e conseqüentemente, guardavam mais. Os salários femininos correspondiam a algo entre a metade a três quartos dos correspondentes salários dos trabalhadores do gênero masculino (p.88) [52]. As relações patriarcais tiveram grande impacto no trabalho feminino e no *status* de emprego. Entretanto, apesar dos confinamentos ideológicos na fonte e na demanda de emprego para mulheres, estas contestaram coletivamente e individualmente os privilégios institucionalizados de homens.

Neste período houve uma importante convergência nos movimentos de mulheres (tão diversas em aspectos como religiosidade, secularismo, *status* social e visão política) no empenho coletivo em defesa e afirmação dos interesses do gênero feminino. Apesar das regras sociais e convenções restritivas e das limitações estruturais na interação social, as mulheres iranianas desafiaram a construção do gênero em conformidade com os ditames do Estado, das *shoras*, da mídia, da política, da lei e da educação. O esforço das mulheres pela mudança nestas instituições forçou o Estado Islâmico a responder às suas demandas e a iniciar um movimento de mudança institucional.

Ao contrário da percepção difundida no Ocidente, é importante esclarecer que o Irã abraçou a política econômica de cunho neo-liberal desde meados da década de 1990. De 2000 a 2005, o Governo e o Parlamento do Irã acomodaram tanto a privatização quanto a criação e ampliação do campo de atuação de ONGs, com razoável progresso em termos do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento humano.

Nos idos de 1980, com o colapso do comunismo na URSS e na Europa Oriental, as agências neo-liberais, tais como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) preponderaram na configuração dos novos paradigmas da política econômica, com ênfase na promoção de programas de ajuste estrutural (com menos regulações estatais à atividade econômica de mercado, com favorecimento da privatização, remoção de controles de preços e cortes nos subsídios).

Joseph Stiglitz, professor da Economia na Universidade de Columbia, EUA, foi vice-presidente e principal economista do Banco Mundial de 1997 a 2000. Ele veio a se constituir numa importante voz crítica, apontando que a liberalização dos mercados

capitais não tinha gerado crescimento econômico com benefício social. Similarmente, Jeffrey Sachs, professor da Economia na Universidade de Columbia e conselheiro especial do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, apontou que, nos anos 1990, mesmo os chamados Tigres do Leste e Sudeste Asiático experimentaram crises econômicas, desemprego e pobreza para milhões de pessoas. Sachs criticou as políticas neo-liberais promovidas pelo FMI por serem uma ameaça à estabilidade e à prosperidade macroeconômica global. Muitos economistas feministas também foram importantes vozes críticas aos programas de ajuste estrutural, apontando que muitos países em desenvolvimento testemunharam uma deterioração das condições de vida da maioria da população e das mulheres em particular [49].

Na década de 1990, o Banco Mundial e o PNUD propuseram uma estratégia de desenvolvimento que atribuía ao Estado nacional um papel econômico restrito, circunscrito basicamente a políticas de cunho social (saúde, educação, regulação jurídica), apoiadas na ação de ONGs e *community based organizations*, como agentes de desenvolvimento, preferencialmente às burocracias estatais [57][58]. Na nova agenda de desenvolvimento as organizações da sociedade civil são vistas como canais preferenciais para provisão de serviços, atuando como veículos da democratização da sociedade [59]. Isto não impediu que muitos autores apontassem importantes limitações das ONGs e escritoras feministas discutiram que, apesar da inclusão de questões relacionadas ao gênero em programas de ONGs, estes não serviram necessariamente ao interesse da maioria das mulheres [60].

A centralidade que as ONGs adquiriram em agendas do desenvolvimento foi formatada não somente pelas propostas de agências de desenvolvimento como o Banco Mundial e o FMI. A ascensão das ONGs deve também ser vista como a parte do movimento das mulheres, da juventude, dos movimentos ambientalistas e dos direitos humanos, em países onde limitações políticas fortemente restringem o campo de organizações independentes. Tais movimentos viram nas propostas do Banco Mundial e da ONU uma oportunidade de afirmação de seus interesses e bandeiras de luta. Assim, paradoxalmente, a agenda do Banco Mundial favoreceu ações de movimentos anti-globalização que localmente se constituem em componente importante de propostas de democratização [61].



**Ilustração 12: Secretária na era de Khatami**

No período de 2000-2005, o Governo Iraniano e o Parlamento acomodaram tanto a privatização quanto a difusão de ONGs. Como foi discutido acima, este processo começou nos anos 1990. Por exemplo, em 1968, havia 377 ONGs no Irã. Em 1999, havia 4000 ONGs registradas. Em 1976-1977, existiam 13 ONGs femininas no Irã e em 2001-2002 este o número elevou-se a 137; em 2004 já se contavam 279 e muitas outras que não foram registradas. Havia também um grande número de cooperativas de mulheres, principalmente nas áreas rurais, que eram ligadas a ONGs femininas[53].

Estes fatos demonstram que o Estado Iraniano foi permeável à nova agenda de desenvolvimento do mundo globalizado. O Estado Iraniano retirava das exportações de petróleo a maior parte dos seus recursos para financiar o desenvolvimento econômico.

Assim, em 2003:

- A porcentagem da população usando água filtrada para beber alcançou 93%.
- A porcentagem da população sob condições sanitárias adequadas alcançou 84%.
- 99% das crianças eram imunizadas, sob financiamento do governo.
- A taxa de prevalência do HIV entre adultos (15-49 anos) era 0,1% - a mais baixa na região.
- A porcentagem de população urbana era 67%.
- A expectativa de vida feminina como porcentagem da masculina era de 104%.

- A prevalência do uso de métodos contraceptivos (1995-2003) por mulheres era de 74% - a mais alta na região.

- O número de assentos no parlamento detido por mulheres em relação ao total era de 4,1%. Na Turquia, era de 4,4%.

- O número de profissionais e pessoal de nível técnico do sexo feminino correspondia a 32,9% do total. Na República da Coreia do Norte era de 33,7%.

- A porcentagem de administradores e de gerentes do sexo feminino era de 12,8%. No Chipre alcançava 13,5%.

- A taxa de alfabetização aumentou a 94% para ambos os sexos.

- 64% dos estudantes universitários eram mulheres.

- A expectativa de vida para ambos os sexos era de 71 anos.

- A taxa de crescimento anual média do Produto Interno Bruto era de 2,4%.

- Sob determinadas circunstâncias o aborto imperativo era aprovado.

- Aconselhamento sob os pontos de vista de conselheiros judiciais do sexo feminino com *status* judicial eram solicitados por líderes de corte antes de emitir o veredito final acerca do divórcio.

- o contrato de casamento para meninas antes da idade de 14 anos e para meninos antes da idade de 16 anos estava sujeito ao consentimento dos pais, para que a Corte reconhecesse a legalidade da união.

Referências: [62]; [63];[53]; [64]

Conforme apontado anteriormente, houve um aumento significativo no número de ONGs no Irã. Ainda que atuando num contexto restritivo, as ONGs femininas iranianas forneceram oportunidades de trabalho voluntário e assalariado para diversas mulheres e suas ações foram significativas para a promoção de mudanças sociais e institucionais.

Na Tabela 2 podemos observar a porcentagem de mulheres trabalhando nas ministérios entre 1974 e 2002. Enquanto na tabela 3 observamos o aumento no número de indústrias de grande porte que empregam mais de 10 trabalhadores e percentual da força de trabalho feminino nestas indústrias.

A tabela 4 mostra a porcentagem de renda feminina em comparação com a renda masculina entre 1992-2003. A tabela 5 mostra a taxa de actividade econômica feminina entre anos 1999-2005.

Tabela 2: Trabalhadoras em **ministérios selecionados do Estado**, 1974 a 2002 (%)

<b>Ministério</b>	<b>1974/5</b>	<b>1986/7</b>	<b>1996/7</b>	<b>2001/2</b>
Total	29	29	31	31
Educação	41	43	46	45
Comércio	27	8	9	7
Saúde	26	41	42	45
Cultura/ Orientação Islâmica	-	17	18	19
Justiça	6	10	27	15
Educação Superior	39	19	20	20

Fonte: Extraído e calculado a partir de *Iran Statistical Yearbooks* 1977/8: 66; 1986/7:86; 1996/7: 89; 2002/3: 88-127. [23]

Tabela 3: Aumento no número de indústrias de grande porte que empregam mais de 10 trabalhadores e percentual da força de trabalho feminino nestas indústrias

<b>Ano</b>	<b>Número de indústrias que empregam mais de 10 trabalhadores</b>	<b>Força de trabalho feminino (%)</b>
<b>1972/3</b>	3972	8
<b>1993/4</b>	5922	6
<b>2001/2</b>	11200	12

Fonte: Extraído e calculado a partir de *Iran Statistical Yearbooks* 2002/3: 88-127.

Tabela 4: Parte da renda feminina em comparação com a renda masculina

<b>Ano</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Aumento(%)</b>
<b>1992-3</b>	0.91	0.09	-2.20
<b>2002-3</b>	0.09	0.11	22.22

Fonte: CWP 2003.

Tabela 5: taxa de atividade econômica

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Taxa feminina de atividade econômica (idade 15 anos e mais) (%)</b>	28.3	29.0	29.5	30.0	30.5	37.2	38.6
<b>Taxa feminina de atividade econômica (idade 15 anos e mais) (%) Index(1990=100)</b>	136	134	137	139	141	173	180
<b>Taxa feminina de atividade econômica (idade 15 anos e mais) (%) Como % da taxa masculina</b>	36	37	38	38	39	50	52

(undp. UN Human Development Report 2001-2007)

Embora a cultura do trabalho mude para uma maioria grande da população, as instituições patriarcais continuam a criar obstáculos para as mulheres novas que começam a trabalhar.

No período de 2003-2004, o número de cafeterias no Irã aumentou, empregando jovens estudantes universitárias. Muitos jovens usam cafeterias para se encontrarem e discutirem questões sociais e políticas. Um grande número de mulheres jovens trabalha nesses locais. É importante observar que as características das cafeterias iranianas estão sofrendo mudanças, uma vez que o *ghahvekhaneh* tradicional (casa de café) era - e é ainda - uma instituição totalmente masculina [65].

As instituições patriarcais também impõem obstáculos para as mulheres trabalhadoras no setor informal. Em março de 2004, Edareh Amaken, um integrante do Ministério de *Keshwar* (interior), ordenou que as cafeterias parassem de empregar garçonetes. A revista *Zanan*, publicação feminina extensamente lida resistiu, afirmando ser tal ordem inconstitucional, consubstanciando prática de discriminação de gênero contra as mulheres. A revista argumentava que, de acordo com o artigo 28 da Constituição, toda pessoa tem direito de escolher um trabalho que não fosse contra o bem-estar do público e o direito de outros indivíduos, e que, ademais, a Constituição afirma ser dever do Governo fornecer oportunidades de emprego para seus cidadãos.

A cultura do trabalho dentro de outro campo profissional, tradicionalmente dominado por homens, também está mudando. Um grande número de mulheres, principalmente jovens, está se inserindo no mercado de propriedades a venda e revenda das casas e apartamentos. É um negócio lucrativo - nos últimos 3 anos (2005-2008) o

preço das propriedades cresceu 150 % em Teerã [66] - , onde não parece haver limites de gênero [65].

### 3.6 Questões financeiras e condicionantes do emprego feminino

No Irã há duas instituições islâmicas que tradicionalmente são a fonte principal de fundos com a finalidade beneficente: *Vaghf* e *Gharzolhasaneh*.

*Vaghf* significa a disponibilização por parte dos demais de alguma propriedade ou dinheiro para atender carências dos mais necessitados. Por exemplo, alguém pode *vaghf* sua propriedade em um abrigo para as mulheres vítimas da violência doméstica. O *Vaghef* (pessoa que pela prática do *Vaghf* dedicou sua riqueza aos necessitados) assegura-se da continuidade de seu intento após sua morte através da nomeação de um representante legal, designado *Motevali*.

*Gharzolhasaneh* é um pequeno empréstimo livre de cobrança de taxas ou juros, tanto na forma de um fundo de caridade como de um empréstimo bancário. Não há barreira legal que impeça mulheres de terem acesso a estes fundos, ainda que eles sejam tradicionalmente controlados por homens. Na prática as mulheres iranianas têm pouco acesso livre a eles. Usualmente, sob a forma de um fundo de caridade, recursos do *Gharzolhasaneh* podem ser usados para reparos na casa, ou para ajudar um jovem casal recém-casado a começar a vida. Na forma de empréstimo bancário, tais recursos são uma espécie de micro-crédito, que pode permitir e facilitar o acesso de mulheres ao trabalho autônomo. Muitas ativistas de ONGs femininas questionam o *gharzolhasaneh*, devido a muitas condições tradicionais que são limitantes do acesso das mulheres. Devido a isso, propõem uma revisão das condições de acesso do gênero feminino aos empréstimos regulares da rede bancária. A criação de *Taavoonihaye Zanan* (cooperativas de mulheres) é uma outra importante fonte de provisão dos fundos para favorecer o acesso de mulheres ao emprego ou trabalho autônomo. Por exemplo, a compra de máquinas de costura e de tricô pode ser facilitada a tais cooperativas através do fornecimento pelo Governo de empréstimos livres de taxas e juros. Essa não é uma questão simples, uma vez que muitas cooperativas consideram a dependência financeira contraditória com suas razões de ser e preferem contar com as próprias forças, apoiando-se em ações independentes para captar recursos.

A relativamente baixa participação das mulheres no nível geral de emprego formal no Irã se explica principalmente em razão de dificuldades econômicas gerais,

configurando um quadro insatisfatório no nível geral de emprego, tanto para homens como para mulheres. Soma-se a isso o fato de haver um número muito grande de jovens na estrutura demográfica da população iraniana. A população total do Irã é de aproximadamente 70 milhões de pessoas, das quais 25 milhões estão entre 15-29 anos de idade. O percentual de desemprego entre 15-24 anos gira em torno de 25,6 %. Se considerarmos estes dados de desemprego separadamente para a área urbana e rural, observamos que são de 29,6% e de 19,4%, respectivamente [67]. Muitas iranianas (e também alguns homens) são ativos nos trabalhos não incluídos em estatísticas de acordo com a definição usada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) para a população economicamente ativa. As mulheres, particularmente em áreas rurais, trabalham em diferentes atividades tais como cultivo, o pastoreio de animais, negócios da família e assim por diante, mas não são atividades contabilizadas como contribuintes economicamente ativas.

Deve ser também destacado que na República Islâmica do Irã houve um aumento muito significativo da presença escolar de meninas (em 1976 foi de 35,5 % para 74,21 % em 1996) [67], associado com uma difusa discriminação de mulheres por parte de empregadores diversos. E também que, enquanto a jornada de trabalho padrão com horários de funcionamento inflexíveis representa um forte obstáculo para a integração laboral de mulheres casadas, o trabalho flexível e de meio expediente ainda é bastante escasso no Irã.

Prevalece forte difusão da idéia patriarcal de que a mulher deva ser responsável pela ordem doméstica e o homem pela ordem pública. O importante e significativo papel das mulheres no processo revolucionário e no esforço de guerra contra o Iraque trouxe alguma transformação nesse quadro. Mas a entrada da mulher na esfera pública se dá muito mais associada com ações de interesse social do que econômico. Ainda prevalece largamente difundida a idéia de ser uma atribuição masculina assegurar o sustento econômico da família e a identificação da maternidade e a educação dos filhos como o papel feminino mais nobre e fundamental.

#### **Capítulo 4. Mulheres e educação**

##### **4.1 O começo da educação moderna**

Até meados do século XIX a educação no Irã era tradicionalmente associada a instituições religiosas com a instrução superior restringida aos filhos homens de uma

pequena elite. Tipicamente a formação educacional envolvia alguns anos de estudo numa escola local, ou *maktab*. Quem desejava adquirir um conhecimento mais aprofundado cursava uma faculdade religiosa, ou um *madraseh*, onde todos os campos da ciência religiosa eram ensinados. Naser Aldin Shah teve um entusiasmo pela cultura europeia nos primeiros anos do reinado dele. Amir Kabir (primeiro-ministro) aproveitou o entusiasmo do Shah e mudou fundamentalmente o sistema educacional. Amir Kabir era uma figura chave na era de *Qajar* e entendeu as exigências para mudança nos sistemas judicial, governamental, militar, econômico e educacional. O primeiro passo foi abrir a escola de *Dar Al Fonoon*. [68] Somente em 1851 o reconhecimento da necessidade de fornecer instrução em assuntos que não faziam parte do currículo religioso tradicional, tais como contabilidade, línguas europeias, ciência militar e tecnologia, conduziu ao estabelecimento da primeira escola do governo, que por muitos anos permaneceu como única instituição de aprendizado de nível mais alto no País [69].

Em março de 1838 missionários presbiterianos americanos abriram a primeira escola para meninas em Urumiyah, Azarbaijan uma das províncias do Irã. Minorias religiosas (principalmente armênios) freqüentaram essa escola. Posteriormente escolas similares foram abertas em Teerã, Tabriz, Mashhad, Rasht, Hamadan e outras cidades. Mas as tanto as autoridades religiosas como a pressão pública restringiu e mesmo impediu que meninas muçulmanas estudassem em tais escolas de missionários. Esse quadro geral só sofre modificação significativa quando Mirza Taghi Khan-e-Amir Kabir, premier do Irã durante o governo de Nasser-e-Din Shah (o quarto Shah da dinastia de Qajar), fundar a Instituição Educacional da Casa das Ciências (*Darolfonoon*) em 1851.

Na escola primária relativamente moderna (*Dabesstaan*) para meninas e meninos iranianos, voltada para atender aos centros tradicionais de aprendizagem (*Maktab Khaaneh*) alunos entre 4 e 14 anos podiam se sentar lado a lado no chão coberto por tapete e escutar o professor. Para os meninos não havia nenhuma limitação da idade. Mas as meninas só podiam freqüentar tais centros até completarem os 7 anos. Depois disso deviam permanecer em casa. A continuidade da educação para elas dependia da contratação de serviços de instrução particular.

Nos idos de 1870 as primeiras meninas muçulmanas juntaram-se à Escola Americana de Teerã. O empenho pela educação feminina constituiu-se numa das principais bandeiras do movimento de mulheres no Irã. Em 20 de janeiro de 1907, uma

reunião de mulheres foi realizada em Teerã onde diversas diretrizes de ação foram aprovadas. Destacamos nesse contexto a luta pelo estabelecimento de escolas voltadas às meninas e pela abolição dos dotes de casamento, de modo que esse dinheiro pudesse ser gasto preferencialmente na educação das meninas. Importante marco nesse movimento foi, em 1907 a abertura por Bibi Khatoon Astarabadi do *Madresseh Doushizegan* escola para mulheres frequentada por jovens mas também por suas mães e mesmo avós. Para algumas destas últimas foi a oportunidade primeira e única para obter educação formal em suas vidas. A escola foi razoavelmente bem equipada, dispondo de um mobiliário adequado e instrumentos de ensino modernos. Deve ser destacado que tal provisão veio em grande parte da residência de Bibi Khatoon e não do incentivo do poder público na estruturação da escola. As disciplinas ensinadas nesta escola eram a Língua Árabe, a Aritmética, a Culinária, a Geografia, a História, a Legislação, a Música, a Literatura Persa e a Religião. Em 1936, quase trinta anos após o estabelecimento da escola para meninas, 12 mulheres foram, por primeira vez, admitidas na Universidade de Teerã, cada uma delas se matriculando em uma das doze faculdades lá existentes. [70]

A abertura da escola de *Effatiyah* pela Safieh Yazdi, esposa do *mujtahid* pró-constitucionalista Mohammed Yazdi, em 1910 incentivou o movimento de abertura de escolas para mulheres. Em 1911 Mahrukh Gawharshinas desafiou seu marido e começou a escola *Taraghi*. No mesmo ano Mah Sultan Amir Sehei abriu a escola *Tarbiyat*. Em 1913 havia 9 sociedades femininas e 63 escolas para meninas em Teerã com aproximadamente 2500 estudantes. Um relatório apresentado em 1911 pelo governo constitucionalista propunha subsidiar cinco escolas elementares para meninas, reservando uma grande parcela do total previsto de 40.000 Rials para ser destinada a uma das melhores. A escola selecionada seria orientada para priorizar a formação de professoras, o que na época já era identificado com um estrangulamento estratégico para o desenvolvimento do país. [71] Em 1917-18 as primeiras dez escolas para meninas do governo foram estabelecidas, com um registro total de 938 inscritas.

O sucesso do movimento pela implantação de escolas para mulheres no Irã logo produz uma primeira geração de egressas com instrução de qualidade. Touran Azmoudeh, Fakhre Ozma Arghon (mãe de Simin Behbahani), Bibi Khalvati, Guilan Khanoum, Farkhondeh Khanoum e Mehrangize Samiei, estão entre as mais conhecidas egressas destas primeiras escolas. Simpatizantes do sexo masculino juntaram-se ao movimento. Destacam-se nomes como Javad Sartip, Mirza Hussein Rushdiyeh, Nasr

Douleh e Adib Douleh. Em 1917-18 foi aberta uma escola para meninas, *Dar al-moallemat* voltada para a formação de professoras, tendo Yusof Khan Ræar (Richard) moaddeb-al-Molk como seu diretor. Dois anos mais tarde foi aberta a primeira escola intermediária do governo para meninas. Com um programa de 3 anos, 45 meninas foram graduadas nesta escola em 1924. Muitas escolas privadas começaram também a estender seus currículos além das aulas elementares, embora até 1939 continuasse não havendo apoio governamental para a instrução secundária de meninas além dos três anos intermediários [72].

Durante o período do Reza Shah (reinado 1925-1941) duas escolas especiais foram fundadas por iraniano-cristãos.

Yelena Avedisian, uma cidadã iraniana, nasceu na verdade em Istambul, Turquia no dia 25 de janeiro de 1910. Emigrou da Turquia para a Armênia e, depois de seu casamento, em 1927, mudou-se para o Irã, onde morou na cidade de Tabriz. Lá estabeleceu sua escola de dança. Após mudar o domicílio para Teerã em 1945, ali implantou sua nova escola de dança, que veio a ser reconhecida oficialmente pelo Ministério da Cultura e Belas-Artes do Irã. Egressos da escola de Yelena difundiram o ensino da dança em várias escolas espalhadas pelo país. Em 1979, logo depois que a república islâmica tomou poder, Yelena emigrou para os Estados Unidos, onde residiu na Califórnia até



**Ilustração 13: Escola de dança de Madame Yelena**

sua morte, em 2 de julho de 2000 em Glendale, Los Angeles. Yelena Avedisia foi um dos mais eminentes professores da dança Irã, tendo treinado mais de trinta mil pessoas durante seus 65 anos da carreira [70].

Bersabeh Huspian nasceu em Chahar-Mahaal-e-Bakhtiari (uma província no sul do Irã). Ela estabeleceu o Jardim de Infância de Bersabeh (*Koodakestan-e-Bersabeh*) no ano de 1930 em Teerã. Mais tarde, o jardim de infância foi expandido constituindo-se

num complexo educacional, abrangendo uma escola de ensino fundamental e escolas médias e secundárias onde todas as meninas iranianas, não obstante a confissão religiosa, poderiam ser admitidas. A língua oficial do complexo de Bersabeh era o Persa e sua grade curricular era similar às escolas mencionadas. Após a Revolução de 1979 Bersabeh Huspian emigrou do Irã para os Estados Unidos, onde morreu em 2000 [70]. Em 1933 reformas recomendadas pelas conferências internacionais de Damasco e Teerã foram apresentadas ao *Majles*, em meio a lutas dos movimentos de mulheres por direitos eleitorais. Reza Shah interveio e em 1934 Ali Asghar-i Hikmat, o Ministro da Educação recebeu ordens para estabelecer o *Kanoun-i Banouvan* (centro das mulheres) e para executar reformas. Hajer Tarbyat foi a primeira mulher no comitê de directoria e Shams Pahlavi o nomeado da Casa Real. Apesar de serem controladas pelo estado, pela primeira vez as atividades das mulheres eram legitimadas. O Centro não foi bem recebido nem pelos socialistas e nem pelos independentes, que se opunham ao monopólio e a interferência reais.

Em 1936 Reza Shah, sua esposa e filhas participaram da cerimônia de graduação na Faculdade de Formação de Professoras em Teerã. Todas as mulheres foram orientadas a comparecer sem *hijab*. A emancipação das mulheres nascia oficialmente. *Unveiling* tornou-se compulsório e as mulheres foram proibidas de usar *chador* e véu em público. Um sistema de educação nacional foi criado de forma a educar igualmente meninos e meninas. Em 1936 as primeiras mulheres entraram na Universidade de Teerã. Shams al Moluk Mosaheb, Mehrangiz Manuchehrian, Zahra Eskandar, Batul Samei, Tosey Haeri, Shayesteh Sadegh, Taj Muluk Nakhaei, Forough e Zahra Kia, Badr al Muluk Bamdad, Shahzadeh Kavousi e Saraj Nesa (da Índia) foram admitidas. Amineh Pakravan foi a primeira conferencista e Dra. Fatimah Sayah a primeira mulher que dedicou sua carreira ao ensino de forma plena.

Nos anos de 1920 e 1930, a educação e instrução pública de mulheres no Irã cresceram rapidamente. O número de escolas elementares e secundárias para mulheres aumentou. Em 1926-27 o número de registros femininos em escolas fundamentais era de aproximadamente 17.000, 21 por cento do registro total nesse nível, e nas escolas secundárias aproximadamente 700 (6% do total nesse nível). Entre 1946-47 o registro feminino em escolas fundamentais era de 26% do total, em escolas secundárias 21%, e em níveis mais elevados, 8%. Tabela 6 mostra a numero de estudantes e a percentagem de estudantes feminina entre a aono 1926 ate 1992

Tabela 6: NÚMERO TOTAL DE ESTUDANTES E PERCENTAGEM FEMININA, 1926-92\*

Wezarat-e maaref, p. 74; Kaqan, pp. 125-28, 248-51; Wezarat-e amuzeæ, 1994/ 1373, pp. 1-3; Sazman-e barnama, p. 318.

Somente em 1939 o governo iraniano abriu escolas secundárias para mulheres com o mesmo currículo acadêmico das escolas para meninos de duração de 3 anos. Havia um programa de adicional 2 anos voltado para tarefas domésticas e higiene,

Ano	Jardim de infância		primário		Médio		Secundário		Superior	
	Total	femini na	Total	feminin a	Total	feminin a	Total	femin ina	Total	femin ina
1926-27	-	-	78	21.4	-	-	12	5.7	0.2	-
1936-37	2	34.3	190	25.5	-	-	16	12.3	1	5.0
1946-47	4	41.5	361	26.0	-	-	35	20.8	6	8.0
1956-57	9	43.7	910	30.0	-	-	168	24.6	11	18.0
1966-67	15	42.6	2630	33.0	-	-	596	31.5	36	24.0
1976-77	212	46.0	4768	38.4	1369	36.0	941	35.3	152	28.1
1986-87	123	47.3	7232	43.9	2299	38.9	1278	39.9	168	29.2
1991-92	252	47.5	9484	48.1	3541	42.1	2030	41.3	3442	28.2

voltado para as estudantes que não planejassem ingressar na universidade.( pp. 3-4, pp. 693-94) [73]

Um memorando de 11 de outubro de 1935 emitido pelo Ministério da Educação e destinado aos escritórios provinciais em 11 outubro 1935 incentivou o emprego de professoras, mesmo para educação de garotos nas primeiras quatro classes, sob a premissa de que seriam as mulheres seriam "mais úteis e efetivas" com crianças novas ( p. 89)[73]. Ele informa ademais que naquele ano acadêmico tinham sido estabelecidas em Teerã, em Qazvin, em cidades em Azerbaijão Ocidental e em Gilan.diversas escolas mistas para as primeiras quatro classes (*kudakestan-e mokòtaleta*). Aos escritórios provinciais mais importantes era então solicitado que relatassem o mais cedo possível os resultados desta inovação. Parece que a medida pretendia promover a alfabetização feminina, especialmente em áreas rurais e nas cidades provinciais, onde não era factível estabelecer escolas separadas para meninas, mas onde pais estivessem dispostos a mandar suas filhas à escola. As estatísticas apontam que em 1940 havia no Irã 670

escolas elementares para meninos, com 114.116 alunos; 117 para meninas, com 21.790 alunas; e 1.524 mistas, com as 60.169 meninas e os 70.830 meninos[73].

O novo conceito de educação para as mulheres adotado por volta de 1930 exigiu novos currículos, que não poderiam mais ser limitados à recitação do Alcorão, à instrução religiosa, e as narrativas edificantes do *Golestan* de Saadi. Cursos sobre gerenciamento do lar, instrução de crianças, higiene, belas-artes, artesanato e culinária passaram a ser regularmente oferecidos. Livros-texto como *Tarbiat al-banat*, traduzido do francês por Mirza Aziz-Allah Khan (Tehran, 1906), *Nokòba-ye sepehr* de Abd-al-Rahám Talebof (n.p., 1892), *Hefzá al-sáeháháa-ye zanan wa dokòtaran* de Mortaza Golsorkò (Tehran, 1925) e *Akòlaq* de Badr-al-Moluk Bamdad (Tehran, 1931) veio substituir *Mush o gorba* (O rato e o gato), *Hosayn-e kord* e *Ùehel tÁutÁ*, alguns dos textos de ensinamento mais freqüente em *maktabs* tradicionais.

#### 4.2 Educação na era de Pahlavi

Durante a era Pahlavi (1925-79) o governo iraniano executou políticas modernizantes e expandiu o sistema nacional de educação. Ao Ministério da Educação foi dada a responsabilidade de regular todas as escolas públicas e privadas, esboçado um currículo uniforme para a instrução primária e secundária. O sistema público inteiro era de cunho secular e baseado no modelo francês. Seu objetivo era treinar iranianos para ocupações modernas na administração, na gerência, na ciência, na tecnologia e no ensino. Este sistema de educação era um fator fundamental para o estabelecimento de uma classe média secularizada.

Mas as ambiciosas metas nunca foram integralmente realizadas durante a era de Pahlavi. Em 1940 somente 10 por cento das crianças em idade escolar foram matriculadas na escola fundamental, e menos de 1 por cento dos jovens com idade entre 12 e 20 anos na escola secundária. Este quadro não sofre alteração significativa até o início dos anos 60, quando os programas para melhorar e expandir o sistema da escola pública são priorizados pelo governo. Por volta de 1978 aproximadamente 75 por cento de todas as crianças foram matriculadas em escolas no ensino fundamental, enquanto um tanto menos que 50 por cento de todos os adolescentes freqüentavam escolas secundárias.[74]

### 4.3 O corpo de alfabetização no Irã de Pahlavi (1963-1979)



**Ilustração 14: Sala de aula do corpo de alfabetização**

O Irã do Shah Reza Pahlavi empreende a chamada “revolução branca” (*engelabe-sefid*). Esta corresponde a uma proposta da administração Kennedy que deveria servir de alternativa às “revoluções vermelhas” promovidas pelo comunismo internacional sob égide soviética no mundo bipolar da Guerra Fria. A “revolução branca” era condição para o acesso à ajuda financeira dos Estados Unidos, no esforço por modernizar o Irã antes do fim do século XX. A reforma agrária era sua base. Seu sexto ponto foi a criação do *Corpo de Alfabetização*. O ponto doze era a reforma do sistema educacional, e propunha sobre a livre educação em todos os níveis. De acordo com o programa do Corpo de Alfabetização, os jovens do sexo masculino que recebiam o diploma da educação secundária (principalmente jovens de classe média urbana) tinham a opção de servir no Corpo de Alfabetização ao invés do serviço militar de dois anos, e entre outros deveres, ensinariam crianças entre as seis e doze anos que não tinham freqüentado ainda a escola até o segundo grau.

O que acontecia na prática corrente antes do estabelecimento do Corpo de Alfabetização foi que os professores da escola elementar eram solicitados a completar o seu primeiro ciclo da escola secundária até a nona série e dois anos de treinamento escolar comum. Mas a falta de professores conduziu as autoridades a empregarem mesmo aqueles que não tinham um diploma de escola secundária. Os quase 200.000 jovens entre homens e mulheres envolvidos no Corpo de Alfabetização tiveram

significativo impacto na taxa da alfabetização da população em áreas rurais, tendo ensinado mais de 2.2 milhões de meninos e meninas e mais de 1 milhão de adultos[75].

O Corpo de Alfabetização foi regulamentado por dois decretos governamentais, emitidos em 26 outubro e em 3 dezembro 1962, respectivamente, e aprovados pelo *Majles* em 26 janeiro 1963. No primeiro decreto, as provisões foram feitas para que, se existissem mais voluntários do que o número necessário, a seleção fosse feita por sorteio. Uma lei suplementar regulou várias questões tais como i. os salários do Corpo de Alfabetização, que deviam ser os mesmos recebidos por recrutas com o diploma de segundo grau; ii. as despesas para custear o período de treinamento, que seriam cobertas pelo Ministério da Guerra e pelo Ministério da Educação; iii. a disciplina dos agentes do Corpo de Alfabetização, que seria sujeita às diretrizes do Exército, ainda que a execução dos deveres educacionais dos indivíduos alistados fosse submetida aos regulamentos do Ministério da Educação[76]. Foram frequentes os casos em que após a conclusão de seu serviço, membros do Corpo de Alfabetização continuaram a ensinar nas regiões rurais como civis, tendo lhes sido dada preferência ao candidatarem-se para trabalhos no serviço civil.

Parviz Khanlari, Ministro da Educação no governo do Shah Reza Pahlavi, afirmou ser o Corpo de Alfabetização o dispositivo ideal para atacar o analfabetismo. Ele aponta como principais razões para isso: i. o fato dele ter sido projetado para absorver os graduados de colégios que poderiam ser alistados no Exército e que não tinham habilidade específica para serem empregados; ii. O fato dele fazer bom uso da perícia e experiência do Exército em técnicas de treinamento, dirigindo-as para a campanha pela alfabetização com baixo custo, apoiada na capacidade logística do exército. Para ele nada podia "impedir Iranianos de ajudar seu companheiro ou participar em toda a sorte de atividades nos corpos de paz, exceto a resistência ou a ameaça de resistência".[77]

O analfabetismo foi um dos principais problemas que o Irã enfrentou em seu esforço por implantar uma estratégia de desenvolvimento industrial. De acordo com uma pesquisa da revista *Manpower* realizada em fábricas iranianas no ano de 1958, 41% dos trabalhadores não sabia ler nem escrever. O analfabetismo limitou severamente a quantidade de treinamentos no setor industrial. Também ocasionou desemprego agudo nas cidades e em movimentos em grande escala da agricultura, a fim promover o desenvolvimento industrial. O desenvolvimento social foi rápido demais de forma que um colaborador estrangeiro da *Manpower* questionou se a Revolução

continuaría sendo chamada de “branca”. Foi notório que, após terminarem seus estudos, jovens iranianos não encontravam emprego algum, porque se qualificavam em campos com poucas oportunidades. Observou também que quanto mais jovens iranianos estudavam, maior consciência crítica eles adquiriam relativamente às contradições e injustiças sociais vigentes no país [78].

Neste programa o estado combinou o *porrete* da conscrição com a *cenoura* do ganho monetário. Aos indivíduos alistados no Corpo de Alfabetização foram pagos aproximadamente US\$16 pelo exército durante o período de treinamento e entre 3000 e 4000 Rials por mês (aproximadamente US\$50), de acordo com a patente alcançada na conclusão de seu treinamento, variando de terceiro a primeiro sargento. As mulheres recebiam 4500 Rials por mês e, mesmo uniformizadas, não eram enquadradas em nenhuma patente militar. O custo para formar um membro do Corpo de Alfabetização foi estimado em 1000 Rials, (cerca de US\$13.33). Os custos da formação numa escola convencional o custo foi estimado como sendo três vezes maior. Deve ser ainda mencionado que a construção de instalações era uma contraparte dos aldeões [79].

A disseminação de uma identidade comum entre iranianos pertencentes a grupos étnicos e sociais diversos foi também um importante elemento de suporte ideológico ao Corpo de Alfabetização. Para a propaganda do regime do Shah era importante a imagem do envio dos jovens instruídos das camadas sociais médias urbanas para realizar um trabalho edificante junto aos aldeões.

O Shah Reza Pahlavi em 1968 também promoveu a formação do Corpo de Alfabetização Feminino, que não vestia o véu, mas saias no estilo das forças armadas na Europa. O recrutamento de urbano de jovens mulheres também foi visto pelo governo como uma contribuição principal para a secularização. Houve uma forte reação dos clérigos a esta iniciativa, o que pressionou o Shah a apresentar o programa como um projeto sob organização exclusivamente feminina, conduzido por sua irmã, Ashraf Pahlavi. O próprio Khomeini opôs-se ao Corpo de Alfabetização Feminino[80].

É reconhecidamente uma tarefa difícil avaliar os resultados do Corpo de Alfabetização, principalmente em razão da falta de informações confiáveis, ainda que existam estudos a respeito feitos pelo governo Iraniano, pela UNESCO, pelo IBE (International Bureau of Education) e por outros consultores.[81]Um problema relevante para o sucesso na realização das metas do programa foi o forte crescimento demográfico, que praticamente inviabilizou a meta de erradicar o analfabetismo em 1985. Estima-se que no período de 1966 a 1972 o número absoluto de analfabetos

creceu em cerca de 966.000.[82]. Nesse período as despesas com educação pública convencional absorveram 85.5% do gasto total com educação, enquanto com o Corpo o custo foi de apenas 5.2%; com a educação privada, 9.3%. O baixo custo do Corpo de Alfabetização se explicava por seu caráter de mobilização militar com os alistados no Exército dentro do Corpo de Alfabetização recebendo um soldo muito inferior aos salários habituais de professores e instrutores rurais [83]. O custo por aluno matriculado em uma escola comum era estimado em 2.790 Rials, sendo 72% mais elevado do que o custo por aluno do Corpo de Alfabetização (estimado em 1.620 Rials). Mas estudos de peritos educacionais apontam que , nas escolas sob o sistema do Corpo de Alfabetização o aprendizado inferior ao das escolas convencionais. Em 1978, Porte, um consultor da UNESCO, considerou o Corpo de Alfabetização menos eficiente do que o restante do sistema educacional. O Corpo de Alfabetização parece ter desempenhado mais um papel de atrair a população rural para a escola, de modo a propiciar-lhe uma formação adicional. Deve ser ainda indicado que as atividades dos indivíduos alistados no Exército não se restringiram ao esforço de alfabetização em sentido estrito, mas também disse respeito a construção e reforma de escolas, mesquitas e sepulturas, de quilômetros da estrada, de poços com água potável, banheiros públicos etc.[84]

#### 4.4 Educação na república islâmica de Irã

A educação foi considerada pelo Estado Islâmico como um elemento fundamental da integração das mulheres na sociedade. Se no interior do domicílio a mãe era vista como a principal transmissora de valores islâmicos para as crianças, na sociedade este papel devia ser desempenhado pela escola. A mulher era vista como um elo entre a família e a nação, participando ativamente em ambos processos, como mãe para as crianças e como professora para os alunos. Ayatollah Montazerri assim expressou o pensamento oficial dizendo a um grupo de mulheres :

“A primeira escola da vida é o colo da mãe. Se queremos ter uma sociedade saudável e sem corrupção, comprometida com o Islã, não devemos poupar esforços para educar mulheres... Se vocês (mulheres) querem ser abençoadas pela compaixão de Deus e se desejam que gerações futuras sejam

devotas e não contaminadas pelos atrativos do mundo, vocês devem criar um movimento de instrução maciça entre as mulheres “ [85]

O papel desempenhado por mulheres ligando o lar e a escola foi expressado da seguinte maneira por uma ativista do movimento islâmico feminino:

“Vocês (professoras) que são guardiãs dos milhões de futuras mães da sociedade islâmica do Irã têm uma grande responsabilidade com a continuação e para entrega da Revolução Islâmica às gerações futuras.” [86]

A presença de mulheres em instituições educacionais era também uma urgência política. O Estado Islâmico teve que encher escolas, faculdades e universidades com mulheres numa estratégia de neutralização da influência da classe média secularizada. Num país com uma população jovem e politicamente ativa, o sistema educacional era um sítio ideologicamente estratégico e o Estado Islâmico estava determinado a conquistar este sistema substituindo estudantes *taghuti* pelos islâmicos. A agência para consolidação dos vínculos entre Iman e povo expressou:

"A única garantia contra a vitória do liberalismo e o retorno ao taghut é fechar as portas das universidades aos ditos "experts" e abri-las aos irmãos e irmãs hizbullahi." [87].

O próprio Ayatollah Khomeini reconheceu explicitamente a necessidade de educar mulheres, dizendo:

"... vocês (mulheres) devem se esforçar pela instrução para o conhecimento e piedade. O conhecimento não é o monopólio de um grupo particular mas pertence a todos e é dever de todos os homens e mulheres adquirir o conhecimento. Eu espero que as autoridades as ajudem nisto e

forneçam elementos educacionais e culturais necessários para favorecer-lhes o sucesso." [88].

O apoio à educação das mulheres era um consenso em meio à maioria das facções do Estado Islâmico. O IRP (partida republicana islâmica) um dos grupos mais fundamentalistas dentre facções do governo escreveu em seu jornal oficial que a educação das mulheres deve ser considerada do berço da universidade. Muitos líderes islâmicos influentes tais como o Ayatollah Montazeri e Rafsanjani fizeram discursos sobre o quanto era desejada a instrução de mulheres. A defesa da educação das mulheres pelo governo islâmico buscava se diferenciar dos programas modernizantes anteriores:

"hoje as razões para a participação das mulheres na sociedade e economia são diferentes daquelas do regime passado. No regime anterior as mulheres eram exploradas por motivações coloniais. Agora elas trabalham em resposta às necessidades específicas da sociedade islâmica. Mulheres especialistas e políticas são necessárias para preencher necessidades femininas na sociedade islâmica." [89].

#### 4.5 O estabelecimento de um sistema de educação islâmico

A pré-condição para a educação de mulheres no novo regime era a criação de um sistema de educação islâmico. Os primeiros anos pós-revolucionários testemunharam uma forte campanha contra o programa de secularização do Shah Reza Pahlavi, que nos anos 1930 havia acabado com o monopólio dos *mullahs* sobre a educação. A República Islâmica introduz uma revolução cultural, que supera a diferenciação entre o secular e o religioso e busca colocar as universidades - que tinham se tornado o centro principal do ativismo político esquerdista durante e após a Revolução - sob o controle político do governo. Essa revolução cultural foi iniciada em abril de 1980, quando o Ayatollah Khomeini criticou as universidades em razão de seus professores, estudantes e livros ocidentalizados. Ele expressou o temor de que a República Islâmica pudesse vir a ser

“...enfraquecida por universidades ocidentalizadas e a formação de nossa juventude fosse influenciada pelos interesses do Leste e do Ocidente” [90].

O Conselho da Revolução decidiu fechar as universidades para erradicar a influência secularizante. Houve sangrentos confrontos nos *campi* universitários entre *hizbullahis* e outros estudantes. Três dias de luta pelo controle das universidades conduziram a centenas de estudantes mortos e ferido e a evacuação das universidades de grupos políticos anti-governo (seculares e islâmicos dissidentes). O Presidente Banisadr proclamou o início de uma revolução cultural para “islamizar” o sistema de educação superior. Universidades permaneceram fechadas por mais de dois anos quando o alto conselho da Revolução Cultural, composto por sete membros, que em sua maior parte eram vinculados ao IRP, decidiu decretar a “islamização” de todo o sistema de educação do Irã. Em 1986 foi instituída uma nova comissão para o planejamento e a administração da mudança fundamental da educação (*setad ejrai va barnamerizi tagyirbonyadi nezam amuzesh va parvaresh*).

A islamização do sistema de educação implicou diversas medidas aplicadas em vários níveis da educação, fazendo-o submisso à ideologia islâmica. Tanto professores quanto administradores, foram colocados diante da escolha de ou carregar a bandeira da islamização ou enfrentarem a demissão de seus cargos e funções. As associações islâmicas de estudantes tiveram um papel importante no processo, mantendo sob pressão profissionais e estudantes dos diversos institutos educacionais.

Após a reabertura das universidades em 1982, os critérios para a admissão dos estudantes incluíram o compromisso ideológico com a República Islâmica, sendo requerida sua confirmação pelas mesquitas locais. Mudanças no currículo foram introduzidas, incluindo mais Educação Religiosa, ensino obrigatório do Árabe nas escolas secundárias, exclusão do Inglês na escola primária e um ensino de História baseado intensamente no Islã e na Revolução Islâmica. Logo, uma alta dose de ideologia islâmica veio a ser injetada no currículo das escolas e universidades [91].

Além do conteúdo ideológico da educação, a estrutura islâmica do sistema educacional era de grande interesse para o Estado. Foi neste ponto que a revolução cultural trouxe importantes impactos sobre a condição das mulheres.

A islamização do sistema educacional implicou reforçar padrões específicos de relação entre os gêneros, com segregação, imposição do *hijab* para mulheres, reforço da divisão

dos assuntos com base no gênero e adaptação da educação das mulheres às necessidades da família.



**Ilustração 15: Meninas na escola na hora do recreio**

A segregação no sistema da educação começou em março de 1979 quando o Ministério da Educação anunciou a intenção de abolir as escolas mistas [92]. Isto foi seguido pela proibição de aulas mistas em instituições educacionais privadas e, mais tarde, por tentativas de segregar classes nas universidades e nos institutos politécnicos. Em 1982 todos os níveis da educação tinham sido afetados pela segregação física. A falta de professores e meios de executar as práticas educacionais prescritas terminou por frequentemente significar na prática a expulsão de alunas nas escolas mistas, sem que lhes fosse possível a realocação em escolas exclusivas para meninas. O resultado dessa situação foi uma variedade problemas psicológicos e práticos para as alunas e seus familiares, além de uma grande superlotação nas escolas femininas [93]. Nas áreas

rurais, onde uma proporção maior de crianças foi educada em escolas mistas, o problema era ainda mais grave, devido à ausência de escolas femininas na vizinhança.

As instituições educacionais foram ameaçadas com o fechamento se não exigissem o uso do *hijab* por suas alunas [94]. O uniforme islâmico tornou-se compulsório para meninas na escola acima dos 9 anos. Essa pressão foi apoiada e incentivada pelas mulheres *hizbollahi*. E o Presidente Khamenei disse a uma revista feminina:

"é de responsabilidade das mulheres *hizbollahi* e meninas religiosas o fim da falta de respeito para com o *hijab* por algumas mulheres mal-orientadas em universidades, escolas e no trabalho." [95]

Muitas estudantes tinham problemas na escola constantemente devido à sua aparência e muitas foram expulsas desde que sua falta de interesse pelo *hijab* fosse interpretada como uma manifestação política anti-regime. Pressões adicionais sobre alunas por vezes serviram de incentivo para deixarem os estudos em favor do casamento. Houve mesmo relatos de casos suicídio de estudantes em consequência da humilhação psicológica por seus comportamentos não islâmicos [96].

O aspecto mais importante da regulação da educação feminina foi a ênfase na divisão do trabalho de acordo com o gênero. O sistema de educação da sociedade foi reestruturado de modo que homens e mulheres tivessem uma formação diferenciada de acordo com suas "naturezas e potencialidades diferentes" e os papéis distintos que lhes eram supostos na sociedade. Em uma conferência sobre educação de crianças entre 6-12 anos foi concluído que

"a República Islâmica herdou um sistema de educação que é uma imitação ocidental e deve mudar fundamentalmente. Um dos contrastes entre sistemas de educação islâmica e ocidental é que este último ensina meninos e meninas da mesma forma, mas no sistema islâmico são conscientes da diferença feminina e masculina, apesar de considerados iguais como criação." [97]

A conferência recomendou a elaboração de grade curricular e livros-texto separados para meninos e meninas.

Em 1983 o Ministério da Educação anunciou o ajuste das escolas técnicas para meninas nas áreas rurais onde as escolas secundárias não estavam disponíveis. O currículo incluía treinamento teórico e prático em diversos assuntos relacionados ao campo. Um oficial do Ministério na província de Fars incentivou meninas da área rural a aprenderem como tecer tapetes e a criação das abelhas que poderiam trazer uma boa renda a suas aldeias[98]. Em muitas áreas rurais tecer tapetes era um trabalho doméstico feminino tradicional. As escolas técnicas foram feitas também em cidades provinciais. A diretora de uma destas escolas descreveu os assuntos principais que estavam sendo ensinados em sua escola como cuidados com a criança, saúde, higiene e costura de roupas [99].

As meninas não eram treinadas unicamente para a maternidade. Elas eram incentivadas a prepararem-se para um futuro emprego. Os assuntos ensinados em escolas femininas eram frequentemente direcionados para o emprego. Feiras de trabalho eram organizadas pelas escolas para incentivar meninas a pensarem sobre as carreiras futuras e eram incentivados projetos educacionais relacionados ao trabalho, onde seria possível a atuação tanto de meninos quanto meninas. No projeto (*tarh kad*) havia o objetivo de trazer educação e trabalho juntos alocando um dia na semana no tempo da escola para o treinamento prático em oficinas especialmente elaboradas para este propósito[100]. As áreas de treinamento para meninos incluíam comércio, indústria e tecnologia. O treinamento para meninas era voltado para os serviços [101].

As escolas islâmicas iranianas não tiveram muitos escrúpulos em treinar as meninas para uma carreira. Elas tinham sim muita sensibilidade sobre quais carreiras as meninas deveriam aprender. Aquelas profissões julgadas contraditórias ao papel das mulheres eram rejeitadas. Muitas meninas que estudavam assuntos técnicos em faculdades técnicas pré-revolucionárias foram forçadas a mudar seu foco de estudos após a revolução, de modo a se dedicarem a um campo avaliado como adequado à condição feminina pela educação islâmica .[15]

O censo de 1986 indicou que a taxa de alfabetização urbana entre mulheres havia aumentado de 55.1 em 1976 a 65.2 por cento em 1986. A alfabetização nas zonas rurais e nômades era de 36 por cento comparado a 16.5 por cento em 1976. As tendências de comparecimento feminino nas escolas primárias e secundárias eram ascendentes se

comparados os anos acadêmicos de 1980-81 e de 1983-84, mas essa tendência não é clara se considerarmos a taxa de crescimento da população feminina.

As escolas, entretanto, não foram os únicos provedores de educação para meninas. O sistema de educação informal também desempenha importante papel. Um grupo excluído da educação institucional pela lei era o de crianças sob condição de noivado, cujo número aumentava por causa da redução na idade mínima de casamento para mulheres. O sistema de educação islâmica também excluía mulheres casadas das escolas. A educação dessas mulheres era viabilizada por atividades informais, não-escolares, tanto para a alfabetização como para o aprendizado de ofícios. Essa educação informal funcionava por contribuições diversas e era controlada principalmente por mulheres. O corpo de reconstrução e a instituição do *Davazdahe farvardin* um fundação formado pelo Khomeini para erradicação de pobreza e muitos outros permitiram a organização de aulas para mulheres em assuntos como alfabetização, estudos religiosos, costura, datilografia, projetos, Língua Inglesa, culinária, saúde, psicologia da criança, relações de família, assistência em berçário, reparo de instrumentos domésticos e muito mais [102]. As mulheres podiam também registrar-se no colégio aberto e estudar em casa por correspondência os tutoriais das qualificações desejadas. Na educação informal não havia restrições relativas ao ensino de mulheres para habilidades femininas "apropriadas". Pode-se observar, no entanto, um relativo declínio da educação informal das após os anos iniciais da Revolução por que de um lado era mais fácil entrar em cursos formais e também a número de cursos de alfabetização diminuiu por causa de alta taxa de pessoas alfabetizado.[15]

A estrutura do sistema de educação no Irã é dividida basicamente em cinco ciclos: pré-escolar, primário, médio (ou orientação), secundário e pós-secundário (este, compreendendo cursos universitários e de formação técnica não-superior). Três características proeminentes do sistema de educação iraniano devem ser mencionadas. Primeiro, a educação elementar é imperativa sob a Constituição Iraniana. Segundo, devido ao número crescente dos candidatos, a admissão às instituições pós-secundárias se faz através de um exame que é aplicado em todo o país e conseqüentemente, somente os estudantes mais talentosos podem entrar em universidades. Finalmente, de forma geral, a educação é livre de custos, exceto nos casos em que se opta por instituições privadas, autorizadas por lei a cobrar taxa de matrícula e mensalidades.

Um programa de um ano para as crianças de cinco anos, no qual recebem noções básicas exigidas para entrar em escolas primárias. Não há nenhum exame no fim deste ciclo e as crianças prosseguem automaticamente ao seguinte ciclo[43].

O ciclo primário de cinco anos compreende as classes 1 a 5 para as crianças entre 6 e 11 anos. Esta fase é livre e compulsória. Os estudantes fazem exames ao fim de cada ano, nos quais se baseia a promoção à classe seguinte. Ao fim da 5ª série, os estudantes fazem um exame nacional e os aprovados são qualificados para prosseguirem ao ciclo seguinte.

A Constituição da República Islâmica do Irã foi adotada em dezembro de 1979. De acordo com o artigo 30 da Constituição, a educação é fornecida livre de custos para todos. O artigo estipula que o "governo é obrigado fornecer as facilidades requeridas para a educação livre de todos os povos até o fim do nível secundário. É também responsável por expandir o ensino superior livre de custos a fim de obter a auto-suficiência do país." Além disso, a educação no nível primário é compulsória para todas as crianças na idade escolar. Atualmente está sob consideração uma lei para tornar a educação secundária inferior compulsória também. No sistema de educação da República Islâmica do Irã, a educação primária está completamente dentro da estrutura da "educação para todos". A idade mínima para que as crianças incorporem a educação primária é de seis anos, apesar de que sob regras específicas e regulamentos, estudantes podem permanecer neste nível até os 15 anos de idade. O cronograma semanal inclui 24 horas do estudo, 6 dias na semana. O número total de horas de estudo por o ano na instrução primária é de 800 horas. O ano de letivo começa em 23 de setembro e em termina em 5 de junho[43]. Os objetivos declarados desse sistema educacional são: i. preparar as crianças para adaptarem-se às instruções islâmicas na vida particular e social, aceitando comportamentos sociais; ii. promover a cooperação e a participação em atividades de grupo, o respeito às leis, aos regulamentos e à disciplina social; iii. ensinar habilidades básicas e harmônicas a portadores de deficiências; e iv. estabelecer um ambiente para o crescimento e o desenvolvimento de talentos científicos, artísticos, atléticos e matemáticos dos alunos [103].

#### 4.6. A educação primária

A República Islâmica empreendeu uma revisão e mudança estrutural do sistema nacional de educação iraniana, que teve por foco a afirmação dos princípios do Islã,

tomando como referência fundamental o Alcorão e as tradições (*hadith*) do profeta Muhammad e enfatizando os valores éticos dentro dos programas da educação. O sistema nacional de educação incentiva o respeito às leis, as atividades cooperativas de grupo, a relação harmoniosa como o meio ambiente e a unidade da família. Também são priorizados a participação em questões políticas e sociais, a atenção ao estudo de assuntos ligados à saúde pessoal e coletiva, bem como hábitos de auto-educação. Atenção especial é dada à adequação dos conteúdos e métodos, principalmente no primeiro ano da educação primária, com respeito às diversidades étnicas e culturais. Esta é reconhecida como sendo uma questão estratégica para a redução da evasão escolar e a motivação das crianças para dar continuidade ao aprendizado. As ações pedagógicas devem ser flexíveis, apoiadas em métodos de instrução variados e beneficiando-se da força de trabalho, espaço, instrumentos e equipamento educacionais em conformidade com a situação das diferentes localidades, o tipo, o gênero, a identidade cultural, os interesses e as aptidões do alunado. Outro quesito estratégico prioritário é o treinamento de professores. Programas de formação continuada são propostos para esse fim, reforçando também a importância da avaliação contínua (não restrita unicamente a testes) e a revisão das políticas, dos programas e de métodos educacionais[103].

A República Islâmica do Irã objetiva a provisão da educação primária para todas as crianças na idade escolar. Para isso prepara e executa programas visando eliminar desigualdades regionais e elevar a educação dos setores sociais mais pobres, criando elos cooperativos entre organizações e promovendo uma participação ativa da população em questões culturais, legais e de bem-estar. É uma ação prioritária nesse contexto a expansão de institutos e faculdades para treinamento do professores voltados a atuar na educação primária em áreas carentes e tribais [103].

A mudança estrutural do sistema nacional de educação foi acompanhada de uma reforma administrativa, que, mantendo a função de supervisão e gerência como uma atribuição do governo central, buscou rever dispositivos legais a serviço da difusão de programas e da delegação de responsabilidades às várias regiões e escolas. Uma preocupação central neste contexto é fornecer instrumentos e equipamento suficientes para as atividades educacionais e ajustar padrões e métodos apropriados para identificar, escolher, treinar, fortalecer e melhorar níveis diferentes de gerência nas matrizes do Ministério e entre autoridades provinciais, regionais e institucionais. A prioridade é alocar os recursos do governo para serviços da educação em áreas carentes e em grupos

de baixa renda. A reforma administrativa visa implantar uma flexibilidade de modelos a diversas situações, permitindo uma expansão de escolas não-governamentais sem fins lucrativos, e fornecendo-lhes os serviços para tanto necessários. O governo busca atrair os professores interessados, fazendo arranjos apropriados para a expansão de tais instituições através de programas de treinamento da equipes e fornecimento de suporte técnico e educacional. Essas iniciativas são sujeitas a avaliações regulares, tanto dos impactos como da qualidade dos serviços oferecidos. Por fim, atenção também é dedicada à concepção e desenvolvimento de instrumentos organizacionais e à adoção de métodos apropriados para a educação em tribos nômades, a educação de pessoas deficientes e também à qualificação profissional dos funcionários em educação [103].

Os principais problemas confrontados na implementação de tais estratégias e prioridades para a educação primária são a falta de flexibilidade e adequação no conteúdo e métodos de ensino, tendo como resultado a ausência de criatividade, ordem, responsabilidade, respeito pelos outros e atividade do grupo. A pobreza de muitas famílias impede que os pais consigam suportar as despesas complementares na educação, documentação e registro de suas crianças na educação primária. Aspecto crítico, que merece atenção, é o fato de não haver obrigatoriedade dos pais em matricular os filhos entre 6 e 10 anos na escola, uma situação que é tanto mais indesejável se considerarmos que ela se associa a um quadro de pobreza e débil efetividade dos regulamentos para coibir o trabalho infantil. Outro problema é a direção centralizadora do sistema educacional, cujos efeitos indesejáveis e burocratizantes se agravam se considerar o grande número de alunos e empregados do setor e a grande pluralidade e diversidade de regiões educacionais. Por fim, com relação a um enquadramento mais geral, toda a educação iraniana padece de um problema estrutural: a indefinição de um modelo de desenvolvimento e a falta da harmonia entre a formação escolar secundária e mercado de trabalho, o que termina também tendo efeitos negativos sobre o quadro da educação primária. Isso se agrava se considerarmos que no mundo contemporâneo as mudanças na base técnica de organização da cultura são muito aceleradas e que no Irã essas mudanças ( e as inovações em métodos e procedimentos pedagógicos a elas associados permanecem bloqueadas, havendo um importante e crescente hiato entre o país e as sociedades da modernidade contemporânea na qualidade da instrução e nos métodos e equipamentos pedagógicos adotados [103].

#### 4.7. Os ciclos médio e secundário

O ciclo médio compreende o período da 6ª à 8ª séries, para as crianças entre 11 e 13 anos. Ele oferece educação geral aos alunos. Nesta fase, as habilidades assim como os interesses dos estudantes são reconhecidas e assim tornam-se preparadas para decidir que área (acadêmica ou técnica/ vocacional) pretendem escolher no ciclo seguinte. Ao fim do ciclo da orientação, os estudantes fazem um exame regional sob a supervisão de comitês provinciais de educação. Aqueles que são aprovados são elegíveis para prosseguir ao ciclo secundário[43]. O ciclo secundário é um período de 3 anos que vai da 9ª à 11ª séries, na idade de 14 a 17 anos. A instrução secundária é dividida em duas modalidades: *acadêmica / geral* e *técnica / vocacional*. A escolha de uma ou outra modalidade é feita pelos próprios alunos. A modalidade acadêmica é dividida em quatro cursos: Literatura e Cultura, Sócio-econômica, Física e Matemática, e Ciências Experimentais. A modalidade técnica é projetada particularmente para a inserção no mercado do trabalho. Esta compreende três cursos principais: Técnico, Negócios, e Agricultura, havendo exigências de desempenho específicas para a admissão em algumas formações secundárias. Os exames nacionais são conduzidos ao final de cada ano letivo durante o ciclo secundário. No final do período de 3 anos e após concluírem 96 unidades, os estudantes devem ter adquirido habilidades necessárias para o trabalho. É-lhes então concedido um certificado técnico-vocacional da escola secundária, em seu campo de estudo relacionado.

Alguns pontos importantes merecem ser aqui mencionados. Primeiramente, o fato do Inglês ter sido introduzido como segunda língua na 7ª série. Em segundo lugar o fato de que as escolas privadas, reabertas em 1988 como instituições "sem fins lucrativos", puderam ter permissão para atuar nesses ciclos. Em terceiro lugar, que a educação é livre e compulsória nos primeiros cinco anos, havendo significativas diferenças entre áreas urbanas e rurais, assim como entre diferentes regiões do país no que diz respeito à disponibilidade das escolas e de seus vários programas.

O Ministério da Educação supervisiona pesquisas educacionais e a elaboração do currículo. Ele tem sob sua jurisdição alguns programas pós-secundários, tais como os programas de formação de professores. Ele tem também a responsabilidade de fornecer os livros-texto para todos os cursos pré-universitários. ele imprime 747 títulos totalizando 100 milhões cópias a cada ano. O Ministério da Educação também controla as atividades de várias escolas fora do Irã, principalmente em países do Golfo Pérsico[43].

#### 4.8 A Educação e a interação social entre os gêneros

Os livros-texto e a programação curricular oferecidos pelo Estado são quase os mesmos para estudantes do sexo feminino e masculino em todo o Irã. Contudo, os efeitos de segregação do gênero são maiores do que pode ser mostrado pela observação isolada dos livros-texto. Esta segregação pode tomar a forma de métodos ou oportunidades inferiores para um dado gênero. Importante decisão nesse contexto foi a tomada pela República Islâmica com relação a excluir os professores homens de atividades de ensino em escolas femininas após agosto de 2006.

A ideologia islâmica tem muita influência no estabelecimento de padrões de relacionamento entre estudante e professor e na adoção de métodos de ensino. É assim que, por exemplo, em Biologia, Literatura Persa e Educação Islâmica os métodos requeridos são diferentes em termos de relacionamentos sociais se comparados aos do Inglês, da Física e da Geologia.

Em Biologia existem limitações quanto ao ensino de assuntos de Genética. Essas limitações dizem respeito tanto à forma de apresentação, como ao padrão de exames e figuras, em contraste com a situação vigente no período pré-revolucionário, quando não havia restrições quanto aos métodos de ensino e assuntos de genética eram apresentados abertamente [104]. Após a Revolução Islâmica o nome de Darwin foi omitido dos livros-texto e seu trabalho passou a ser apresentado sinteticamente como a “*teoria da evolução*” ou como “*o processo da interação de causa e efeito entre coisas vivas e coisas não vivas*”. Além disso, muitas imagens da anatomia humana foram excluídas dos livros-texto.

Em Literatura Persa as lições que se relacionam ao amor real, como retratado na literatura mística iraniana eram apresentadas de modo mais restritivo para as meninas do que nas classes masculinas. Também algumas partes dos livros-texto de Educação Religiosa a respeito do casamento ou que continham palavras como o “esperma” e partes do Alcorão que foram relacionadas a zuleikha e José, eram apresentadas de modo mais restritivo por professores masculinos para estudantes femininas [104].

Os professores homens no relacionamento com estudantes mulheres tinham que exercer um grande autocontrole e fazer o relacionamento direto menos amigável com alunas do que com alunos. Mesmo a maneira de olhar devia ser controlada, evitando dirigir às

alunas um olhar individualizado, não havendo qualquer contato entre professores e alunas fora das salas de aula.

Na República Islâmica do Irã as professoras trabalham em escolas secundárias femininas, mas não há nenhuma professora em escolas secundárias masculinas. Nas escolas primárias a maioria dos professores, mesmo em escolas masculinas são mulheres. Este quadro não mudou com a Revolução Islâmica. Por outro lado, no Irã pré-revolucionário, mesmo onde não houvesse nenhum professor homem em escolas primárias para meninas, havia domínio deles em escolas secundárias femininas. Esse quadro veio a ser modificado pela Revolução Islâmica.

Após a Revolução estudantes de ambos os sexos experimentaram maior abertura e o relacionamento tradicional e formal de outrora ficou para trás. Depois da Revolução as meninas passaram a ter muito mais limitações que os meninos, tendo que vestir uniforme com regulamentações estritas e tendo o relacionamento com os meninos estritamente controlado, seja por autoridades da escola, seja por organizações estudantis estabelecidas após a Revolução.

Até 1985 não havia no Irã escola secundária feminina alguma na maioria das áreas rurais. Assim, antes da Revolução Islâmica as meninas que alcançavam a idade do aprendizado tinham que permanecer em casa ou ir a um centro urbano para terminar seus estudos[105]. Apesar de algumas limitações dentro de escolas pré-revolucionárias relativas ao uso de maquiagem, estas não eram geralmente seguidas. Na era do *Shah* tampouco havia restrição especial quanto à vestimenta entre meninos e meninas. Mas após a Revolução as calças jeans, por exemplo, foram proibidas. As meninas tiveram que usar uniformes, chamados *manteau* e *maghnae* com tipos especificados de cor padronizados; também os tipos de meias e de calçados foram padronizados.

Antes do estabelecimento da República Islâmica a maioria das famílias iranianas, particularmente em áreas rurais e em cidades pequenas, tinha enquadramentos rígidos para os padrões de relacionamento entre os gêneros. Não era nada fácil para uma menina nas cidades pequenas fazer um questionamento em público a um professor. Após a Revolução, mudanças ocorreram no sentido de permitir às filhas de famílias tradicionais aparecerem em público e nas instituições, mas os padrões de relacionamento entre os gêneros passaram a ser controlados por um enquadramento institucional ainda mais amplo. [15]

A Educação Física (EF) perdeu sua importância no currículo escolar após a Revolução. Ela foi considerada de algum modo ligada a atividades pré-revolucionárias e

ao modo de vida durante o domínio dos *shahs*, associado a assistir ou participar de alguns esporte ocidentais como opção de lazer, foi banida dos currículos nos primeiros anos após a Revolução Islâmica. [106]. O ensino da Educação Física para as meninas passou a ser atribuição de mulheres, professoras ou instrutoras. Se antes da Revolução as atividades ligadas a eventos atléticos entre estudantes eram tão populares em em meio a meninas quanto meninos, após meados dos anos 80, tais eventos são reassumidos com maior ênfase em atividades masculinas. As competições de atletismo para meninas são eliminadas e os homens não podem assistir eventos femininos e vice versa. Há também mudança na ideologia da Educação Física, que se torna mais espiritual "*Oh Deus, fortalece meu corpo para seu serviço.*" (doaye Komeil, Imam Ali) [106]. Após 1985, o *handball* foi adicionado ao currículo pré-revolucionário, que incluía nas escolas masculinas corrida, basquetebol, voleibol, futebol e de tênis de mesa. Nas escolas femininas havia cursos principalmente de voleibol, xadrez, basquetebol *badminton* e tênis de mesa. No entanto, a maioria dos cursos nas escolas femininas eram quase meramente teóricos, em razão da escassez de instalações apropriadas para atividades práticas em tais modalidades.

#### 4.9 Mudanças curriculares e em livros-texto

Após a Revolução Islâmica de 1979, os livros-texto sofrem importantes mudanças no campo de estudo das Ciências Humanas. Tais mudanças, na maioria dos casos, foram as mesmas para meninas e meninos. Ainda que tais mudanças se apoiem em argumentos científicos, não nos parece possível negar a intencionalidade de politizar e islamizar o currículo. Após as mudanças os principais campos de cultivo da ideologia da República Islâmica foram a História, a Filosofia, a Literatura Árabe, a Educação Islâmica, e em alguma extensão também os cursos de Geografia e Literatura.

##### 4.9.1. História

Nos cursos de História o estudo do Irã pré-islâmico foi substituído pela História do Islã. Uma breve história sobre profeta Muhammed é ensinada antes da Revolução. O

curso de História Contemporânea foi dado também de forma completamente diferente. O tamanho dos livros de História aumentou em um terço e seguiu aumentando quase anualmente. Mais tempo de estudo foi alocado a este assunto. A História transformou-se num dos temas mais importantes da formação dos estudantes. Este posicionamento é coerente com a importância que o Alcorão dá à História como um fonte de aprendizado. [107].

#### 4.9.2 Filosofia

A Filosofia para estudantes de humanidades do sistema de educação atual do ensino secundário iraniano é mais genérica do que era antes da Revolução Islâmica. Ele ensina o lugar do ser humano no mundo e o que é valioso sob os olhos do Islã, ou dos filósofos gregos que não são inconsistentes com o Islã. O curso de Filosofia é concebido para restaurar o orgulho do intelectualismo iraniano perpetuando as disciplinas filosóficas islâmicas. As discussões contidas em livros pré-revolucionários de Filosofia somente versavam sobre filosofia ocidental. Elas foram substituídas por dois livros intitulados “*Filosofia*” e “*O conhecimento com filosofia islâmica.*”. O livro “*Filosofia*” apresenta 59 páginas para estudantes do terceiro ano de humanidades e contém os tópicos relacionados ao significado e o domínio da Filosofia e dos filósofos históricos como Sócrates, Platão e Aristóteles. O livro “*O conhecimento com filosofia islâmica*” tem 156 páginas e destina-se exclusivamente aos estudantes do décimo segundo ano, sendo de conteúdo similar à Teologia.

#### 4.9.3 Literatura Árabe

A Literatura Árabe recebeu uma atenção especial após a Revolução. Antes ela era requerida somente para estudantes de humanidades, devido a sua influência na Literatura Persa.[108] No sistema educacional atual do Irã a importância da literatura árabe está associada ao fato de ser o árabe a língua da revelação corânica. Todos os estudantes são requeridos a aprendê-lo do nível da escola da orientação até o fim do nível secundário. Apesar da Constituição da República Islâmica exigir que todos os iranianos aprendam o árabe, o sistema educacional é muito fraco em efetivar esta prescrição. Ainda assim o uso de termos árabes em cartas administrativas e o ensino de Literatura Árabe, tanto em escolas religiosas tradicionais quanto em escolas modernas é

tido como um sinal de maior religiosidade. A importância do árabe após 1993 tem aumentado ano a ano, de modo que o tamanho dos livros-texto foi duplicado e duas horas por a semana foram adicionadas à programação no ensino secundário.

#### 4.9.4 Educação Religiosa

As maiores mudanças aconteceram provavelmente nos livros de Educação Religiosa. O termo “*Educação Religiosa*” no período pré-revolucionário mudou para “*Educação Islâmica*” (exceto no 12º e último ano, que manteve o mesmo nome do livro até 1990). O conteúdo era islâmico durante ambos os regimes. Além de mudanças drásticas nos textos dos livros, deve ser destacado que quase todos os professores de Educação Religiosa foram substituídos por professores novos. A Educação Religiosa não era importante durante a era do Shah, qualquer professor sem condições de administrar outra Disciplina era apontado para ensinar Educação Religiosa. Após a Revolução este assunto foi considerado com grande seriedade. Enquanto questões morais representavam a maior parte dos livros texto da Educação Religiosa na era do Shah, os livros pós-revolucionários têm outra mensagem. Eles apresentam a visão de mundo e a ideologia islâmicas para, proteger a jovem geração revolucionária das ideologias secularizantes, especialmente do marxismo, devido a grande influência de diferentes grupos esquerdistas em meio aos estudantes iranianos nos anos iniciais da Revolução Islâmica.[109]

#### 4.9.5 Educação Moral

Após a Revolução, a Educação Moral foi incorporada ao currículo nacional no 6º ano, substituindo a Literatura Inglesa após 1986-87 e se beneficiando de um livro-texto formal a partir de 1988-89 em todos os anos do nível da orientação. Seu tempo no programa de ensino para o sexto ano era de duas horas, e para outros dois níveis era de uma hora por semana. Não havia nenhum currículo sistemático e as lições eram na maior parte epistemológicas nos primeiros anos, entre 1988-89. Agora a maioria das lições inclui aspectos morais.

#### 4.9.6 Geografia

A maioria das mudanças após a Revolução ocorreu por causa de novas pesquisas científicas, e as mudanças foram voltadas mais para a geografia humana do que geografia física, inclusive geomorfologia e climatologia. A ideologia política teve influência nos títulos dos livros-texto e em seus conteúdos. A geografia de países muçulmanos foi adicionada aos livros-texto da escola no nível secundário. Este livro foi excluído dos livros-texto nacionais quando do novo sistema de educação em 1992. Ele foi substituído por outro com o título “Política e geografia econômica”. Uma seção de geografia política foi adicionada para familiarizar estudantes com a política. No que diz respeito à geografia do Irã, a seção de geografia natural manteve-se a mesma, enquanto uma seção da geografia humana foi mudada completamente [110].

#### 4.9.7 Literatura Persa

No campo da Literatura Persa, no nível do ensino secundário, a maior mudança aconteceu nos assuntos ligados a Humanidades e Economia Social, onde houve aumento no tamanho dos livros-texto e da programação. O cronograma para humanidades mudou de 4 horas a 6 horas por semana do 1º ao 3º ano e para 8 horas no último ano. O cronograma manteve as mesmas 4 horas para a Ciência Experimental e Matemática-Física e as mudanças no conteúdo foram irrelevantes. Na era dos Shajs os livros-texto de literatura persa versavam mais sobre o nacionalismo ariano, ao mesmo tempo em que a literatura da Revolução Branca referia-se ao Shah como manifestação da vontade de Deus. Após a Revolução, conteúdos políticos diários dominaram classes de Literatura Persa. Hoje em dia a questão da invasão cultural é a mais importante.

Em seguida analisamos brevemente alguns temas significativos em uma amostra de livros-texto iranianos.

O primeiro grupo dos textos é da educação primária (Dabistan):

O texto de Farsi para o primeiro ano da escola primária começa com o ensino da escrita e leitura do alfabeto e introduz vários fonemas, vogais e pontos de vogal. Na página 88 (usando ainda alguns pontos de vogal mais importantes para facilitar a leitura correta do texto), as crianças são introduzidas ao conceito de Deus com sentenças muito simples como a seguinte:

"Deus criou o sol e a Terra. O Deus criou a lua e as estrelas. O Deus criou plantas e os animais. O Deus criou-nos... ó Deus de compaixão que criou tudo; Nós adoraremos você sempre." (pp.58-75)[107],

O próximo tópico introduzido é a idéia da profecia de Muhammed, como o mensageiro de Deus e um professor para a humanidade. Isto é seguido da idéia do Alcorão como Palavra de Deus e livro sagrado dos muçulmanos e por algumas palavras de Ali, genro do profeta e pessoa mais importante após Muhammed na hierarquia do Islã para os *xiitas*. Este é o enquadramento para uma longa discussão a respeito da importância e do lugar do professor na sociedade iraniana. A seguir apresentamos uma amostra:

“No dia quando nós viemos à escola pela primeira vez, não sabíamos ler ou escrever. Desde o primeiro dia nosso amigo professor orientou-nos. Ensinou-nos ler e escrever. Ensinou-nos a manter nossos papéis e livros limpos. Ensinou-nos a ser cordiais com nossos amigos. Ensinou-nos a permanecer sempre limpos para não ficarmos doentes. Ensinou-nos a ter respeito por nossos pais. Ensinou-nos a ser amáveis para com nossos irmãos e irmãs. Ensinou-nos a ser cordiais com os outros e a tentar ajudar-lhes. Nós somos gratos ao nosso professor que nos ensinou a leitura e a escrita. Nós somos gratos ao nosso professor que, como um pai ou uma mãe amável, nos ensinou fazer coisas boas.”.[111]

Os dois temas principais dos textos iranianos são religião e patriotismo. Mas a religião e o patriotismo não devem ser separados. Os livros-texto da República Islâmica enfatizam através de histórias, poesias e o relato de eventos islâmicos notáveis a unidade (*wahdat*) entre cidadania (*millat*), Pátria (*watan*), religião (*din*) e governo (*dawlat*). A unidade destes quatro conceitos é fundamental para a compreensão da percepção islâmica do mundo. As atividades positivas no nome de cada um e de todos são atos de adoração a um Deus que é a fonte de todas as ciências e o Criador de todo o seres.

"*Amor à Pátria é um ato de fé*", diz um provérbio muçulmano. O solo pátrio é análogo a uma bacia que contenha cidadania, religião e governo. Dali, a inseparabilidade da religião e governo no Islã. O tema complexo da unidade (*wahdat*) é explicado várias vezes nos textos. Ele é o mais importante tema das epistemologias islâmicas nas Ciências, nas Artes e na Arquitetura.

Este tema é explicado como segue em "*Irã: Minha Pátria*", para os alunos da 3ª série.

“Irã, minha Pátria, ó, Irã, minha casa bonita, eu te amo. Eu amo os sorrisos de suas crianças, as vozes de sua juventude e os gritos de batalha de seus homens. Ó, minha casa bonita. Sua terra limpa que é vermelha com o sangue dos mártires é sagrada para mim. Eu beijo as tulipas vermelhas que cresceram das sepulturas dos mártires. Ó, Irã, minha terra bonita. Eu olho suas montanhas elevadas para lembrar-me da coragem e da honra de suas crianças. Seus vastos prados e vales são manifestações de sua independência e liberdade. Os sons de seus rios agitados me lembram as palavras ditas em voz alta na união ) por aqueles que são livres: Allahu Akbar (Deus é grande). Ó, Irã, meu repouso encantador. Ó terra da pureza e bravura. Ó, terra dos povos que amam a liberdade. Ó, país do Islã e da fé! Eu o respeito. Eu luto por seu desenvolvimento. Com grande e imaculada fé, eu amo seus povos. Eu corro para na vontade de ajudá-los e com minha raiva e ódio destruirei seus inimigos.” [111]

Esta idéia de unidade é também fundamental para o ensinamento da unidade da humanidade e da comunidade islâmica (*Ummah Islâmica*). A ela se referem outras idéias como simpatia, empatia, compaixão e solidariedade com os oprimidos, cujo ensinamento se veicula nos livros-texto para as crianças iranianas. Eis um exemplo disso, extraído de um história com o título “*Um adolescente da Palestina*”, cujos temas de solidariedade e compaixão são repetidos com muitas variações:

"Quando eu o vi, ele estava sozinho, inclinando-se contra a vara da barraca. Era um adolescente do povo palestino na diáspora. Tinha uma face triste e com os olhos cheios de raiva olhava a terra. Movi-me para a frente e sentei-me ao seu lado. Não notei minha chegada como se seu coração estivesse em outra parte. Cumprimentei-o. Apercebeu-se de mim e respondeu-me suavemente e voltou a seus pensamentos profundos. Seguiu-se um longo silêncio. Por fim tive que quebrar o silêncio e dissilhe: - Irmão, eu vejo que você está triste e angustiado. Seu desconforto causou-me incômodo também. Diga-me sobre seu segredo. Pode ser que eu possa reduzir o peso da tristeza que você está carregando. Voltou sua face para a mim e disse: - Você já ouviu falar de quando uma pessoa é expulsada de sua casa e outros a ocupam, e se o proprietário abre a boca para protestar os ocupantes respondem com balas? Você já ouviu falar de refugiados vivendo em barracas no deserto massacrados por metralhadoras? Já aconteceu com você de algumas vezes sob o barulho de bombas a sala de aula cair sobre sua cabeça? Você já ouviu falar de hospitais derrubados com os feridos e doentes lá dentro? Você já ouviu de uma boneca que se transforma em causa da morte de uma criança? Em cima de nossas cabeças todos os tipos de bombas chovem diariamente. Há bombas que parecem com bonecas. Se uma criança pegar uma destas, ela explode em suas mãos e a mata. Meu irmão, se você não ouviu falar disso tudo, nem tampouco viu, eu posso lhe dizer que eu vi e ouvi. Levaram-nos, palestinos, fora de nossas casas e tomaram posse delas covardemente. Os carneiros israelenses queimaram até mesmo nossas barracas de refúgio. Derrubaram salas de aula nas cabeças de nossas crianças e

adolescentes. Com seus ataques brutais destruíram os hospitais. Queimaram os bebês com suas bombas de borboleta. Meu irmão, estes é o sofrimento que pressiona meu coração e derrete o coração de todo o ser humano que ama a liberdade. Eu quero alguém para lutar ao meu lado pela salvação de minha Pátria e pela libertação de corajosos povos muçulmanos. Você, ó, meu irmão, como pode me ajudar em meus esforços?”[112]

Os livros conclamam as crianças a se comportarem como o profeta Muhammed notáveis homens de bem, muçulmanos e não-muçulmanos, da história da humanidade. É significativo que na lista de personagens exemplares apareçam referências tanto a pensadores muçulmanos como Ibn Sina (Avicena) como os inventores norte-americanos como os irmãos Wilbur e Orville Wright, além dos pais e professores.

A afirmação positiva do nacionalismo iraniano é um outro foco fundamental. O Irã é descrito nos livros como um país multicultural, etnicamente plural, com muitos lugares bonitos. Esta apologia tipicamente se segue de um poema que glorifica o Islã e aqueles que morreram por ele no Irã durante a Revolução Islâmica e a expulsão do *Shah*. Os textos em *Farsi* reafirmam essa temática ao longo dos diversos anos da formação, apresentando conceitos e situações mais complexas nos anos sucessivos da formação da criança. Os textos dos últimos anos discutem o mundo do trabalho e a sociedade complexa contemporânea, enfatizando a importância e valor da resistência do povo iraniano contra o regime do Shah e a vitória da Revolução Islâmica.

Em síntese, os livros-texto das escolas iranianas sofrem grandes mudanças após a Revolução. Essas mudanças incluem também a afirmação neles dos papéis tradicionais típicos de cada gênero. Especialmente nos níveis primário e das escolas de orientação.

. As ocupações femininas ali retratadas restringem-se tipicamente a papéis como estudante e enfermeira, incluindo em poucos casos de atividades como professora ou médica. Nesse caso a médica aparece examinando uma paciente mulher num hospital, reafirmando a ideologia da segregação do gênero. Os homens aparecem numa ampla diversidade de ocupações tais como policial, soldado, dentista, fazendeiro, médico, e professor. As mulheres nesses livros aparecem dedicadas a atividades eminentemente passivas e situadas em interiores, tais como sentadas na sala de aula, prestando atenção

à televisão, ou lendo, lavando pratos, cozinhando ou servindo a mesa. Os homens aparecem nesses livros principalmente em papéis ativos ao ar livre, tais como jogando futebol, dirigindo carro, andando de bicicleta, lavando carro, etc. Ademais, sempre que é feita menção a duas palavras equivalentes, tais como tio e tia, irmão e irmã, meninos e meninas, as palavras masculinas sempre aparecem em primeiro lugar. [113]. Nos textos e ilustrações as designações “genéricas”, passíveis de incluir tanto homens como mulheres (tais como partes do corpo - como braços ou mãos - ou objetos - como sapatos e chapéus), são formuladas e ilustradas com referência exclusiva ao gênero masculino. Em sua análise de livros de texto iranianos contemporâneos de nível secundário, [114] mostrou também que "...dentre as imagens masculinas e femininas representadas, 59.48% são masculinas e 26.72% são femininas". Esta exclusão das mulheres dos textos de ensinamento é "... indicativo de forte preconceito." [113]

#### 4.10 O contexto geral da educação iraniana contemporânea

De acordo com estatísticas da UNESCO, as taxas de alfabetização de adultos no Irã (15 anos e mais) aumentaram de 63.2 por cento (72.2 homens e 54% mulheres) em 1990 para 76 por cento (83 homens e 68.9 mulheres) em 2000. Isto evidencia um significativo progresso na alfabetização feminina na última década. Esta tendência parece também evidenciar uma maior igualdade entre os gêneros, se considerarmos as taxas de alfabetização entre jovens iranianos (idade de 15 a 24 anos), que aumentaram de 86.3 por cento (91.7 homens e 80.8 mulheres) para 93.8 por cento (96.2 homens e 91.3 mulheres) no período de 1990-2000 160 (p.218)[115]. Na Tabela 7 nos podemos ver algumas dados de educação feminina de ano 1997 até 2005

Tabela 7

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Taxa de adultos alfabetizados feminina idade 15 e mais (%)</b>	65.8	67.4	68.7	69.3	70.2	70.4	70.4	70.4	76.8

<b>Taxa adultos alfabetizados taxa feminina vs.masculina</b>	81	82	83	83	84	84	84	84	87
<b>alfabetização do jovem Taxa feminina (% idade 15–24)</b>	-	-	91.3	91.6	91.9	-	-	-	96.7
<b>alfabetização do jovem taxa feminina vs.masculina</b>	-	-	95	95	95	-	-	-	99
<b>Matrícula primária - líquido Taxa feminina (%)</b>	89.2	89.2	88	-	73	78	85	88	100
<b>Matrícula primária - líquido Taxa feminina vs.masculina</b>	98	98	96	-	98	98	97	99	110
<b>Matrícula segundaária - líquido Taxa feminina (%)</b>	-	75.8	68	-	-	-	-	76	78
<b>Matrícula secundária - líquido taxa feminina vs.masculina</b>	-	88	92	-	-	-	-	99	94
<b>Matrícula terciária - Bruto Taxa feminina (%)</b>	-	-	13	-	10	20	22	24	25
<b>Matrícula terciária - Bruto Taxa feminina vs.masculina</b>	-	-	22	-	93	101	107	110	109

(undp.UN Human Development Report 1999-2007)

As tendências apresentadas no quadro da educação iraniana de 1990 a 2000 parecem apontar para maior igualdade entre os gêneros nos níveis primária e secundária. A tendência do acesso à educação primária nos termos da taxa bruta de admissão (GIR) de mostra um índice da paridade de gêneros de 0.98 em 1990-1991 e 1 em 1999-2000. A taxa líquida de admissão (NIR) na educação primária em 1999-2000 alcançou o total de 38.4 (com 38.7 para os homens e 38 para as mulheres), observando-se um GPI de 0.98 (pp.234-235)[115].

Taxa de adultos alfabetizados feminina idade 15 e mais(%)= percentagem de população alfabetizado feminino com mais de 15 anos

$$LIT_{15+}^t = \frac{L_{15+}^t}{P_{15+}^t} * 100$$

= taxa de mulheres alfabetizado com mais de 15 anos no ano t

- =população feminina alfabetizado com mais de 15 anos no ano t

$P_{15+}^t$  =população feminina com mais de 15 anos no ano t

Taxa adultos alfabetizados taxa feminina vs. masculina = percentagem de mulheres alfabetizado dividido para taxa de homens alfabetizado

alfabetização do jovemTaxa feminina (% idade15–24)= percentagem de população alfabetizado feminino entre 15 e 24 anos.

Esta taxa é calculada como a Taxa de adultos alfabetizados feminina idade 15 e mais com o único diferencial que nos botamos a população feminina entre 15 e 24 para os dois dados

Matrícula primária líquida Taxa feminina = matrícula de mulheres idade apropriada para este nível de educação como uma percentagem de população respondente

$$NER_h^t = \frac{E_{h,a}^t}{P_{h,a}^t} * 100$$

$NER_h^t$  = Matrícula primária líquida Taxa feminina

$E_{h,a}^t$  = população matriculada de um grupo de idade no nível de educação h no ano t

$P_{h,a}^t$  = população de um grupo de idade no ano t

Matrícula secundária líquida Taxa feminina = matrícula de mulheres idade apropriada para este nível de educação como uma percentagem de população respondente (este dado é calculado como a Matrícula primária líquida Taxa feminina com a diferencial que nos botamos os dados de nível secundário)

Matrícula terciária Bruta Taxa feminina = população de mulheres matriculada no nível terciário de qualquer idade no ano .

$$GER_h^t = \frac{E_h^t}{P_{h,a}^t} * 100$$

$GER_h^t$  = Matrícula terciária Bruta Taxa feminina

$E_h^t$  = grupo h de mulheres matriculada no ano t

$P_{h,a}^t$  = População de grupo de mulheres h com a grupo de idade a (aquí a é acima de 18 anos) no ano t

Se considerarmos a participação da educação primária para a faixa de 6 a 10 anos nos termos da relação bruta do registro (GER), nota-se um deslocamento de um GPI de 0.90 em 1990-19991 para 0.96 em 1999-2000. A relação líquida total do registro (NER) em 1999-2000 foi de 74.6 (75.3 para as mulheres e 73.9 para os homens), apontando um GPI de 0.98 (pp. 242-243)[115].

Os dados estatísticos da Unesco indicam uma maior paridade nas oportunidades educacionais entre homens e mulheres no Irã. Isso se evidencia tanto na educação secundária (11 a 16 anos), onde um GER total de 55.2 (63.7 para mulheres e 46.4 para homens) em 1990-1991 apresentou um a significativa elevação para um GER total de 80,0 (83.1 para mulheres e 76.7 para homens) em 1999-2000. Na última década o GPI aumentou de 0.73 para 0.92 (pp. 25-251)[115].

Um indicador da eficiência interna do sistema educacional é a porcentagem de repetentes. Com relação a isso as estatísticas disponíveis apontam uma taxa de repetência na educação primária mais baixa para meninas entre 1ª e 5ª séries. Em 1999-2000, a taxa de repetência para os meninos na 1ª série era de 10.2, enquanto a das meninas era de 7.9; na 2ª série as mesmas estatísticas apontavam 7.6 para as meninas e 4.7 para os meninos; na 3ª série 5.4 para as meninas e 2.9 para os meninos; na 4ª série, 6.1 para as meninas e 3.1 para os meninos; e na 5ª série, 2,0 para as meninas 4.1 para os meninos (pp. 266-267)[115].

A UNESCO propõe a elevação na proporção de professoras como uma medida da igualdade entre os gêneros. Isso se deve a duas razões principais. A qualificação profissional é um elemento importante na melhoria da participação das mulheres nos setores sociais e econômicos e o emprego de professoras é facilitador do acesso e permanência de meninas na escola (p. 77)[115]. As estatísticas disponíveis apontam para uma diminuição na porcentagem de professoras no nível pré-primário de 99.8 por cento em 1990-1991 para 96.8 por cento em 1999-2000. Durante o mesmo período, houve um aumento na participação de professoras no nível primário de 52.9 a 53.9 por cento, e no nível secundário inferior de 43.4 a 45.6 por cento (p.258-259)[115]. De ser também mencionado nesse contexto que as estatísticas do Ministério da Educação do

Irã apontam para uma disparidade de gênero em favor dos homens em meio aos professores de Matemática e Ciências[116].

Os dados estatísticos disponíveis parecem portanto apontar para um progresso considerável na paridade de gêneros na educação iraniana ao longo da década de 1990, ainda que siga prevalecendo Uma disparidade em favor do gênero masculino. Em tabela 8 apresentamos um quadro-síntese desse cenário:

Tabela 8: Quadro-síntese do panorama educacional

<b>População (1,000)</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Idade pré-escola,( no ano de 2006)	1.043	534	508
Idade escola primaria, (no ano de 2006)	6.207	3.183	3.024
Idade escola secundaria, (no ano de 2006)	11.959	6.134	5.825
População total,todas as idades(no ano de 2006)	70.270	35.617	34.653

<b>Idade de escola oficial (anos)</b>	<b>Idade de entrada</b>	<b>Idade de graduação</b>	<b>Duração</b>
Pré-escola(no ano de 2006)	5	5	1
Escola primaria(no ano de 2006)	6	10	5
Escola secundaria(no ano de 2006)	11	17	7
Educação compulsorio(no ano de 2006)	6	10	5

<b>Porcentagem de inscrição - liquido</b>	<b>Total</b>	<b>homens</b>	<b>mulheres</b>
Pré-escola ( no ano de 2003)	27.1	25.5	28.8
Escola primaria (no ano de 2005)	95.2	90.8	99.9
Escola secundaria ( no ano de 2005)	77.0	79.1	74.7

<b>Porcentagem de inscrição - bruto</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Pré-escola , (no ano de 2005)	45.5	43.1	48.1
Escola primaria , (no ano de 2005 )	110.7	99.9	122.1
Escola secundaria , no ano de 2005	80.6	99.9	78.1

<b>Entrada e transição (%)</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Entrada - liquido (no ano de 2005 )	94.0	90.3	89.9
Entrada - bruto (no ano de 2005 )	122.6	107.3	138.7
Entradores com ECCE (no ano de 2005 )	31.4	34.0	29.3
Transição primaria-secundaria(no ano de 2004)	90.3	94.9	85.6

<b>Repetição e completção (%)</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
-----------------------------------	--------------	---------------	-----------------

Repetência no curso primário (no ano de 2005)	2.0	2.8	1.4
Repetência no curso secundário (no ano de 2005)			
Permanência até o quinto ano (no ano de 2002)	87.8	88.1	87.5
Permanência até o último ano do curso primário (no ano de 2002)	87.8	88.1	87.5
Conclusão do curso primário (no ano de 2005)	95.7	91.4	100.3
Expectativa da vida escolar até o ano de 2005	11.1	10.7	11.4

<b>Professores</b>	<b>Relação estudantes/ professores</b>	<b>professores treinados (%)</b>	<b>Professoras (%)</b>
Pré-escola, (no ano de 2005)	26.9	79.3	89.4
Escola primária (no ano de 2005)	19.2	100.0	61.2
Escola secundária (no ano de 2005)	18.8	100.0	48.0

<b>Gasto público per estudante</b>	<b>% do Produto Interno Bruto per capita</b>
Escola primária (no ano de 2005)	9.7
Escola secundária (no ano de 2005)	11.0

<b>Gasto público total com educação pré-universitária</b>	
% de PIB no ano de 2005	4.7
% gasto total de governo no ano de 2005	22.8

Administrative data: UIS Global Education Database 2007

Na tabela a inscrição líquida e idade apropriado enquanto na inscrição bruto estudantes de qualquer idade podem se inscrever

#### 4.11 professoras



**Ilustração 16: Professora na sala de aula**

Na República Islâmica do Irã a formação dos professores primários de orientação é feita em várias instituições sob o comando do Ministério da Educação. Os professores da escola secundária são formados em universidades sob o comando do Ministério da Cultura e Educação Terciária. Os centros de aprendizagem para professores vinculados ao Ministério da Educação treinam professores primários e de orientação. Os centros de formação de professores para a área rural, são instituídos com essa atribuição específica devido à falta de professores em tais regiões. Após a conclusão do ciclo de orientação (8ª série), os estudantes são treinados em instituições especiais com duração de quatro anos. Sob um novo plano, o Ministério passou a enviar recrutas como professores em áreas rurais. Mil recrutas começaram seu trabalho em áreas rurais no ano acadêmico de 1989-1990. Na instituição de treinamento de professores primários (1ª a 5ª série), após terminarem a 10ª série no ensino secundário, alguns estudantes interessados podem ser admitidos neste programa especial de formação, com duração de dois anos [43]

Nos centros de formação de professores do ciclo da orientação (6ª a 8ª série), o Ministério admitiu estudantes que já são graduados no ensino secundário e adquiriram certificação através do exame nacional. Aos futuros professores é então exigido um estudo por mais 2 anos em instituições de formação de professores. As instituições para formação de professores primários e de orientação oferecem cursos em larga escala. Cada estudante é especializado em uma dentre 14 disciplinas ofertadas, as saber Educação Primária, Língua Persa, Língua Inglesa, Língua Francesa, Ciências

Experimentais, Ciências Sociais, Matemática, Treinamento vocacional e Técnico, Ética Islâmica e Língua Árabe, Arte, Relações de Promoção (isto é, desenvolvimento da criança), Educação Física, Educação de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais (superdotados, deficientes físicos e mentais, estudantes com problemas de socialização) [43].

Os professores da escola secundária são treinados nas instituições de nível terciário, vinculadas ao Ministério da Cultura e Educação Terciária. Para virem a ser qualificados para o ensino em escolas secundárias, os professores devem ter grau de bacharel para as disciplinas acadêmicas e técnicas. Há duas formas de qualificação: uma que suporta grau de bacharelado em um campo do conhecimento fora da Educação, após o término de um programa de um ano; na outra forma um graduado da escola secundária termina um programa de 4 anos que conduz ao bacharelado em Educação e pode ser feito em dois estágios, (para a primeiro grupo 5 anos e a segundo grupo 4 anos) No fim dos primeiros dois anos, um graduado pode escolher receber o diploma de associado, que qualifica ao ensino no nível do ciclo da orientação. As principais universidades, dedicadas à tarefa formação de professores para a escola secundária, são listadas a seguir. Deve-se recordar que somente os estudantes com o diploma de ensino secundário que tenham sido aprovados no exame nacional de admissão (konkur) são habilitados para prosseguir seus estudos numa dessas instituições: Universidade de Formação de Professores (tarbiat-e moalem) de Teerã, Faculdades de Educação de Universidades Principais, Faculdades de Educação do Ministério da Educação (professores vocacionais e técnicos). A Faculdade de Educação da Universidade de Teerã treina especialistas em educação, mas não forma professores de sala de aula. Diversas universidades principais, como, por exemplo, as de Tabriz, Mashhad e Isfahan também oferecem cursos de pós-graduação em Educação[43].

São principalmente as professoras que estão em contato direto com as crianças e tendo portanto ativa influência na formação dos futuros cidadãos. Certamente por isso os líderes da Revolução Islâmica, a começar por ditos do próprio Ayatollah Khomeini, identificam nas professoras do Irã uma categoria social crítica para a institucionalização do processo revolucionário. A ausência de continuidade entre os valores ensinados em casa na escola e em outras agências de meio social é uma área nevrálgica para a mudança social. Desse modo é freqüente que as professoras adquiram papel crucial num contexto marcado por valores e identidades em conflito. Desse modo a professora islâmica ideal pode terminar sendo uma entidade quase mítica e onisciente, capaz de

realizar em si uma síntese de Dewey, Durkheim e Confúcio. Obviamente isso é uma impossibilidade prática. Tal entidade superaria os limites da sabedoria humana. Mas ainda que seja um reconhecimento básico para os muçulmanos que somente Deus sabe tudo, a professora islâmica ideal deve estar sempre moral e eticamente correta para que as crianças possam imitá-la. Para tanto ela deve unicamente temer a Deus e nada mais e ser uma pessoa instruída e também muito corajosa. Não deixa de ser irônico que um tal ideário quase a aproxime de uma identificação com a “pessoa soviética ideal” (sovetskaia chelave'k), tal como apresentada pelos ideólogos da extinta União Soviética (shorish,1988). A grande carga ideológica explica em boa parte a configuração do extensivo processo de seleção e formação de uma professora no Irã, que inclui o estudo sistemático de uma biografia do profeta Muhammad escrita pelo Ayatollah Muhammad Tabatabai, pensador *xiita* cujos ensinamentos inspiram muitas figuras proeminentes do movimento revolucionário islâmico do Irã. A descrição minuciosa dos hábitos e perfil psicológico do Profeta do Islã está no foco dessa biografia, com riqueza de detalhes sobre características pessoais, inclusive hábitos alimentares e de higiene e aparência física. [117] Os testes aos quais as professoras necessitam se submeter questionam detalhes da vida do Profeta, tais como:

O profeta de Deus nunca comeu com o uso de:

- a) dois dedos
- b) três dedos
- c) quatro dedos
- d) cinco dedos

O cabelo do profeta de Deus era:

- a) preto
- b) branco
- c) predominante preto, com exceção de alguns fios de cabelo
- d) branco no fim de sua vida

A cor da barba do profeta era:

- a) totalmente branca, uniforme até o queixo
- b) totalmente preta, uniforme até o queixo
- c) branco sobre o queixo e o restante preto branco
- d) branco e preto no queixo e o restante branco

Sobre que lado deitava o profeta?

- a) de costas
- b) sobre a barriga
- c) para o lado direito
- d) para o lado esquerdo

A conduta pessoal das professoras é também rigorosamente monitorada e submetida a avaliações periódicas. O tipo de *hijab* por ela usado é um dos elementos de monitoramento e avaliação. Não deve ser portanto surpreendente que as professoras iranianas sejam um dos grupos sociais mais conservadores da República Islâmica.

Pesquisa realizada pouco anos atrás [118] junto a professoras iranianas do ensino secundário questionou sobre as razões para escolherem ser professoras. As respostas obtidas permitem traçar um quadro muito significativo que apresentamos a seguir:

- i. para a maioria das professoras a aprovação de suas famílias era muito importante e em 87.1 % dos casos os familiares próximos aprovaram o trabalho.
- ii. houve grande convergência quanto a apontarem a escola como um ambiente seguro e também porque a interação com crianças é universalmente reconhecida como uma atividade feminina.
- iii. é muito significativo que a imensa maioria das professoras das cidades (91.3%) não sejam responsáveis principais pelo suporte econômico da casa, porque estas vêm de famílias com uma renda boa ou elevada. As professoras urbanas consideraram a gratificação, pessoal e familiar mais importante na sua escolha de trabalho do que o ganho monetário. Este não é o caso das mulheres professoras que vivem em áreas rurais, pois elas reconhecem que os salários recebidos são razão importante para serem professoras.

- iv. 84.7% das professoras nas cidades já tinham casa própria antes de virem a se tornar professoras. Em 65% dos casos elas escolheram ser professoras porque tinham outros professores na família (mãe, pai, irmã), de forma que o convívio conduzia a uma maior compreensão e escolha mais consciente deste trabalho. Para 80.6%, delas o conhecimento e atualização foram importantes questões pelas quais elas escolheram este trabalho. 78.3% indicaram que gostavam da idéia da interação com adolescentes e crianças.

Um resultado muito significativo a ser destacado é que 54.3% indicaram que não gostariam que suas crianças fossem professores[118]. Isto pode ser uma implicação da decrescente satisfação com o trabalho por parte 41,2% das professoras[118]. Isto pode se explicar em razão de diversas dificuldades por elas confrontadas, tais como, i. a superpopulação de estudantes nas salas de aula (em decorrência da falta de escolas), ii. a sobrecarga de conteúdo a ser transmitido por cada professora, iii. a distância física da localização das escolas em relação aos domicílios das professoras. Soma-se a isso o desinteresse (e muitas vezes a indisciplina dos estudantes), a precariedade de muitas instalações escolares e a insuficiência das aposentadorias concedidas ao magistério.

## Capítulo 5. Conclusão

Podemos apontar que a Revolução Iraniana provocou mudanças significativas na educação feminina, trazendo com isso progresso considerável para a igualdade de gêneros. Esse reconhecimento não deve, no entanto, iludir que ainda se fazem presentes deficiências tanto quantitativas como qualitativas. O combate das mulheres por sua auto-determinação diante de imposições patriarcais ainda está longe de terminar.

De fato, o aumento dramático no número de mulheres educadas no Irã ainda não encontra correspondente expressão na participação na vida política e econômica (ainda que também nesses domínios possam ser apontadas melhorias nos últimos anos). É importante que busquemos situar a posição educacional das mulheres fazendo referência a uma estrutura mais ampla da participação feminina nas áreas sociais, políticas e econômicas. A presença ativa das mulheres nos diversos níveis da vida pública, especialmente em níveis mais elevados da política, do planejamento e da administração é aqui uma referência fundamental. Deve ser ainda enfatizado que essas presenças ativas (nos campos da educação, da política, do planejamento, da administração e da economia) se retroalimentam num processo cumulativo e dinâmico. É razoável supormos que um número crescente de mulheres instruídas exercerá pressão sobre a liderança da sociedade iraniana no sentido de propiciar um maior empenho por se fornecer às mulheres oportunidades de realização profissional em esferas dominadas tradicionalmente por homens.

A tendência presente ilustra um forte declínio da participação feminina nas indústrias e um aumento significativo na prestação de serviços. Isso tanto pode ser impulsionado pela “islamização” de trabalhos e ofícios julgados pelos doutores da lei como “apropriados” para mulheres como também pode ser resultante de escolhas ativas das próprias mulheres nesse contexto. Não é tarefa simples distinguir os fatores determinantes das transformações na inserção laboral das mulheres na sociedade iraniana contemporânea. Certamente mais pesquisas empíricas são necessárias nessa matéria, visando evidenciar se o nível de participação feminina é preponderantemente explicado em razão de obstáculos sociais, políticos e culturais ou se pode ser preponderantemente baseado em escolhas consentidas das próprias mulheres, vinculadas ao um contexto identitário que lhes seja próprio (quer no âmbito familiar, quer no comunitário). As perguntas-chave aqui são: i. as famílias “patrocinarão” a manutenção das mulheres no domicílio em um período no qual uma única fonte de

renda não é suficiente para manter a casa? ii. por quanto tempo mulheres bem instruídas aceitarão tal “patrocínio” sem identificar para tanto justificativa econômica, política, ou moral?

Podemos indicar que importantes pesquisas, baseadas em extensas entrevistas, foram realizadas com meninas fora da escola, suas famílias, e professores/ diretores de escolas nas províncias com maior discrepância na educação entre os gêneros, para compreender as causas subjacentes da falta de acesso das meninas ou à saída delas do ensino primário. Os resultados desses estudos apontaram a existência de três categorias de fatores que excluíram-nas de freqüentar a escola, são eles: *fatores culturais* (pensamento tradicional a respeito da inutilidade da educação para meninas; dando prioridade à educação dos meninos sobre meninas); *fatores econômicos* (pobreza financeira; necessidade das mães em ter a ajuda das meninas no trabalho da casa; a necessidade pela família da atividade das meninas para gerar renda); e *fatores educacionais* (ausência de professoras femininas; escolas mistas).[119][120]

No sistema iraniano, a disparidade nas situações dos gêneros na educação é facilmente visível se compararmos os testes-padrão masculinos e femininos para admissão à escola secundária. Problemas adicionais na educação secundária são: a falta de professoras de Matemática e Ciências; o número restrito de mulheres, que ocupam posição de gerência e participam ativamente dos processos de tomada de decisões; a baixa taxa de matrículas femininas em áreas de população rural/ nômade; e a atenção insuficiente à instrução técnico-vocacional das meninas. Além disso, uma análise ampla de livros-texto primários e secundários demonstra que tais livros escolares continuam a apresentar uma divisão tradicional do trabalho no âmbito privado e público. O estereótipo do gênero prevalece nos livros-texto, nos quais são apontados a homens e mulheres quais são os papéis sociais tradicionais atribuídos a cada um deles [121][122] [123][124]. Apesar dos inegáveis e substanciais avanços no acesso e na manutenção feminina nas escolas, muito ainda resta por ser feito.

No sistema iraniano a disparidade nas situações dos gêneros na educação é facilmente visível se compararmos os testes-padrão masculinos e femininos para admissão à escola secundária. Problemas adicionais na educação secundária são: a falta de professoras de Matemática e Ciências; o número restrito de mulheres, que ocupam posição de gerência e participam ativamente dos processos de tomada de decisões; a baixa taxa de matrículas femininas em áreas de população rural/ nômade; e a atenção insuficiente à instrução técnico-vocacional das meninas. Além disso, uma análise ampla

de livros-texto primários e secundários demonstra que tais livros escolares continuam a apresentar uma divisão tradicional do trabalho no âmbito privado e público. O estereótipo do gênero prevalece nos livros-texto, nos quais são apontados a homens e mulheres quais são os papéis sociais tradicionais atribuídos a cada um deles [121][122][123][124]. Apesar dos inegáveis e substanciais avanços no acesso e na manutenção feminina nas escolas, muito ainda resta por ser feito.

Em minha opinião, a educação feminina percorreu um longo caminho, embora não trouxesse exclusivamente mais liberdade social à situação opressiva de mulheres iranianas mas ajuda a compor as mentes de mulheres sobre as particularidades de seus direitos na sociedade. A educação aqui é um meio e não o único objetivo. É mais provável que as mulheres em um ambiente somente composto por mulheres obtenham mais informação sobre desigualdades existentes. Informar mulheres sobre fatos e desigualdades existentes no campo da instrução é um processo muito difícil, mas decisivo. As consequências deste processo, são significativas. Primeiramente, torna mulheres cientes do seus direitos educacionais. Em segundo, informa que a diferença educacional entre meninos e meninas não é um fenômeno inerente. De fato, a diferença educacional entre os gêneros é uma consequência evidente e muitas vezes não evidente em mensagens secretas transmitidas pelo ensino parental, a *media* de massa, livros-texto, comportamento e conduta dos professores. A qualificação neste campo significa a tentativa de fazer mulheres cientes destas mensagens e ajudá-las a rejeitar os fatores conducentes a diferenças e desigualdades entre homens e mulheres.

Assim o contato social com outras mulheres na escola conduzirá a uma rede social mais complexa que beneficie as meninas em suas vidas adultas. Desta forma, tal contato social pode livrá-las de várias atitudes negativas precedentes além dos recuos emocionais e gradualmente destruirá os sentimentos de ser incompetente; o estabelecimento da opinião errada a respeito das habilidades de aprendizagem e do entusiasmo, do esforço, e da perseverança reduzidos em aplicar habilidades. Como as meninas vêem, não estão sozinhas nesta situação e há muitos outros com a mesma fé compartilhada.

Com incremento da auto-estima que é construído devido ao contato com *peer groups*, maior experiência educacional, modelos positivos, entre outros, esta nova geração de mulheres continuará a esforçar-se por direitos de igualdade como seus direitos inerentes.

Finalizamos propondo algumas iniciativas adicionais a serem tomadas:

- i. procurar o diálogo com líderes das comunidades visando seu apoio para convencer famílias mais conservadoras de que a educação é algo positivo para a vida das meninas;
- ii. treinar e recrutar professoras locais em áreas nas quais a presença de instrutores do sexo masculino implicou a recusa das famílias para enviar suas filhas à escola;
- iii. implantar novas escolas próximas das comunidades nas quais a distância à escola é um obstáculo para meninas;
- iv. implantar dormitórios femininos, especialmente em escolas secundárias para as estudantes que vivem nas áreas rurais/ nômades mais remotas com menor população onde não há escola secundária para meninas.
- v. desenvolver um currículo escolar sensível à questão do gênero; removendo as imagens estereotípicas dos homens e das mulheres nos livros-texto, contribuindo para transformar a mentalidade tradicional que proscreeve as estudantes femininas das áreas do conhecimento rotuladas "masculinas";
- vi. fornecer treinamento para professoras e pessoal instrutor de apoio instrutores no sentido de evitar que sirvam de veículo para propagar uma "mensagem de inabilidade ou do inadequabilidade" das estudantes.

## ANEXO – GLOSSÁRIO

*Anjomans*: grupos

*Averroes*: cientista árabe

*Bazaaris*: pessoas que possuem lojas no bazar

*Chador*: um tipo de *hijab*

*Dabesstaan*: escola primária

*Darolfonoon*: uma das escolas secundárias em Teerã

*Dawlat*: governo

*Deyeh*: a dinheiro que alguém receber pela morte de outra

*Din*: religião

*Diyat*: plural de *deyeh*

*Faqih*: um clérigo islâmico

*Farsi*: Persa

*Fatwa*: decreto islâmico

*Gadi*: juiz

*Ganats*: sistema de irrigação

*Ghahvekhaneh*: cafeteria

*Gharzolphassaneh*: tipo específico de conta bancária islâmica

*Ghayr mahram*: uma pessoa que não é parente de determinada mulher

*Hadith*: ditos de Muhammad

*Hanafitas*: seita islâmica

*Haraam*: tudo que é proibido pelo Islã

*Hijabe eslami*: padrão específico islâmico de vestido simples para mulheres

*Hiraba*: adquirir sob poder de força ou guerra

*Hizbullahi*: nome dado a um grupo de muçulmanos religiosos radicais

*Hudud*: leis islâmicas

*Iddat*: um período no qual uma mulher divorciada deve esperar para abrir-se a outro relacionamento

*Iman*: fê

*Kalala*: pessoas sem parentes e crianças

*Kargar*: trabalhador

*Karmand*: funcionário público  
*Keshwar*: pais  
*Khalwa*: privacidade  
*Khimar*: uma espécie de *hijab*  
*Khul'-hula*: divórcio. Sinônimo de *talaaq*  
*Kitabi*: pessoas que acreditam nas religiões abraâmicas  
*Kitabiya*: sinônimo de *kitabi*  
*Kudakestan-e mokòtaleta*: nome de uma creche de Teerã  
*Litham*: tipo específico de *hijab*  
*Madraseh*: escola  
*Maghnae*: indumentária específica de uso feminino característico na escola ou trabalho  
*Mahr-mehr-mehrieh*: dote oferecido pelo marido à mulher quando solicitado por ela, em qualquer ocasião ao longo do relacionamento marital, antes do divórcio  
*Majles*: parlamento  
*Maktab*: denominação dada a escolas tradicionais islâmicas, cuja modalidade específica de ensino não existe mais no Irã, apesar de ainda presente em outros países  
*Maktab Khaaneh*: nome da escola secundária mais tradicional do Irã  
*Manteau*: casaco  
*Millat*: cidadania  
*Mojtahed*: clero islâmico  
*Motevali*: título dado à pessoa que segue a doutrina *xiita*  
*Musnad*: livro  
*Nikah*: casamento  
*Niqab*: tipo específico de *hijab*  
*Purdah*: tipo específico de *hijab*  
*Rajm*: apedrejamento  
*Raju*: situação na qual um marido deseja que uma mulher já divorciada dele seja novamente recebida de volta como esposa  
*Rejal*: homens  
*Shafiitas*: seita islâmica  
*Shah*: rei iraniano  
*Shariah*: leis islâmicas  
*Shia; xiita*  
*Shoras*: conselho

*Sighe*: casamento temporário

*Sunitas*: seita islâmica

*Sunnah*: tradições islâmicas

*Taghuti*: ditador

*Tahajome farhangi*:

*Talaaq*: divórcio. Sinônimo de *khul'-hula*

*Ulama*: clero islâmico

*Vaghef*: pessoa que realiza *vaghf*

*Vaghf*: doações de terra

*Wahdat*: unidade

*Watan*: Pátria

*Wezarat-e maaref*: Ministério da Informação

*Xiita*: seita islâmica

*Zahiris*: seita islâmica

*Zeenat*: jóia

*Zina*: pecado

## Bibliografia

- [1] ALBUKHARI, M.I.I., *Sahih al-Bukhari*, Vol.1, no. 824, 846
- [2] AL- BAQI, M.F., Al-Lu-'lu'wal- Marjan, Maktaba Quddusia , 2/894,2002
- [3] ASSAAD, R., Gender & Employment: Egypt in Comparative Perspective, in Doumato, E.A. & Posusney,2003
- [4] IBN RUSHD, *Bidayatu'l-Mujtahid*, 1st ed., vol. 4, Beirut: Daru'l-Ma'rifah, p. 311,1997
- [5] ALBUKHARI, M.I.I., *Sahih al-Bukhari*, vol 1,no301,846
- [6] GHAMIDI,J., *Burhan*,Danish Sara,2000
- [7] HALLAQ, W.B.,A History of Islamic Legal Theories: An Introduction to Sunni Usul Al-fiqh, Cambridge University Press,p.7,1997
- [8] QURAIISHI,A, Her Honor: An Islamic Critique of the Rape Laws of Pakistan from a Woman-Sensitive Perspective, Syracuse University Press June,2000
- [9] ABUD DAWUD,*Sunan Abu Dawud*,livro 38,no.4366, 817–889
- [10] GLASSE,C.,*The Concise enceclopedia of Islam*, Harper and Row Publishers, New York, N.Y., p156,1989
- [11] ILKARACAN,P., *Women' Movement(s) in Turkey: A Brief Overview*, Women for Women's Human Rights,Istanbul,1996
- [12] KEDDIE,N., *Roots of Revolution: Religion and Politics in Iran*, New Haven: Yale University Press,1981
- [13] HOODFAR,H, "Iranian Women at the intersection of citizenship and family code: The perils of "Islamic Criteria." , *Women and Citizenship in the Middle East*, Suad Josef ed,1999
- [14] AFARY, J., *The Iranian Constitutional Revolution 1906-1911:Grassroots Democracy and the origins of Feminism*, ColumbiaUniversity Pres NewYork,1996
- [15] PAIDAR, P., *Women and the Political Process in Twentieth-Century Iran*, 1995
- [16] HOODFAR,H., "The Veil in Their Minds and on Our Heads: The Persistence of Colonial Images of Muslim Women." *The politics of culture in the shadow of Capital.*, Durham,NC:Duke University Press,1997
- [17] MOGHISI,H, *Populism and Feminism in Iran: Women's Struggle in a Male-Defined Revolutionary Movement*, New York: St. Martin's Press, 1996

- [18] TOHIDI,N, “Modernity, Islamization, and Women in Iran.”, *Gender and National Identity: Women and Politics in Muslim Societies.*, Ed. Valentine M. Moghadam. London: Zed Books, 1994.
- [19] NAJMABADI, “Hazards of Modernity and Morality: Women, State and Ideology in Contemporary Iran.”, *Women, Islam and the State.*, Ed., Deniz Kandiyoti. London: Macmillan 1994
- [20] HALPER,L., “Law and womens agency in post revolutionary Iran”, *Harvard Journal of Law and Gender*, 28:1 (Winter): pp.85–142,2005
- [21] ESFANDIARI,H., *Reconstructed Lives: Women and Islam’s Islamic Revolution.* Washington, D.C The Woodrow Wilson Center Press, 1997
- [22] NAJMABADI,A.,” Crafting an educated housewife in Iran”, *Remaking women: Feminism and modernity in the Middle East.* NJ:Princeton University Press,1998
- [23] NAKANISHI,H., “Power, Ideology, and Women’s Consciousness in Postrevolutionary Iran.”, *Women in Muslim Societies: Diversity within Unity*, Eds., Herbert L. Bodman and Nayereh Tohidi,1998
- [24] MIRHOSSEINI,Z., *Marriage on Trial.- A Study of Islamic Family Law: Iran and Morocco Compared*, London: I.B. Tauris, 1993
- [25] AFSHAR,H. *Women and Empowerment: Illustrations from the Third World*, Macmillan, London.,1998
- [26] MIR HOSSEINI, *Islam and Gender: The Religious Debate in Contemporary Iran.* Princeton: Princeton University Press ,p248, 1999.)
- [27] *Zanan*, no. 5, p. 23, 1992
- [28] *Payam-e Zan*, no. 5, p. 10,1992
- [29] *Zanan* ,no. 8, pp. 24-32,1992
- [30] *Payam-e Zan*, no. 11, p. 11,1993
- [31] *Zan-e Ruz*, no. 1440, pp. 14-17, 12/25/93
- [32] YAVAII-D’HELLENCOURT, N., “Discours Islamiques, Actrices Sociales et Rapports Sociaux de Sexe.”, *Les Femmes en Iran*, Paris: L’Harmattan, p226, 1998.,
- [33] MOGHISSI, *Feminism and Islamic Fundamentalism: The Limits of Post-modern Analysis.*, London: Zed Books, 1999.
- [34] NAJMABADI,A., “Hazards of Modernity and Morality: Women, State and Ideology in Contemporary Iran.” ,*Women, Islam and the State.*, Ed., Deniz Kandiyoti. London: Macmillan,p.66, 1999
- [35] *bad jens*, março 13, 2000

- [36] MEHRAN, G., “A Study of the Facilitating Factors in Girls’, Education in Post-Revolutionary Iran.”, *True and False Images of Islam in Cultural Frictions.* , Tokyo: National Institute for Research Advancement, pp. 107-123, 2000
- [37] MEHRAN,G., “The Creation of the New Muslim Woman: Female Education in the Islamic Republic of Iran,” *Convergence* 24, no. 4 ,1991
- [38] *Zanan*, fevereiro de 2000
- [39] MOGHADAM,V.M., *Gender and National Identity: Women and Politics in Muslim Societies.* Ed. London: Zed Books, 1994.
- [40] Rapport Mena Population Reference bureau,2000
- [41] CHEHABI,H.E.,” The Juggernaut of Globalization: Sport and Modernization in Iran,”, *International Journal of the History of Sport*, Volume 19, pages 275 – 294, Issue 2 & 3 July 2002
- [42] GHAZI,S., “Iranian women put on their running shoes”, *UNESCO Courier*, [April, 1999](#)
- [43] <http://www.salamiran.org/Women/Organisations/wso.html>, The Embassy of The Islamic Republic of Iran in Ottawa
- [44] BOSERUP,E., *Women’s Role in Economic Development* ,London: George Allen and Unwin, 1970
- [45] MIES,M., *The Lace Makers of Narsapur: Indian Housewives Produce for the World Market* ,London:Zed Books, 1982
- [46] BENARIA and ROLDAN, *Crossroads*, 3-8 and 27-30
- [47] SMITH,J.,WALLERSTEIN,I., *Creating and Transforming Households: The Constraints of the World-Economy* ,Cambridge: Cambridge University Press, 1992
- [48] BANARJEE,N., “The Weakest Link”, *IDS Bulletin*,pp.36-40 1981,
- [49] BENERIA,L., *Gender, Development and Globalization: Economics as if All People Mattered*, Routledge,2003
- [50] UNDP (United Nations Development Programme), Human Development Report 1995
- [51] Employment, Incomes, and Equality: Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya ,Geneva: ILO, 1972
- [52] POYA,M., *Women, Work and Islamism: Ideology and Resistance in Iran* ,Zed Books,2001
- [53] UNDP human development report 2004

- [54] *Goft-O-Gu Political Economy Journal*, No. 28 (Farsi), pp83-110,2000
- [55] UNDP human development report 2000
- [56] UNDP human development report 1999
- [57] UNDP human development report 1997
- [58] UNDP human development report 1998
- [59] World Bank, World Development Report ,Washington DC: The World Bank, 1990
- [60] TURNER,M.,HULME,D., *Governance, Administration and Development: Making the State Work* ,Basingstoke: Macmillan Press, 1997
- [61] UNGPAKAM,J.G., “NGOs: enemies or allies?” *International Socialism Journal* No. 104, 2004
- [62] *Iran statistical yearbook* ,2003
- [63] *Center for Women Participation*,Iran,2003
- [64] *Unicef report* ,2005
- [65] *Zanan Women’s Journal* ,No. 108, 2004
- [66] *payvand Iran news* ,03/25/2008
- [67] Centro de Estatísticas do Irã,2008
- [68] AMANAT,A., *Pivot of the Universe Nasir al-Din Shah Qajar and the Iranian Monarchy*, I. B. Tauris,2008
- [69] CHAPIN METZ,H., *Iran: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1987
- [70] PRICE,M.,”Women's movement A brief history 1850-2000”, *The Iranian*, March 7, 2000
- [71] MANSOUR ALSALTANA, M., *Raport-e salana dar bab-e maaref o talmat-e omum. Sana-ye 1328-29*, P.22,Tehran, 1329/1911
- [72] “Zan-e Iran az enqelab-e maærutyat ta enqelab-e safid “,*Bamdad*, 2 vols., Tehran, p.85,1347-48 ^./1968-69
- [73] Wezarat-e farhang, , pp. 3-4, pp. 693-94 idem, 1940/ 1319 -1938/ 1317, pp. 693-94
- [74] NYROP, R.F., *Iran: A Country Study*, Washington: GPO for The American University, 1978.
- [75] *Iran Almanac and Book of Facts 1976*, Tehran, p. 330,1976
- [76] ASARI,A., *The impact of educational development on the economic progress of modern Iran*, Ed.D. (education doctorate), Univ. of Northern Colorado, p. 84, 1973
- [77] KHANLARI, P., *Ayandeh*, vol. 16, n. 5-8, p. 44. ,1990

- [78] Public Record Office, FO 371 170425 year 1963, document EP 2181/4, 3 October 1963
- [79] SANGHVI,R.,C.,GERMAN,C.,MISSEN,D., “The Literacy Corps”, *The Revolution of the Shah and the People*, vol. 7, London, p. 23, 1967
- [80] Speech of 1970 collected in Khomeini va Jonbesh-e Esteqlal, anunpublished collection of his speeches clandestinely diffused in Iran in 1973
- [81] AYMAN,I., *Educational innovation in Iran* , The Unesco Press - Paris 1974
- [82] Mallat, R., *Literacy Projection for Iran’s Population over 6 Years of Age*,Tehran, p. 28, 32, 34 ,1975.
- [83] HALLAK,j.,CHEIKHESTANI M., VARLET,H.,*The financial aspects of first level education in Iran*,UNESCO,PARIIS,pp.8-14,1972
- [84] RONDUEN,C., *A report on visit to education corps schools, Khorassan Province*, Tehran, 1966
- [85] *keyhan newspaper*,r 30/5/1989
- [86] *etelaat newspaper*, 23/4/1986
- [87] *etelaat newspaper*, 6/10/1986
- [88] *etelaat newspaper* , 14/3/1985
- [89] *Zan-e-ruz magazine*, 28/4/ 1984
- [90] *Keyhan newspaper* ,31/1/1982
- [91] MEHRAN,G., “The socialization of schoolchildren in the Islamic republic of Iran”, *Iranian studies*,vol22,no1.198
- [92] *ayandegan newspaper*, 6/3/1979
- [93] *keyhan havaí magazine*,1/8/1979
- [94] *Keyhan newspaper*, 31/1/1982
- [95] *Zan-e-ruz magazine*, 9/5/1984
- [96] *Zan-e-ruz magazine*, 3/6/1989
- [97] *Zan-e-ruz magazine*, 8/5/1984
- [98] *Keyhan newspaper*, 1/2/1983
- [99] *Zan-e-ruz magazine*, 12/4/1989
- [100] *Keyhan newspaper*, 13/8/1983
- [101] *etelaat newspaper*, 21/7/1986
- [102] *etelaat newspaper*, 29/1/1980
- [103] The EFA 2000 Assessment: Country Reports iran,UNESCO,2000

- [104] SHAHIDIAN, H., *Women in Iran: Gender Politics in the Islamic Republic*, Greenwood Press (August 30, 2002)
- [105] The Embassy of The Islamic Republic of Iran in Ottawa Women's Employment 1998 (<http://salamiran.org/Women/NROW/1995/Employment.html#Employment>)
- [106] GODAGZAR, H., *Islamism and education in modern Iran with reference to gendered social interactions*, 2002
- [107] SHORISH, "The Islamic Revolution and Education in Iran", *Comparative Education Review*, Vol. 32, No. 1, pp. 58-75, (Feb., 1988), pp. 58-75
- [108] –KHAZEI, *Arabi baraye sal panjome adabi ministry of education Iran*, 1971
- [109] GODAGZAR, H., *Islamic ideology and its formative influence on education in contemporary Iran*, 2001
- [110] FALLAHIAN, N., *The Evolution of Geography Education in Iranian Schools: Progress and Limitations (1922–2000)*, 2002
- [111] *Farsi, Sal Awwal Dabistan*, Tehran, 1985
- [112] *Farsi, Sal Panjum Dabistan*, Tehran, 1985.
- [113] ANSARI, H., BABAI, E., "Subliminal sexism in esl/efl textbooks", *Asian efl journal*, 2003
- [114] DAVOODI, M., *Language and culture in Iranian high school English textbooks*. Unpublished paper. Shiraz University, Iran., 1999
- [115] UNESCO INSTITUTE OF STATISTIC report on education, 2002
- [116] *Amar-e Amuzesh va Parvaresh, Sal-e Tahsili 1380-1381* [Education Statistics, 2001-2002 Academic Year], Tehran: Bureau of Information Technology, Ministry of Education. 2001.
- [117] *Guardian*, 24/02/2007
- [118] SHIRAZI, R., *Barresiye avamele moaserdar angizeye entekhabe moalemi az didgahe dabiran zan marakeze dolati*, 2001
- [119] *Gozarash-e Natayej-e Tahqiq*, MINISTRY OF EDUCATION, 1995
- [120] MEHRAN, G., "The Creation of the New Muslim Woman: Female Education in the Islamic Republic of Iran," *Convergence* 24, 1997
- [121] FERDOWS, A., "Gender Roles in Iranian School Textbooks." In Samih K. Farsoun and Mehrdad Mashayekhi (eds.). *Iran: Political Culture in the Islamic Republic*. London: Routledge, 1994
- [122] HIGGINS, P.J., SHOAR GHAFARI, P., "Sex Role Socialization in Iranian Textbooks." *NSWA Journal*, Vol. 3: 213-232, 1991

[123] MEHRAN,G., "Socialization of Schoolchildren in the Islamic Republic of Iran," *Iranian Studies* 22/1, pp. 35-50, 1989

[124]TOUBA, J. R. "Cultural Effects on Sex Role Images in Elementary Schoolbooks in Iran: A Content Analysis after the Revolution." *International Journal of Sociology of the Family*, Vol. 17: 143-158,1987